

Semanário
Director:
António Dias Lourenço

Ano 61 - Série VII - N.º 893
31 de Janeiro de 1991
Preço: 80\$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. - Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 22 / 25 - Telex 18390 Composição e impressão - Heska Portuguesa Distribuição - CDL, R. Santos Dumont, 57-2.º - 1000 Lisboa

Pacote laboral

- Cavaco Silva abre a guerra contra os trabalhadores a oito meses das eleições
- Fevereiro e Março são meses de luta

Págs. 1, 2 e 3/Em Foco

COMISSÃO POLÍTICA

Comissão Política do PCP analisa situação nacional e internacional e prepara reunião do CC de amanhã

Págs. 1 e 2/Semana

Alfândegas: CEE e desemprego

Págs. 10 e 11
/Em Foco

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA Balanço de um ano de trabalho

Págs. 4 e 5/Em Foco

PAZ NO GOLFO



Muitos milhares de pessoas...



... na manifestação...



... realizada em Lisboa...



MANIFESTAÇÃO NO PORTO
Sábado, 2 de Fevereiro, 15 horas
Praça dos Leões

... no passado sábado

Págs. 6, 7, 8, 9,
10 e 12/Semana
/Agenda

Nota da Comissão Política do CC do PCP

- **Contra a guerra no Golfo,
por uma solução política negociada**
- **Batalha contra o Pacote Laboral
pode ser ganha através da luta!**

Na sua reunião de hoje, dia 28 de Janeiro, a Comissão Política do CC do PCP procedeu à análise da evolução da guerra do Golfo, a questões da situação social e política nacional, designadamente a questão do Pacote Laboral e aprovou a seguinte nota.

I

Passados que são quase 15 dias sobre o desencadeamento pelos Estados Unidos do ataque militar contra o Iraque a pretexto da ilegítima ocupação do Kuwait a Comissão Política salienta que a evolução dos acontecimentos está a dar inteira razão ao PCP e a todos quantos proclamavam - e proclamam - que tudo devia ser feito para evitar a guerra e garantir uma solução política negociada para o conflito no Golfo.

A euforia belicista e irresponsável, conduzida pela Administração norte-americana e sustentada pelo seu controlo do sistema informativo mundial, cede terreno face à justa consciência das dramáticas consequências e pesadas incertezas da confrontação militar. A ilusão, propositadamente construída, de uma guerra fulminante, desaba perante a evidência da alta probabilidade de um conflito prolongado. A mentira deliberadamente espalhada e servida por uma monumental operação de desinformação, censura e manipulação, de uma guerra «limpa», «tecnológica» e «asséptica», desmorona-se perante a imaginável crueza dos bombardeamentos maciços, de zonas urbanas e densamente povoadas, das enormes destruições materiais, do sacrifício de vidas humanas, da escalada de horror e desumanidade, dos graves reflexos económicos e ambientais do conflito.

Nenhuma mistificação pode fazer esquecer a trágica evidência de que o Mundo está perante um dos maiores e mais perigosos conflitos militares depois da 2ª Guerra Mundial e a humanidade à beira de se confrontar com a dolorosa realidade de muitas dezenas de milhar de mortos e de feridos.

Em nome dos interesses vitais dos povos e da humanidade, é imperioso parar imediatamente as hostilidades e retomar a procura de uma solução negociada para o conflito do Golfo que, resolvendo a questão do Kuwait, tenha em consideração o conjunto dos problemas acumulados na região e, entre os quais, se tem obrigatória-



com o PCP
no caminho
da alternativa
democrática

Guerra do Golfo e Pacote Laboral foram dois assuntos abordados na conferência de imprensa que deu conta dos trabalhos da Comissão Política da passada segunda-feira

mente inserir o termo da ilegítima ocupação por Israel desde há 23 anos de vastos territórios árabes e a inequívoca satisfação dos direitos nacionais do povo palestino.

O amplo e poderoso movimento de protesto contra a guerra e de luta pela paz, que se desenvolve em todo o mundo com incontornável e grandiosa expressão na Europa e nos Estados Unidos, constitui um dado político e social da maior relevância, que nenhum governo poderá ignorar e que, ultrapassando fronteiras políticas, ideológicas e religiosas, protagoniza honrosamente a defesa da lucidez contra a cegueira, dos ideais humanistas contra o horror da guerra, dos direitos e interesses dos povos contra os planos de dominação e hegemonia imperialistas.

A Comissão Política do PCP sublinha o importante significado de no Parlamento Europeu terem sido derrotadas todas as propostas de Resolução de orientação belicista e de descarado apoio ao desencadeamento da confrontação militar no Golfo e de, em alter-

nativa à proposta de resignação, acomodação e complacência face à guerra resultante do compromisso firmado entre o Grupo Socialista, os democratas-cristãos e os conservadores britânicos, a proposta do Grupo da Coligação de Esquerda (em que se integra o PCP) e subscrita inicialmente por 55 deputados de diversas sensibilidades ter obtido 90 votos, mostrando assim que cerca de 1/3 dos deputados presentes no momento do último voto se pronuncia claramente contra a guerra, reclama o fim das hostilidades e considera a via pacífica e as negociações como a única saída para os graves problemas do Médio Oriente.

A Comissão Política do PCP saúda os promotores e participantes nas diversas acções levadas a cabo contra a guerra e pela paz em diferentes pontos do País e em particular na manifestação realizada no passado sábado, em Lisboa, e que confirmam a possibilidade de uma frutuosa cooperação entre forças políticas, organizações sociais e cidadãos de diferentes orientações testemunham os sentimentos pacíficos do povo português, com destaque para a juventude e abrem novas e favoráveis perspectivas de luta e de intervenção.

A Comissão Política do PCP sublinha a necessidade e a indispensabilidade de os trabalhadores, os jovens, os democratas, o povo português darem continuidade e desenvolvimento a um vasto movimento nacional contra qualquer envolvimento militar de Portugal no conflito, pelo fim das hostilidades militares no Golfo e pela defesa de soluções políticas e negociadas que garantam uma paz justa e duradoura no Médio-Oriente.

II

Passando à consideração da situação nacional a Comissão Política salienta que, com o pedido de autorização legislativa apresentado pelo Governo à Assembleia da República, com vistas a aprovar o Pacote Laboral, à margem dos mecanismos legais e constitucionais, se entrou numa nova fase da escalada contra os direitos dos trabalhadores.

O conteúdo dos diplomas que o Governo pretende aprovar vem confirmar as prevenções feitas pelo PCP quanto à verdadeira natureza anti-social e antitrabalhadores do Pacote Laboral, já suficientemente expressa na operação do chamado Acordo Económico e Social cujos verdadeiros objectivos se vão tornando cada vez mais claros.

Os diplomas que o Governo pretende fazer aprovar correspondem a velhas reivindicações do patronato, visando facilitar ainda mais os despedimentos através da introdução do famigerado conceito de inadaptação dos trabalhadores e da figura da Comissão de Serviço, permitir o despedimento por falta de confiança, e prosseguir e intensificar a flexibilização e precarização do emprego, através do alargamento desmesurado do período experimental, de uma nova forma de organização da duração do tempo de trabalho ao sabor das exigências do patronato e da flexibilização do período de férias.

Invocando a necessidade de se assegurar a eficácia da produção, a rentabilidade e competitividade das empresas e o desenvolvimento do país, para justificar o Pacote Laboral, o Governo mais não faz do que lançar uma cortina de fumo para cobrir uma das mais graves ofensivas contra os direitos dos trabalhadores, já hoje largamente limitados e espezinhados em numerosas empresas, na mais completa impunidade e sem que o Governo tome qualquer medida para repor o respeito pela legalidade.

A eficácia produtiva de que o Governo fala, se este Pacote Laboral viesse a ser aprovado, traduzir-se-ia em maior precariedade e insegurança no emprego para um mais amplo leque de trabalhadores, incluindo os quadros técnicos e o reforço dos poderes repressivos do patronato.

A Comissão Política considera urgente que os trabalhadores e as forças democráticas compreendam a gravidade da situação e se disponham a agir para lhe fazer frente. A batalha contra o Pacote



PORTUGAL INDEPENDENTE

edições
Avante!

NO MUNDO EM MUDANÇA

Encontro do PCP sobre a Independência Nacional



Nota da Comissão Política do CC do PCP

Laboral, através da luta e da conjugação de esforços, pode ser ganha.

O Governo tem pressa em fazer aprovar o Pacote Laboral e quer fazê-lo fugindo a uma ampla discussão quanto à sua natureza e marginalizando a Assembleia da República, inclusive insistindo na violação de mecanismos legais e constitucionais.

Amanhã, dia 29, o Grupo Parlamentar do PCP, considerando que o pedido de autorização legislativa do Governo viola o Regimento da Assembleia da República e a própria Constituição, irá bater-se pela impugnação da admissão a discussão no Plenário do pedido feito pelo Governo.

A Comissão Política apela aos membros do Partido, aos trabalhadores, às organizações sindicais, às forças democráticas, para que se mobilizem contra esta nova ameaça a direitos e conquistas democráticas, desencadeada pelo Governo do PSD/Cavaco Silva.

Os trabalhadores e as organizações sindicais acumularam uma grande experiência na luta contra o pacote laboral. Reforçando a sua unidade, prosseguindo os êxitos alcançados na luta pelo horário de 40 horas e pela defesa dos direitos, articulando as lutas em curso com a luta contra o pacote laboral, os trabalhadores e as forças democráticas podem derrotar os projectos do governo.

Hoje mesmo, a Comissão Política vai dirigir cartas a vários partidos democráticos, com e sem representação parlamentar, alertando-os para a gravidade da iniciativa do Governo e apelando ao seu empenhamento e conjugação de esforços para conter e derrotar os projectos do Governo.

III

A Comissão Política analisou as sondagens anunciadas ou invocadas desde a própria noite das eleições presidenciais. Os factos mostram que, com frequência, os resultados invocados não correspondem a sondagens com real base científica, nem a uma preocupação séria de reflectir a opinião pública, mas antes a tentativa de influir sobre ela. Os resultados divulgados pela RTP na noite das eleições presidenciais, subavaliando o PCP no exacto momento em que a candidatura de Carlos Carvalhas obtinha um importante êxito eleitoral, constituem um bom exemplo da utilização manipulatória de sondagens. Na mesma linha, conta-se a invocação de outras sondagens, incluindo pelo PSD e pelo PS, com resultados contraditórios, todas apresentadas como verdades absolutas e retratos rigorosos da opinião pública, mas cuja realização não foi sequer comprovada, ou que se baseiam em amostras tão reduzidas que não permitem as ilacções que são invocadas.

O PCP, cuja candidatura às eleições presidenciais foi sistematicamente prejudicada em sondagens e que nem por isso deixou de registar um importante êxito, manifesta o vivo protesto contra a tentativa de influenciar a opinião pública através de duvidosas sondagens, ou do seu tratamento manipulatório, e confia em que, nas eleições para a Assembleia da República, o voto popular se traduzirá na manutenção e alargamento do apoio ao PCP e ao seu papel insubstituível na defesa e aprofundamento da democracia e dos interesses dos trabalhadores e das populações.

IV

A Comissão Política apreciou alguns aspectos da situação económica, nomeadamente em relação às consequências da guer-

ra do Golfo (exportações, turismo, transportes, energia), crédito interno e aumento de preços e considera necessário a tomada de medidas adequadas para aumentar o volume de crédito disponível e a baixa das respectivas taxas de juro, travar a aceleração da taxa de inflação, impedir o aumento especulativo dos preços de bens essenciais (o pão, por exemplo) e a tentativa do Governo, escudando-se no Acordo Económico e Social, de impor um tecto salarial.

A Comissão Política saúda as lutas que os trabalhadores estão a travar no quadro da contratação colectiva e salienta que é este o justo caminho para combater uma real degradação das suas condições de vida.

A Comissão Política analisou as conclusões da importante reunião de eleitos autárquicos e quadros do PCP sobre a gestão administrativa e financeira das autarquias realizada nos dias 25 e 26, congratulando-se com o importante trabalho realizado e projectado para 1991 pelas autarquias de maioria CDU, apesar das dificuldades impostas pelo Governo do PSD, que terão consequências negativas para a resolução mais rápida dos problemas das populações, e mesmo para a captação de subsídios da CEE.

A Comissão Política reprova o facto de o Governo e nomeadamente o Primeiro-Ministro se pretender eximir à responsabilidade pelo corte de verbas de 22 milhões de contos a todas as autarquias do país, pretendendo fazer crer que foi a oposição que impôs cortes aos municípios do interior.

A verdade é que, de acordo com as propostas que o PCP apresentou na Assembleia da República, todos os municípios do interior seriam favorecidos em relação às propostas do Governo, bem como os outros municípios, que enfrentam sérios problemas de equipamento, infra-estruturas, ordenamento e habitação.

A Comissão Política assinala, em particular, a importância do empenho dos eleitos autárquicos, de quadros e do movimento popular na luta pela criação e instituição das regiões administrativas, pondo termo à escandalosa inconstitucionalidade por omissão, da responsabilidade de sucessivas maiorias parlamentares, e em particular do PSD, que não levou igualmente o Presidente da República ao exercício das suas competências constitucionais. Torna-se necessário, simultaneamente, assegurar o combate à «proposta de lei quadro da regionalização» da responsabilidade do Governo do PSD, que pretende utilizar este pretexto para centralizar competências e reforçar as autoridades da confiança do Governo (os governadores regionais).

A Comissão Política sublinha que a regionalização pode representar, correctamente concebida, uma contribuição para o desenvolvimento regional, a autonomia municipal e o alargamento da democracia, pelo que aqueles que a impedem contraem uma séria responsabilidade perante o povo português.

V

A Comissão Política discutiu igualmente a preparação da reunião do Comité Central convocada para 1 de Fevereiro para debater e aprovar um importante conjunto de orientações e decisões tendo em vista a dinamização da actividade partidária, afixação do plano e calendário de actividades para 1991 e a preparação das eleições legislativas do corrente ano.

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

God bless América!

(...) Proteger os poços de petróleo da Arábia Saudita não é proteger as viagens de Cadillac dos milionários da Florida. É proteger o emprego do delegado sindical da CGTP na Lisnave. É proteger a luta pela liberdade dos povos de Leste, não deixando as suas democracias perderem-se na miséria social. É proteger a esperança de milhões de famintos do Terceiro Mundo.

Este naco de prosa não é, naturalmente, da nossa lavra. Repescámo-lo, com a devida vénia, do último número do *Expresso*, onde se insere numa crónica verdadeiramente espantosa de António Pinto Leite, muito adequadamente intitulada *América*.

Para os distraídos, refira-se que APL é uma figura mais ou menos destacada do PSD que, além dos dotes literário-analítico-políticos, pontifica pelos meios lisboetas do partido de Cavaco Silva.

Estamos em crer que APL nunca foi à Lisnave, nunca partilhou a miséria social dos povos de Leste e muito menos a fome do Terceiro Mundo.

É de crer também que não consta do rol de conselheiros da Casa Branca, ou de há muito que os EUA teriam desencadeado uma guerra mundial para resolver de uma vez por todas todos os problemas da humanidade.

Só assim se compreende os despedimentos em massa na Lisnave em tempo de paz; os problemas no Leste; o persistente e crescente número dos famélicos do Terceiro Mundo a quem, em boa verdade, falta muito mais do que a esperança.

Somos também levados a acreditar que APL nunca foi à guerra, o que certamente lamenta, mas leu atenta e esforçadamente os escritos de Salazar, onde bebeu os *sagrados valores* com que durante tanto tempo justificou a guerra de África e que numa palavra podemos resumir na *defesa da civilização cristã e ocidental*.

É que o cronista APL está completamente rendido à força, à coragem, à determinação, ao altruísmo norte-americano.

E não entende como é que o mundo, a Europa em geral e Portugal em particular não partilham esses sentimentos.

Para ele, os «EUA merecem o reconhecimento de todo o mundo», pois o que se está a travar no Golfo é «uma guerra que é de todos com sangue americano».

Para garantir o tal emprego do tal sindicalista da CGTP na Lisnave (não se percebe a ausência da UGT, se é por falta de sindicalistas se por falta de emprego). Mas APL afirma ainda que os americanos «estão do lado da liberdade e isso autoriza-os» - que é como quem diz, a fazer a guerra;

Que «estão do lado dos direitos humanos e isso tranquiliza-os» - que é como quem diz, mesmo quando apoiam as mais brutais ditaduras;

Que «têm uma razão e uma força e não temem o risco de as unir» - que é como quem diz, subordinar a força da razão à razão da força;

Que para eles «há bons e maus» - que é como quem diz que eles são sempre os bons e os outros sempre os maus;

Que os americanos «têm uma ambição universal» pelo que «o que se passa no mundo diz-lhes respeito» - que é como quem diz têm o direito de intervir onde, quando e como bem entenderem.

A lógica de APL transcende-nos.

Porque se é evidente que qualquer um tem o direito a ter os heróis que bem entender - e os Rambos devem deliciar muito boa gente - o que já não é tão evidente é que se leve a admiração, que dizemos nós, a idolatria, à praça pública, esgrimando contra quantos a não perfilham e a não transformam em doutrina oficial. À escala nacional e internacional.

Sim, porque para APL a vergonha das vergonhas é que o sangue americano seja derramado no altar da guerra pelo mundo sem que o mundo, ingrato até dizer basta, faça uma doaçãozinha do seu precioso líquido vital.

Mas porque é que APL não se oferece para a Legião Estrangeira?

■ A.F.



Saudação do PCP ao XX Congresso do Partido Comunista Italiano

O Comité Central do PCP enviou ao Comité Central do PCI a seguinte saudação por ocasião do seu XX Congresso que se realiza de 31 de Janeiro a 3 de Fevereiro em Rimini:

O Comité Central do Partido Comunista Português envia aos delegados ao XX Congresso do Partido Comunista Italiano e, por seu intermédio, aos comunistas

italianos, as amistosas saudações dos comunistas portugueses.

O PCP, assimilando as experiências da vida e dando de forma criativa novas respostas às novas situações, aos novos fenómenos, às transformações que se produzem no mundo, e assegurando a sua identidade

política, ideológica e de classe e a sua solidariedade internacionalista com os trabalhadores e povos de todo o mundo, reafirma o apreço que os comunistas portugueses sempre deram às relações positivas com os comunistas italianos e o seu empenho na cooperação e acção conjunta dos partidos

comunistas e das outras forças democráticas e progressistas na luta em defesa dos interesses das massas laboriosas, pela democracia, o progresso social, a paz e o socialismo.

O PCP é representado no Congresso do PCI por Manuel Bernardino, membro suplente do CC.

Assembleia da República

A defesa da floresta e o combate aos fogos PCP avança com medidas viáveis e inovadoras

Área queimada em 1989 é o dobro da que tem sido referida

A necessidade de accionar medidas de emergência que melhorem as condições de acesso e penetração nas zonas florestais e que reduzam os elevados níveis de combustibilidade actualmente existentes, em simultâneo com a promoção do reforço dos meios de detecção e combate aos incêndios, constituíram duas das principais conclusões do debate sobre a defesa da floresta que ocupou faz hoje oito dias a ordem do dia da sessão plenária na Assembleia da República.

Um debate suscitado por dois projectos de lei da autoria do PCP, a que se juntou posteriormente um outro do PRD, cuja importância foi reconhecida no decorrer dos trabalhos pela generalidade das bancadas, designadamente pelas da oposição que apreciaram não apenas a oportunidade e alcance das questões levantadas como ainda a correcção de algumas das soluções adogadas.

O próprio facto de a Assembleia da República se ter debruçado sobre esta problemática, em si mesmo constituiu também um aspecto relevante a reter do debate, sobretudo se se pensar que foi um ensejo para levar à Câmara um conjunto de informações que não eram do domínio público e que acabaram por vir traçar um quadro mais rigoroso da dimensão preocupante que assume os incêndios florestais no nosso país.

Honrando os compromissos que assumiu com as populações no decorrer de anteriores diligências efectuadas em vários pontos do País, foi isso que fez a bancada comunista ao colocar no centro do debate uma informação mais pormenorizada e actual dos incêndios que têm dramaticamente consumido grandes áreas da nossa floresta.

Verdadeira dimensão dos fogos

Quando um novo Verão está quase à porta, sem que nenhuma medida significativa concreta tenham sido tomadas pelo Governo, foi assim da maior importância que o deputado comunista Lino de Carvalho tivesse chamado a atenção da Câmara para o facto de, pela primeira vez, este ano de uma forma global, as imagens de satélite terem permiti-

tido chegar à conclusão que a área queimada em 1989 não foi de 104 000 hectares, como até agora era referido nas estatísticas, mas sim de 203 mil hectares, mais do dobro, o que faz prever que a dimensão da área queimada seja muito maior do que aquela até agora considerada.

Negando inicialmente estes dados, o próprio Secretário de Estado, presente no debate, após réplica do deputado comunista, acabou por reconhecer a existência de tais números, embora invocando uma alegada necessidade de serem sujeitos a confirmação.

Seja como for, e independentemente do Governo ter escondido e escamoteado esta informação, a verdade é que a inoperância e a incapacidade demonstradas na prevenção e combate aos fogos florestais é hoje uma evidência, desmentindo, como acentuou Lino de Carvalho, as repetidas afirmações no Verão passado de que os meios de combate existentes garantiam uma época tranquila.

Os números, aliás, falam por si, como tratou de recordar da tribuna o deputado do PCP. Só no ano passado ocorreram mais de 17 mil fogos que fizeram arder mais de 125 mil hectares (o segundo pior ano da década), doze mil dos quais pertenciam a áreas protegidas, como foi o caso dos 7600 hectares que arderam no Parque Natural da Serra da Estrela.

Foram ao todo, na última década, mais de 80 000 incêndios que atingiram 850 000 hectares (cerca de 27 por cento da área florestada do País) — isto, repita-se, segundo os métodos tradicionais empíricos de avaliação estatística das áreas queimadas —, cujas causas o Governo se mostrou incapaz de debelar e em relação aos quais foram

manifestamente insuficientes os meios de combate disponibilizados.

Ir às causas, apontar soluções

Ora foram essas causas e factores que a bancada comunista recenseou no decorrer do debate, pondo em relevo, designadamente, a ausência de uma política de ordenamento florestal com a compartimentação e a diversificação das espécies, a inexistência de uma política eficaz de prevenção e, por último, a gula de grandes interesses económicos apostados na expansão indiscriminada da floresta de espécies de crescimento rápido e rotações curtas.

A este respeito, Lino de Carvalho recordou que a área do eucalipto já abrange cerca de 450 mil hectares e que, enquanto o crescimento desta ár-

vore se processa a um ritmo de 14 por cento ao ano, a área de montado de sobro tem vindo a reduzir-se e o pinhal expande-se à média de 0,5 por cento ao ano, com prejuízos óbvios para o ordenamento da floresta, o equilíbrio ambiental e o abastecimento das nossas indústrias de madeira.

Em face deste panorama — e esta foi também uma das conclusões a retirar do debate, como fez questão de assinalar a deputada Ilda Figueiredo —, importa pois que se avance com medidas de fundo, com efeito a médio e longo prazo, no sentido da reestruturação das explorações florestais com vista a um planeamento da arborização que contemple a constituição de uma floresta diversificada.

Importa ainda, lembrou a deputada do PCP, que a floresta seja encarada nos seus



múltiplos aspectos, como um bem de utilidade pública, devendo nessa medida ser sujeita a regras quanto à sua instalação, expansão, gestão e conservação que «ultrapassem interesses particulares, individuais ou não», regras essas cuja definição harmónica compete ao Estado estabelecer.

Neste contexto devem, por conseguinte, ser apreciados os projectos de lei apresentados pela bancada comunista, elaborados justamente no sentido de dar resposta articulada à generalidades destes problemas. Face à sua importância e oportunidade, pena foi que o Governo não se tivesse dispo-

nibilizado para apreciar com seriedade e rigor técnico as soluções neles preconizadas, postura só explicável por razões de sectarismo partidário.

É que elas, para além do seu carácter inovador e da sua viabilidade, estão longe de representar elevados custos financeiros ou de ter um pendor estatizante — principais linhas de argumentação do PSD e do Governo que o debate acabou por desmentir — e constituem o mais sério contributo até hoje dado por uma força política para a aprovação de legislação que dê resposta à conservação e valorização da floresta e ao combate aos fogos florestais.

Medidas inovadoras e realistas

Melhorar as condições de acesso e penetração nos matos florestais e reduzir os elevados níveis de combustibilidade actualmente existentes, constituem dois dos principais objectivos do projecto de lei do PCP que define um Programa de Emergência para a Defesa da Floresta Portuguesa.

De acordo com este objectivo, são definidas no articulado do projecto as seguintes medidas:

- a compartimentação do País em Polígonos de Defesa da Floresta contendo cada um, em média, cerca de 10 000 ha de floresta;
- o estabelecimento prioritário de cerca de 60 polígonos cobrindo as zonas críticas de incêndio abrangendo cerca de 30% da área florestal mais vulnerável;
- a intervenção, desde já, com carácter de emergência, nas zonas extremamente sensíveis, como são as grandes manchas contínuas de espécies combustíveis como o pinhal e o eucalipto, criando-se, no prazo de 6 meses após a publicação da lei, de 12 polígonos abrangendo uma área de 120 000 ha e assim poder-se,

desde já, prevenir, em parte, a próxima época de fogos;

- a definição para cada Polígono de um Plano Integrado de Defesa e Desenvolvimento Florestal contemplando: medidas de emergência; planos específicos de defesa; organização dos sistemas de comercialização do material lenhoso ardido; planos de ordenamento do espaço; estabelecimento de regras de silvicultura; constituição de centros de apoio técnico às explorações; organização de corpos próprios de vigilantes florestais;

- as medidas de emergência terão como objectivo a construção de estradões e pistas florestais, a eliminação de matos e desperdícios lenhosos, a realização de fogos con-

trolados e o estabelecimento de uma rede de aceiros, o estabelecimento de faixas de protecção às áreas urbanas, a construção de pontos de tomada de água, o reforço de pistas de emergência para movimentação de helicópteros;

• a gestão dos Polígonos, cuja constituição deverá caber à DGF, será cometida a uma Comissão composta por representantes de proprietários florestais, dos Conselhos Directivos dos Baldios, de cada um dos municípios abrangidos, das entidades responsáveis pela prevenção, detecção e combate, das Associações de Defesa do Ambiente e da DGF.

Quanto ao segundo projecto de lei — Programa de Rearborização para Áreas Percorridas por Incêndios Florestais —, trata-se de um quadro de medidas que permite realizar a rearborização das áreas ardidas sem que estas fiquem abandonadas ou sejam entregues às celuloses e outros interesses.

As soluções propostas partem do conhecimento de que 82,5 por cento das explorações com área florestal têm menos de cinco hectares, com grande dispersão da propriedade, onde abunda o absentismo dos proprietários, pelo que cabe ao Estado um papel dinamizador imprescindível em ordem a viabilizar uma urgente e correcta rearborização.

Nesse sentido, o diploma preconiza que para as áreas queimadas de forma contínua numa extensão igual ou superior a 500 hectares (o correspondente a cerca de 60 por cento do total da área ardida) — sem prejuízo de ser considerada a viabilidade para áreas inferiores —, a Direcção-Geral das Florestas, em cooperação e coordenação com os produtores florestais, cujo associativismo deverá ser dinamizado, elabore ou promova a elaboração, no prazo de um ano após os incêndios, de projectos de rearborização e planos orientadores de gestão.

Deficientes aguardam por Tabela de Incapacidades

Em requerimento recentemente dirigido ao Governo, através do Ministério do Emprego e Segurança Social, o deputado comunista Manuel Filipe solicitou esclarecimentos sobre a data em que estará finalmente pronta a revisão da Tabela Nacional de Incapacidades.

Esta tabela, assinala-se, é da maior importância para os cidadãos portadores de deficiência, uma vez que constitui um instrumento indispensável para que possam fruir dos direitos que lhes assistem.

O atraso na sua publicação, para lá dos prejuízos inevitáveis e evidentes que acarreta a todos os interessados, afigura-se entretanto tanto mais inadmissível quanto é certo que já passaram mais de dois anos sobre a data em que foi feito um pedido de informação de idêntico teor, igualmente subscrito por Manuel Filipe, pedido esse que na ocasião obteve do ministro do Emprego a garantia — isto, recorde-se, em 10 de Novembro de 1988 — de que a referida tabela estaria completamente revista até ao final desse mesmo ano.

Jornadas Parlamentares do Distrito da Guarda

Dois dias de intenso trabalho quer no plano dos contactos com as mais variadas entidades da vida regional quer no levantamento exaustivo dos problemas e aspirações sentidos pelas suas populações, marcaram de forma significativa as Jornadas Parlamentares do PCP no Distrito da Guarda, realizadas nos dias 25 e 26 de Janeiro.

Do balanço das Jornadas, em que participaram os deputados Lino de Carvalho, Ilda Figueiredo, Victor Costa e Apolónia Teixeira, nota saliente é sem dúvida o facto de elas terem constituído um ensejo para inventariação das principais questões com que se debate o distrito, etapa preliminar para o aprofundamento do seu estudo e consequente

adopção das medidas políticas e legislativas a propor à Assembleia da República.

Com esta determinação ficaram todos os participantes nas Jornadas, cujos trabalhos vieram demonstrar uma vez mais a ligação profunda do PCP à realidade do distrito, a sua preocupação em dar resposta aos problemas e a sua determinação em intervir no sentido de apoiar o desenvolvimento desta região interior.

Das conclusões das Jornadas, designadamente do resultado dos encontros e contactos mantidos com representantes das autarquias, escolas, sindicatos, empresas, associações de agricultores e cooperativas, daremos conta aos leitores, de forma desenvolvida, no próximo «Avante!»

Trabalhadores

A TAP pode ver os seus serviços afectados hoje, se for por diante a acção a nível geral em Lisboa



Trabalhadores da Tudor manifestam-se em Lisboa no dia (29-1) da discussão na AR do «pacote laboral» (ver Em Foco nesta edição)

TRANSPORTES

Ou negociação ou greve

Entregue em 16 de Outubro do ano passado, a **plataforma reivindicativa comum** do sector dos transportes não merecera até quinta-feira passada, 24, qualquer resposta do Ministério da tutela. Segundo a CGTP e as organizações do sector nela integradas, foi decidido nesse dia «um conjunto diversificado de acções de luta», com o objectivo de obrigar aquele Ministério a começar as negociações na base daquele documento. Os trabalhadores estão em luta também noutras

áreas, designadamente na Tudor, na Firestone e na Sapec (peça à parte).

Quanto aos transportes e em especial à Carris, que já tinha efectuado a semana passada um plenário geral em Lisboa com recolha de viaturas, o gabinete de imprensa da CGTP referia quarta-feira da semana passada que «o silêncio tem sido a única resposta às insistências feitas pelas organizações representativas dos trabalhadores» do sector.

Embora as organizações sindicais e outras (comissões de trabalhadores, designadamente) acabassem por dar ao Ministério dos Transportes um prazo que terminou em 18 do corrente, o Governo continuou a mostrar «a sua atitude anti-negociações», que não deixa «outra alternativa senão lutar».

Nesta acção, sobre a qual os sindicatos deram uma conferência de imprensa, quinta-feira passada em Lisboa, participam a FSTRU (Federação dos Sindicatos dos Transpor-

tes Rodoviários e Urbanos), a Federação Nacional dos Sindicatos Ferroviários (FNSF), a Federação dos Sindicatos do Mar e o Sitava, que representa trabalhadores da TAP.

Entre as acções de luta anunciadas, mas não especificadas empresa a empresa, é provável que se destaque hoje, 31, uma paralisação da Carris, que pode ser acompanhada por outros sindicatos alheios à CGTP e participada por trabalhadores de outras empresas do mesmo sector.

Sapec

Despedimentos abusivos

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, com sede em Setúbal, considerou a semana passada «abusivos» os despedimentos na multinacional Sapec; com instalações fabris próximas daquela cidade e com sede em Bruxelas. No mesmo sector, o da química, aquele Sindicato referia-se a semana passada a lutas na Firestone, enquanto que o Siesi (Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas), com sede em Lisboa, anunciava uma concentração dos trabalhadores da Tudor (fábrica em Castanheira do Ribatejo).

Anunciada para anteontem, uma greve parcial na Tudor (3 horas e 45 minutos) destinava-se a protestar, segundo o Siesi (nota de 25 do corrente) «contra o esquema discriminatório de aumentos que a admi-

nistração pretende implementar este ano».

A direcção do Siesi acrescentava na mesma altura que se realizaria uma concentração em frente à sede da Tudor em Lisboa, empresa bem conhecida e que emprega 900 trabalhadores.

No que respeita à Firestone — outra firma de grande peso internacional — o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Sul, já citado, afirmava em 25 do corrente que os trabalhadores voltariam a paralisar em 29, «se a empresa mantivesse a sua posição».

No entender deste último sindicato, «a administração da Firestone demonstra má-fé negocial e procura o conflito» ao propor apenas 9,52 por cento de aumentos salariais relativamente à tabela vigente.

Na Sapec, o despedimento, que inicialmente a administração pretendia fosse colectivo e abrangesse 10 trabalhadores, passou, segundo o sindicato (Química), a individual, incidindo apenas em 2 trabalhadores. É reclamada a intervenção dos órgãos competentes do Ministério do Emprego, nomeadamente a Inspeção-Geral do Trabalho (GT) e a DGRCT.

Indemnizações na pesca

Segundo a Federação dos Sindicatos do Sector da Pesca, os trabalhadores da ex-CPP (Companhia Portuguesa de Pesca) vão receber as indemnizações que lhes são devidas por perda do posto de

trabalho. A empresa foi extinta em 1984.

As indemnizações deverão começar a ser liquidadas a partir de 4 de Fevereiro, adianta a Federação.

Aduaneiros ameaçados

O Stade (Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas) manifestou a sua preocupação com o Mercado Único Europeu. A menos de dois anos da sua implantação, «constitui uma autêntica espada de Dâmocles que pende sobre 80 por cento das empresas aduaneiras e sobre o emprego de cerca de 7 mil trabalhadores» — montante que o sector emprega em Portugal.

Debate sobre acidentes

Está anunciado para o mês que vem um debate sobre «reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais». A iniciativa pertence à CGTP-IN que, perante «o crescente aumento da sinistralidade laboral, as suas consequências do ponto de vista humano, social e económico» e bem assim outros aspectos que refere num documento prévio a que tivemos acesso, sugere a discussão em torno

das seguintes questões: prevenção dos riscos profissionais; filosofia da reparação dos acidentes de trabalho e doenças profissionais (revisão global da Lei 2127 de 3 de Agosto de 1965); consequências dessa revisão — para as empresas seguradoras, tanto no que respeita às instituições como aos seus trabalhadores, bem como para os sistemas de segurança social e da saúde; a questão médico-legal da re-

paração; o actual processo de cálculo das indemnizações e da fixação das pensões; acumulação de pensões; reabilitação médica dos sinistrados; defesa do trabalhador em contencioso judicial, quer do ponto de vista jurídico, quer médico-legal.

Inspeção

A partir de 1 de Fevereiro próximo só será obrigatória

nas fronteiras da Suíça a inspeção médica (controlo sanitário) dos trabalhadores temporários que entrem pela primeira vez naquele país. Segundo um comunicado emitido pelo departamento português do SICOM/FOBB e assinado por Manuel Beja, foi assim satisfeita pelas autoridades uma importante reivindicação sindical.

Salários em atraso no ensino

A direcção do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), ao transmitir à Imprensa alguns comentários sobre a manifestação de professores com salários em atraso, que se efectuou em 18 do corrente à porta do Ministério da Educação, afirma nomeadamente que se «registra uma redução substancial de financiamento» para 1991 no que respeita aos trabalhadores docentes e não docentes dos colégios particulares de educação especial. Foram precisamente deste sector os trabalhadores que se manifestaram em frente ao Ministério e que têm salários em atraso nos colégios particulares.

Entretanto, o secretariado nacional da Fenprof chamava a atenção para o facto de os professores rejeitarem a contratação a prazo por tempo indeterminado, como em 25 do corrente manifestaram também numa concentração em frente ao Ministério do sector.

A direcção federativa sindical reclamava «a imediata

abertura de negociações relativas à nova legislação sobre concursos», e acusava o Governo de ser «a pior das entidades patronais, ao manter, para este sector socioprofissional a contratação a prazo por tempo indefinido».

Ao perguntar que «empenhamento se poderá esperar destes professores na reforma educativa», a Fenprof acrescentava: «Como vai o ME (Ministério) atrair professores qualificados com tais perspectivas de futuro profissional?»

Ao mesmo tempo, a Fenprof manifesta a sua preocupação e dispõe-se a continuar as diligências no sentido de se tomarem medidas concretas para alterar a situação actual, no que respeita a «cerca de 60 por cento dos professores do primeiro ciclo do ensino básico, que trabalham no ensino particular e cooperativo». Esses docentes não têm, segundo a Fenprof, «as habilitações profissionais» requeridas oficialmente.



SETÚBAL Comércio tradicional fortemente ameaçado

Numa moção aprovada em 23 do corrente e transmitida à comunicação social pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços do Sul, os trabalhadores do comércio daquela cidade protestam contra o regulamento municipal sobre abertura e encerramento dos estabelecimentos do ramo. Aprovado por maioria na sessão da Câmara, o referido regulamento tem como «único objectivo potencializar a abertura dos grandes super e hipermercados na cidade», sem ter em conta «o comércio tradicional (na foto, o mercado de Setúbal), que se vê fortemente ameaçado por uma concorrência desleal». Embora aceitem que se levem a cabo «adaptações dos períodos de abertura, de modo a ir ao encontro das necessidades reais dos consumidores» (os supermercados Deltas e Cootset são citados como exemplos), o Sindicato e os trabalhadores que representa não aceitam que sejam postos em causa pela Câmara os seus «direitos sociais elementares», como afirma a moção, invocando o direito ao descanso que assiste a todos os trabalhadores.

Votou-se no Sheraton

No acto eleitoral mais participado de sempre, os trabalhadores do Hotel Sheraton de Lisboa escolheram uma lista unitária para a CT. Em 23 do corrente, o secretariado (direcção) da FESHOT (Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal) anunciava que a lista unitária obteve 49,7 por cento dos votos (169). As outras listas concorrentes obtiveram dois mandatos num total de cinco.

As eleições para a Comissão de Trabalhadores do Sheraton de Lisboa efectuaram-se em 8 e 9 do corrente. O hotel emprega cerca de 450 trabalhadores. Votaram, segundo a FESHOT, 340 elementos do pessoal daquele estabelecimento hoteleiro da capital.

PCP

Hospital de Santiago do Cacém

Onde podem chegar as consequências de uma política de estrangulamento...

Em contacto com a Redacção do «Avante!», o organismo intermédio da direcção do Sul da DORS do PCP (Setúbal) alerta para as graves consequências que deixa prever a «política de estrangulamento do Hospital de Santiago do Cacém», situação que afecta as populações da região e concretamente do Litoral Alentejano. Tem a palavra aquele organismo do PCP:

Como é do conhecimento geral todos os planos de desenvolvimento para a região do Litoral Alentejano (PIDDS e PROTAL) conferem ao Hospital de Santiago do Cacém um papel aglutinador e de suporte à prestação de cuidados de saúde na região, propondo até a sua reclassificação numa categoria superior à que possui actualmente.

Os referidos planos prevêem para a região um grande desenvolvimento com fixação de alguma população em idade activa e numerosa população flutuante (turismo), o que obriga ao reforço das infra-estruturas, nomeadamente as de Saúde.

A promessa de Beleza e a realidade...

Em Março de 1988, em visita a Santiago do Cacém, a então ministra da Saúde do Governo PSD, Leonor Beleza, prometeu publicamente não só ampliar esta unidade hospitalar em camas e em valências, mas também dotar a sua maternidade com o pessoal e equipamento indispensáveis para o seu funcionamento.

Passados quase três anos sobre aquela data o que mostra a realidade? O Orçamento do Estado (OE) para 1991, recentemente aprovado na Assembleia da República,

apenas com os votos do PSD, não contempla qualquer verba nesse sentido, adiando mais uma vez a ampliação. A maternidade mantém-se ameaçada de encerramento como em 1988.

Para que não restem dúvidas, o actual secretário de Estado (adjunto do ministro da Saúde), dr. Albino Aroso, em clara contradição com as anteriores promessas, despachou favoravelmente a transferência para outro hospital de um dos dois obstetras ali destacados, inviabilizando qualquer hipótese séria de melhoria da qualidade da prestação de cuidados a mulheres grávidas.

São ainda indicadores desta vontade de encerrar a maternidade não só o facto de não terem sido abertas vagas para obstetras no último concurso, mas também a inexistência de qualquer referência a Santiago do Cacém nos documentos da Comissão Nacional de Saúde Materna e Infantil sobre «Identificação e Proposta de Criação dos Hospitais de Apoio Perinatal» e a paralisação, até hoje, das obras de melhoria do Hospital, iniciadas em 1980.

Isolamento das populações

Estão assim criadas as condições para o isolamento das

populações da região (mais de 100 000 residentes e cerca de 300 000 na época estival), que terão como hospitais de apoio os de Beja ou Setúbal, ficando obrigadas, em alguns casos, a percorrer mais de 100 quilómetros para obterem uma consulta de especialidade.

Desta forma também se contribui para o isolamento e empobrecimento profissional de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde da região com a respectiva diminuição da qualidade dos cuidados prestados.

O não desenvolvimento do Hospital de Santiago do Cacém levanta também problemas quanto a uma intervenção eficaz em caso de qualquer acidente grave que ocorra na zona industrial de Sines.

Desta forma o Ministério da Saúde contraria o proposto no Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano, mandado elaborar pela Comissão Coordenadora da Região Alentejo, organismo dependente do Poder Central.

Contradições

Tal situação para além de evidenciar as contradições

- Governo «esquece» uma população de 100 000 residentes, mais 300 000 da época estival. E se houver um acidente grave na zona industrial de Sines?

existentes entre diferentes organismos governamentais pode inviabilizar financiamentos da CEE que se poderiam aplicar no desenvolvimento do Hospital.

É agora clara e evidente a falsidade das promessas do Governo do PSD feitas em 1988, que apontavam para a melhoria dos serviços do Hospital, nomeadamente os de obstetria e perinatologia.

O organismo intermédio do Sul da DORS do PCP denuncia a política de estrangulamento do Hospital de Santiago do Cacém, comprometedor do desenvolvimento e das aspirações da região, e alerta para a possibilidade de novas promessas integradas na habitual política eleiçoeira do PSD, agora que estamos em ano de eleições. Apela para que todas as autoridades locais, colectivas, associações, organizações populares e população em geral, reclamem junto dos órgãos de soberania para uma solução rápida de tão grave problema de saúde pública.

Camaradas Falecidos

Maria Irene Martins

Membro do Partido desde 1975, faleceu no passado dia 15 de Janeiro a nossa camarada **Maria Irene Simões Martins**, de 51 anos. Militante activa, participou com dinamismo no movimento e nas lutas dos cegos em Portugal, tendo estado presente em várias listas para os corpos gerentes das suas associações. Dentro do Partido integrou o organismo dos Deficientes da cidade de Lisboa.

Joaquim Amaro

Exemplo de dedicação ao Partido, faleceu o camarada **Joaquim Amaro**, militante antifascista desde o início dos anos 30, membro do PCP desde 1935, lutador incansável, grande amigo da Festa do «Avante!» De 1931 a 1933 foi deportado para Timor.

Em 37 é preso e, sem julgamento, segue para o Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde. Regressa à liberdade em Janeiro de 1946. Em Abril de 1963 é de novo encarcerado. Desta vez por mais cerca de cinco anos: até 1968. Apesar da sua idade avançada e da falta de saúde, marcou presença activa nas jornadas de preparação da Festa do «Avante!». Contava 86 anos.

José Fialho

Metalúrgico reformado, residente em Alvalade Sado, concelho de Santiago do Cacém, faleceu o nosso camarada **José Soares Fialho**, de 51 anos, ex-presidente da Junta de Freguesia de Alvalade e membro da Assembleia Municipal. O camarada integrava a Comissão Concelhia de Santiago do Cacém do PCP. O funeral de José Fialho constituiu uma sentida manifestação de pesar, em que se incorporaram centenas de residentes, incluindo o presidente e a vereação, para além de eleitos nos órgãos autárquicos das freguesias.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

ENCONTRO NACIONAL DE PROFESSORES DO PCP

23 E 24 FEVEREIRO 1991
SALÃO NOBRE
INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
LISBOA



Nos próximos dias 23 e 24 de Fevereiro decorrerá em Lisboa um Encontro Nacional de Professores do Partido Comunista Português. A iniciativa pertence à Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP e tem como objectivo um debate sobre aspectos da política educativa, da acção reivindicativa dos professores e do reforço da intervenção do Partido no sector.

A realização deste encontro, conforme nos sublinha aquela Comissão do Partido, está relacionada com a experiência que representou o Encontro Nacional de Professores do PCP efectuado em Junho do ano passado e com a vontade aí manifestada de promoção de novo Encontro no presente ano lectivo.

De salientar que será enviado a quem o solicitar um documento intitulado «**Algumas sugestões para o debate preparatório**», que constitui, refere a organização do Encontro, um **roteiro de questões que parece serem de interesse e de actualidade para a preparação da iniciativa**.

As inscrições para o Encontro e para o jantar-convívio da noite de 23, bem como os pedidos de apoio em relação a dormida, deverão ser enviados até ao próximo dia 14, sem falta, para a Comissão do Ensino e Educação do PCP, Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, Lisboa.

A realizar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico, o Encontro iniciará os seus trabalhos às 11 horas do dia 23 (um sábado), prolongando-se até às 13 horas do dia seguinte.

Prevê-se que funcione sempre em plenário, de acordo com o seguinte horário:

23/2 – Sábado

- 11 às 13 horas
1.ª Sessão: Abertura e início dos debates sobre a política educativa e a intervenção do Partido.
- 15 às 17 horas
2.ª Sessão: Continuação da anterior.
- 17.30 às 19 horas
3.ª Sessão: Início dos debates sobre a acção reivindicativa dos professores e a intervenção do Partido.

24/2 – Domingo

- 9.30 às 11 horas
4.ª Sessão: Continuação da anterior
- 11.30 às 13 horas
5.ª Sessão: Discussão e aprovação do documento final e encerramento.

O facto deste Encontro ir ter lugar já no quadro temporal da preparação das próximas eleições legislativas, previstas como se sabe para o início do Outono, confere uma particular importância e oportunidade à análise dos problemas e ao apuramento de opiniões e propostas, sublinham os promotores do Encontro.

3.ª Assembleia da OR de Viseu em Junho

A realização da 3.ª Assembleia da Organização Regional de Viseu do PCP em Junho próximo consta do plano de actividades dos militantes comunistas daquele distrito beirão para o primeiro semestre deste ano, de acordo com a decisão tomada há dias pela Direcção da Organização Regional de Viseu (DORV).

Aquela DOR teve a sua reunião plenária no passado dia 20, que contou ainda com a participação de quadros do Partido de várias organizações concelhias. Estiveram em foco a situação política e os resultados das Presidenciais (tema que tem sido tratado por todas as Direcções Regionais) e o «calendário político do PCP, no distrito, para o 1.º semestre», além da preocupante situação de guerra que se vive no Golfo.

No plano de trabalho dos comunistas de Viseu para as próximas semanas figuram, entre outras iniciativas, uma nova visita (Fevereiro) do deputado comunista Vítor Costa ao distrito «para contactos com entidades e populações» e as comemorações do 70.º aniversário do PCP em Março.

Guerra no Golfo



Lisboa - milhares de pessoas com



Fim da guerra. Sim à Paz. À cabeça do desfile, em longos panos que propositadamente se juntaram, aquelas foram as primeiras palavras de ordem a chegar ao Rossio na tarde lisboeta do último sábado. Desceram a Avenida da Liberdade, vindas do Saldanha, ponto de encontro para uma manifestação apoiada por quase uma centena de organizações e associações dos mais diversificados sectores, expressões das mais variadas correntes de opinião e áreas de actividade na sociedade portuguesa — cultural, sindical, ecológica, religiosa, associativa, profissional, política, juvenil, estudantil, etc.

Milhares de pessoas de todas as idades, com a juventude a marcar presença de relevo, desfilaram no coração da capital portuguesa unidas pela vontade comum de paz e de defesa da vida, por uma solução negociada que ponha cobro à guerra do Golfo. O mesmo objectivo que também no passado fim-de-semana mobilizou imensas vontades e muitos milhares de pessoas em diferentes pontos do globo, como sucedeu, por exemplo, na **Argentina, Austrália, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Suíça, Itália, Espanha** e também nos **Estados Unidos da América**.

«Estamos com a paz», «Riqueza... mas para combater a fome», «Fim à guerra/negociação é a solução», «Petróleo... nunca em troca da vida», «Não ao envio das nossas tropas», «A paz é possível», «Professores querem a paz, dizem não à guerra», «Calem os canhões», «Queremos brincar mas não aos mísseis», «Agora é a guerra... e depois?», e «Todos pela paz» eram algumas das inscrições bem visíveis ao longo do desfile, onde não faltaram panos coloridos das mais variadas dimensões, carros de som, bandeiras, dísticos, e também os «esqueletos» e as «bombas» numa guerra que a opinião pública internacional firmemente condena.

Como já referimos, várias organizações partidárias deram também o seu apoio a esta **manif.** de sábado, incluindo o PCP, tendo sido divulgado, anteriormente, um apelo conjunto das Direcções das Organizações Regionais de Lisboa (DORL) e Setúbal (DORS) para a participação na iniciativa.

Na tribuna instalada no Rossio, para além de informações sobre o expressivo movimento de apoio à manifestação, foram referidas as várias saudações que ali iam chegando. Uma delas, a da CGTP, foi lida por Fernando Loureiro, dirigente da **Central**. Da mesma tribuna ouviram-se ainda palavras expressivas de **mulheres** em defesa da paz, do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), representado pelo eng.º Cunha Serra, que leu uma declaração alusiva aos objectivos centrais da iniciativa, e ainda dos jovens da associação «**Amar o Tejo, Defender a Paz**», por intermédio de Alexandre Pereira.

Uma recente resolução levada ao Parlamento Europeu mereceu também a referência na jornada do Rossio, onde os presentes aprovaram uma moção dirigida aos órgãos de soberania portuguesa e às embaixadas dos países envolvidas no conflito.

A moção preconiza o **não envolvimento de Portugal na guerra do Golfo** e apela para que o **Governo recue nos compromissos assumidos e tome iniciativas conducentes à paz e ao fim da guerra**. O documento exige o **fim das hostilidades militares, o início das negociações e a realização de uma conferência internacional com vista a uma paz justa e duradoura para o Médio Oriente**.

Profundamente inquietos com a situação criada pela invasão e ocupação do Kuwait por tropas do Iraque e chocados com as hostilidades militares desencadeadas pelas forças multinacionais lideradas pelos EUA, os manifestantes de Lisboa chamaram a atenção para a necessidade urgente de impor a paz — o recurso à guerra — como declara a moção — não vai resolver nenhum dos problemas da região do Golfo, antes pelo contrário, vai agravá-los.



Organizações Regionais do PCP e dos cidadãos nas iniciativas que

Como salientámos na nossa última edição, as Organizações Regionais (ORs) do PCP têm vindo a referir-se à grave situação de guerra e destruição que se continua a viver na zona do Golfo. Ao mesmo tempo que condenam a política belicista e apelam ao fim das hostilidades pela via da negociação e do diálogo, as ORs do PCP, interpretando os sentimentos dos militantes comunistas, apoiam as diversas iniciativas públicas que se têm realizado no País em defesa da Paz: **manifestações, vigílias, abaixo-assinados, etc.**

No mesmo sentido se pronuncia a DOR do **Algarve** (DORAL) que, *preocupada com a escalada de guerra no Golfo e com toda a sinistra campanha que a envolve, apela a todas as forças progressistas e amantes da Paz para que, em conjunto, tudo*

possamos fazer no sentido de reivindicar uma solução pacífica para o conflito que tenha em conta todos os problemas globais que a zona em conflito envolve.

Por seu turno, a DOR de **Vila Real** (DORVIR) do PCP refere:

O desencadear da guerra no Golfo, o agravamento das hostilidades com consequências graves já à vista na perda de vidas humanas, nas destruições maciças e prejuízos para o ambiente, são motivo de condenação para a DORVIR do PCP. A situação que está criada impõe o imediato cessar da guerra e a busca de uma solução negociada e pacífica para uma paz justa e duradoura para o Médio Oriente e para o Mundo.

À loucura dos que procuram irresponsavelmente a guerra, é preciso impor o bom senso dos povos que desejam a paz. Assim, a DORVIR do PCP

associa-se e apoia todas as manifestações pela paz.

Também a DORLEI (Leiria) do PCP «debateu a gravíssima situação do Golfo Pérsico, cuja guerra tende a assumir proporções e consequências incalculáveis», salientando:

O PCP, que desde o primeiro momento defendeu uma solução pacífica negociada do conflito, é com apreensão que constata o avolumar do perigo de alastramento da guerra a outras áreas e da possibilidade da sua degeneração numa guerra com armas cada vez mais sofisticadas e mortíferas de destruição em massa. A paz no Mundo está submetida a uma rude prova que só a luta

«A eficácia produtiva de que o Governo fala, se este **Pacote Laboral** viesse a ser aprovado, traduzir-se-ia em maior precariedade e insegurança no emprego para um mais amplo leque de trabalhadores, incluindo os quadros técnicos, e o reforço dos poderes repressivos do patronato.»

«A batalha contra o **Pacote Laboral**, através da luta e da conjugação de esforços, pode ser ganha.»

Pacote laboral

O que o Governo quer:

Porque é que o Governo quer a autorização legislativa para o «pacote laboral»?

São duas as razões fundamentais.

Em primeiro lugar, com a autorização legislativa o Governo pode fazer leis sozinho, em áreas que são constitucionalmente da alçada da Assembleia, sem que os debates passem pelo Parlamento. Ora sabe-se que o acesso dos trabalhadores aos grupos parlamentares e a atenção por estes prestada (nomeadamente os dos partidos democráticos) às suas posições é muitíssimo maior do que as possibilidades de diálogo dos trabalhadores com o Governo.

Em segundo lugar, o debate em torno das propostas do Governo vai travar-se em Fevereiro e Março **exclusivamente no Boletim do Trabalho e do Emprego**. Significa isto que a opinião pública em geral ficará muito mais longe dos debates que não terão a projecção de serem efectuados no Parlamento.

Finalmente, com todas estas operações, o Governo pode garantir que em Abril já estará em condições de promulgar as leis, **o que significa que o fará a uma grande distância das eleições legislativas**, podendo assim procurar até lá fazer esquecer os custos sociais de uma ofensiva brutal contra os direitos e regalias dos trabalhadores.

Quais são os principais objectivos do «pacote laboral»?

Todos os projectos se baseiam na primazia dos interesses do patronato sobre os dos trabalhadores. É indispensável fazer um estudo atento de todas as medidas propostas, mas é desde já possível apontar os seguintes aspectos:

1. Férias

O objectivo essencial é obrigar o trabalhador a aceitar a troca de dias de férias por dinheiro visando «contribuir para uma maior eficácia da organização do trabalho»

2. Comissões de serviço

As comissões de serviço exercidas por técnicos e quadros em cargos de responsabilidade passam a ficar dependentes exclusivamente de uma «relação de confiança» com o patronato que fica com as mãos livres para proceder ao despedimento de qualquer quadro em comissão de serviço desde que invoque a perda dessa confiança. Os próprios termos do projecto são inequívocos: «assegurar uma especial relação de confiança elevada e constante lealdade, dedicação e competência»!

3. Período experimental

O período de trabalho em situação experimental é desmesuradamente alargado: passa para 90 dias (três meses) em empresas com menos de 20 trabalhadores, 180 dias (seis meses) para cargos de complexidade técnica e 240 dias (oito meses) em relação a pessoal de direcção e quadros superiores.

Como é fácil de depreender, esta situação agrava extraordinariamente a precariedade de emprego já criada pelos contratos a prazo, nomeadamente em sectores como a hotelaria, o comércio e serviços, a construção civil. Um trabalhador ligado, por exemplo, ao sector informático passa a poder ficar um ano a trabalhar sem qualquer garantia: seis meses de experiência e seis meses de contrato a prazo. Um pedreiro de construção civil pode passar três meses a trabalhar e no final ser-lhe pura e simplesmente dito que não serve!

E tudo isto, segundo o projecto, tendo em conta «as necessidades das empresas e a sua competitividade»...

4. Tempo de trabalho

O patronato passa a ter o direito não apenas de fixar máis 2 horas/dias de trabalho, como de ir até às 50 horas por semana, não no interesse dos trabalhadores, é claro, mas de «adaptar o tempo de trabalho às exigências tecnológicas e de organização das empresas e racionalização na fruição dos equipamentos sociais»!

5. Despedimento por inadaptação

São várias as medidas anunciadas, nomeadamente o das férias pré-reforma, ainda e sempre visando «modernizar o tecido empresarial, a introdução de novas tecnologias, prevenir desequilíbrios estruturais, económicos e financeiros».



Ferido de inconstitucionalidade

Novo «pacote laboral» terá pela frente

Absolutamente indiferente às acusações de inconstitucionalidade formal e material que recaem sobre a sua iniciativa, sustentadas no primeiro caso pela ausência prévia de consulta pública e, no segundo, pela flagrante violação do direito à segurança no emprego e à proibição dos despedimentos sem justa causa, o Governo insistiu em levar por diante, terça-feira, a discussão e aprovação do seu pedido de autorização legislativa onde consubstancia as peças mais gravosas do conjunto de projectos de diplomas resultantes do denominado Acordo Económico e Social.

Os despedimentos por inadaptação, período experimental, comissões de serviço, flexibilização dos horários de trabalho, férias e trabalho de menores (ver artigo nesta página), consituem assim as áreas tratadas nos seis diplomas incluídos na autorização legislativa, na verdade um novo pacote laboral que encontrou na bancada comunista o mais firme e consequente opositor.

Dos deputados do PCP partiram, aliás, os dois recursos apresentados na Mesa quanto ao agendamento e à inadmissibilidade da autorização legislativa, iniciativas que acabaram por ser chumbadas no início do debate pelos votos do PSD e do CDS, votação que contou num caso com a ausência e no outro com o voto favorável do PS.

Partido Socialista que, refira-se, surgiu neste debate com uma posição que não pode deixar de ser interpretada como ambígua — apesar de ter votado contra a autorização legislativa —, oscilando entre a «amarra» que o liga à assinatura do Acordo Económico e Social subscrito pela UGT e os custos eleitorais que inevitavelmente pairam no horizonte por virtude das medidas agora propostas que, na prática, representam uma autêntica violação de direitos fundamentais dos trabalhadores.

É que, no fundamental, como tra-

tu de realçar a deputada comunista Odete Santos, em causa está nada mais nada menos do que a legalização inconstitucional da precariedade dos vínculos laborais, propósito do Governo e do PSD que vem de novo desrespeitar comandos constitucionais e colidir com o Tribunal Constitucional que, já em 1988, se pronunciou sobre esta matéria, proferindo um Acórdão onde realçava o facto de a Assembleia da República, no debate da proposta de Autorização Legislativa, ter de estar munida do resultado da consulta pública às organizações representativas dos trabalhadores.

Dispositivos do ordenamento jurídico-constitucional que pelos vistos pouco sensibilizam o Executivo, revelador, como frisou Odete Santos, de que para este o Parlamento é uma «mera repartição administrativa por onde passam em trânsito as propostas de lei», enquanto a consulta pública às organizações de trabalhadores não passa de «um acto meramente formal sem qualquer influência na elaboração da legislação de trabalho».

Trata-se assim, como assinalou no decorrer do debate o deputado Jerónimo de Sousa, de retomar «velhas peças da anterior proposta de lei de despedimentos», acrescentadas desta feita de «velhas aspirações e reivindicações das entidades patronais», tudo feito, claro, «sob o manto

unidade e resistência dos trabalhadores



diáfano da modernização e da dinamização das empresas».

Só que, a filosofia subjacente à autorização legislativa, lembrou-o ainda Jerónimo de Sousa, não ilude a verdadeira linha de demarcação e de confronto estabelecida entre dois interesses: «de um lado, os interesses de quem procura a manutenção e o crescimento do privilégio e do lucro, o reforço de posições económicas e a subsistência de privilégios; do outro, os interesses de quem através do seu

trabalho quer estabilidade e segurança, um salário justo e um estatuto social dignificado».

E a verdade é que no confronto estes dois interesses a Constituição da República, mesmo depois de revisão de 1989, como observou o deputado do PCP, não deixa margem para dúvidas, tendo optado «pela garantia do direito ao trabalho e à segurança no emprego, por horários e salários justos, pelo direito à fruição do descanso e lazeres daqueles que nos rendi-

mentos do trabalho encontram o seu único meio de subsistência».

Dai também, certamente, as razões de renovada confiança expressas pelos parlamentares do PCP e a reafirmação da sua convicção de que a operação inconstitucional em curso, carregada de injustiça, enfrentará a resistência dos trabalhadores, que, tal como no passado, serão capazes de construir a unidade bastante «para sustener os objectivos antilaborais do Governo do PSD». ■

PCP reage energicamente contra atentados aos direitos dos trabalhadores

Logo que foi conhecido o conteúdo da proposta de autorização legislativa (onde se incluem seis projectos de diploma respeitantes a direitos fundamentais dos trabalhadores) e o intuito apressado do Governo em impor o seu agendamento para discussão e votação, não se fizeram esperar as reacções da bancada comunista contra esta iniciativa governamental, interpretada como «uma pesada matriz de um novo pacote laboral».

A apresentação de um recurso na Mesa quanto ao seu agendamento com base na inconstitucionalidade formal que a proposta enferma devido à ausência prévia de consulta pública constituiu a primeira resposta do Grupo Parlamentar do PCP à opção anti-social e antilaboral do Executivo de Cavaco Silva.

No dia seguinte, mais exactamente quinta-feira passada, no período antes da ordem do dia, o deputado Jerónimo de Sousa voltava a levantar a questão em plenário, pondo na ocasião em evidência não apenas o carácter inconstitucional da proposta no seu plano formal como também no plano material.

Jerónimo de Sousa chamou a atenção, nomeadamente, para o facto de a substância da autorização legislativa, como a sua própria filosofia preambular, evidenciam inequivocamente que as opções do Governo

nesta matéria continuam a ser a favor dos interesses da empresa e do lucro, em detrimento dos direitos dos trabalhadores, da dimensão social do trabalho e da segurança no emprego, os quais, do seu ponto de vista, «são condicionados, silenciados ou violentados».

Trata-se claramente de uma opção, disse ainda, que sacrifica a segurança no emprego e a dignificação no trabalho, «desequilibrando brutalmente a favor das entidades patronais as relações de produção».

A opção pelo capital

De que maneira, é o que veremos a seguir, acompanhando alguns excertos respigados da intervenção de Jerónimo de Sousa, onde se resumiam os principais propósitos do Executivo, designadamente em matéria de despedimentos por inadaptação do trabalhador, alargamento do período experimental, organização dos horários de trabalho, despedimento por falta de confiança e flexibilização do período de férias com a possibilidade de troca de dias de descanso por dinheiro.

«No concreto, quanto às férias, pretende-se trocar dias de férias por dinheiro.

As comissões de serviço visam amarrar os técnicos e cargos de responsabilidade à confiança cega do patronato e promover despedimentos por falta de confiança.

O período experimental é desmesuradamente alargado. Noventa dias (90) para empresas com menos de 20 trabalhadores (piorando assim o regime do contrato a prazo em sectores

como a hotelaria, comércio e serviços, construção civil, etc.), 180 dias para cargos de complexidade técnica e 240 em relação a pessoal de direcção e quadros superiores.

Quanto à organização do tempo de trabalho, onde o patronato ficaria com grande poder decisório, a possibilidade de mais duas horas/dia e 50 horas por semana vai desorganizar a



Em conferência de imprensa convocada logo que foi conhecido o agendamento da proposta de autorização legislativa, os deputados comunistas alertaram para a sua inconstitucionalidade formal e material, uma vez que não houve prévia discussão pública, conforme obriga a Constituição, a Lei e o Regimento da Assembleia da República, e por no seu conteúdo material violar o direito ao trabalho, à segurança no emprego e à proibição dos despedimentos sem justa causa

vida aos trabalhadores e permitir a maximização do lucro e das máquinas.

Por último, o despedimento por inadaptação, com escassas garantias processuais retoma um dos aspectos mais gravosos e considerado inconstitucional do anterior pacote laboral. Isto tem de ser analisado em conexão com o regime das pré-reformas constante do Acordo Económico e Social. Erguendo o cutelo do despedimento por inadaptação, o patronato verá facilitada a aceitação por parte do trabalhador do regime de pré-reforma nas condições que o próprio patronato determinará.

A idade dos 55 anos visa «limpar» postos de trabalho efectivos, aumentar a precarização. Um exemplo preocupante quanto ao alcance desta medida é a situação em que poderão ficar os trabalhadores deficientes ou com deficiência adquirida nos postos de trabalho.

Neste lote de medidas gravosas o Governo deixou ainda de fora desta autorização legislativa (o que representa uma inconstitucionalidade formal acrescida) alterações profundas ao regime da contratação colectiva nomeadamente na sujeição a arbitragem obrigatória dos conflitos colectivos e na tentativa de condicionar no futuro os direitos dos trabalhadores das empresas privatizadas. ■

■ Henrique Custódio

LISBOA presta contas

Honrando o compromisso assumido durante a campanha da coligação «Por Lisboa», a Câmara Municipal de Lisboa prestou contas da sua actividade e fez o balanço do nível de execução do Plano de Emergência lançado há um ano. É a primeira vez que o executivo da capital toma uma iniciativa do género, proporcionando aos munícipes uma apreciação global e aprofundada do trabalho desenvolvido na Câmara. O facto de as 50 medidas constantes do Plano de Emergência estarem concretizadas ou em curso e de a taxa de execução do município rondar os 80% vem juntar, à transparência de actuação patenteada neste «Prestar Contas», a demonstração de um assinalável êxito de actividade da Câmara Municipal de Lisboa.

Isto apesar de se ver tão pouco, como assinalava o presidente da Câmara, **Jorge Sampaio**, quando apresentou os documentos que a seguir condensamos; e ele próprio respondeu à questão de se «ver pouco», dizendo: «sejam claros: o sector onde todos esperavam ver melhorias sensíveis e rápidas é o do trânsito. Melhorias infelizmente impossíveis em tão curto espaço de tempo», sendo entretanto verdade que «em 1990 lançámos projectos de 6 novas vias, 6 novos túneis e viadutos e 10 novos silos automóveis no valor de 50 milhões de contos», obras que, naturalmente, demorarão o seu tempo a concretizar.

Quanto ao que se concretizou, é como se segue.

Agrupando as 50 medidas de emergência em áreas específicas de intervenção, o documento apresenta as primeiras três sob o item genérico «Dar Voz e Decisão aos Cidadãos», referindo, no primeiro, a promoção ou reforço do «relacionamento institucionalizado com ministérios e entidades que detêm responsabilidades de decisão em Lisboa», bem como com inúmeras organizações representativas de sectores económicos, sociais, culturais e científicos da cidade, a criação do Forum Lisboa e a realização de inúmeros encontros de trabalho nas Juntas de Freguesia para resolver problemas específicos locais.

No segundo ponto refere-se a aprovação do projecto EDT — **Eficácia, Transparência e Desburocratização** (à luz do qual se abrem cinco serviços de atendimento, dois postos novos em Benfica e Olivais, se abrem os serviços ao público à hora do almoço, etc.), a criação do **gestor de processo** (responsável pelo andamento dos processos, estando o método já em funcionamento nas zonas da Ajuda/Belém e Av. da Liberdade), a informatização dos serviços e o lançamento do sistema de pagamento das rendas municipais através dos CTT.

Quanto ao terceiro ponto há a registar a celebração de 162 protocolos com 51 Juntas de Freguesia para descentralizar recursos e competências em numerosas e importantes

Assim, no 4.º ponto, alinha-se o início da resolução dos principais estrangulamentos da rede viária urbana, o lançamento de concursos públicos para diversos desnivelamentos em pontos fulcrais da cidade (Av. da República/Av. de Berna, Av. João XXI/Av. de Roma e Areeiro, etc.), repavimentação de mais de 150 km de

A aprovação do Plano de Ordenamento e Revitalização do Parque de Monsanto abre esse espaço à plena fruição dos lisboetas, integrando-o no tecido urbano e facilitando o acesso e a circulação no seu interior

faixas de circulação, concursos para a reconstrução de arruamentos e a realização de acções pontuais de ordenamentos das paragens dos transportes públicos.

O 5.º ponto ataca os problemas de estacionamento e refere a abertura de concurso para a construção e gestão privadas de 10 parques em silo, a elaboração de projectos para outros parques subterrâneos, o início da criação de novas zonas de estacionamento de curta duração, o arranjo de diversos parques e o início da remoção de veículos abandonados na via pública.

Quanto ao 6.º ponto, refira-se o melhoramento do esquema de circulação das Avenidas Novas, o alar-

nicipais para a construção de 3000 fogos de cooperativas nos próximos três anos, são as medidas a destacar do ponto 8, a que se segue, no ponto n.º 9, a recuperação de 1200 fogos através de diversos programas existentes e a aprovação de uma proposta para promover a recuperação sistemática de prédios de grandes senhorios, no ponto 10.º a triplicação do investimento no património habitacional municipal e a elaboração do plano de obras nos bairros municipais, tal como, no ponto 11.º, a criação de uma comissão paritária de acompanhamento do Projecto do Alto do Lumiar.

Entretanto foram executadas sete grandes medidas para a animação da cidade, contando-se na primeira a revitalização das Festas de Lisboa, a organização de um Festival de Verão e o apoio de realizações desportivas de dimensão internacional — iniciativas de que a cidade se lembra pela qualidade que as caracterizou.

Outra medida apontou para o aumento significativo da quantidade e qualidade da oferta cultural (nomeadamente com a dinamização dos teatros municipais S. Luiz e Maria Matos), a promoção ou apoio para 50 espectáculos musicais, e abertura de um mercado de arte no Largo do Carmo (durante o Verão) e apoio à Feira do Livro, enquanto a seguinte

zação do Parque de Monsanto (abrindo esse espaço à plena fruição dos lisboetas, integrando-o no tecido urbano e facilitando o acesso e a circulação no seu interior), a abertura da Tapada das Necessidades ao públi-

de recolha do lixo, iniciou-se a construção do Interceptor de Esgotos Algés/Belém/Alcântara e estando-se, em matéria de lixos hospitalares, a definir com os municípios vizinhos o seu tratamento adequado.

O desporto animou Lisboa com competições frequentemente de alto gabarito internacional; na foto, momento do meeting internacional TAP, realizado em Maio de 90



Momento da assinatura de um dos numerosos protocolos assinados com Escolas Preparatórias e Secundárias da capital; à esquerda, na foto, está o vereador do pelouro, Rego Mendes

Sublinhe-se que este acervo — eventualmente árido na sua enunciação — constitui um levantamento concreto do que se fez em confronto com o que se prometeu. A taxa de execução ronda os 80%. É certamente bom. Dar conta disso, ou melhor, arriscar o confronto entre o prometido e o feito, é também um acto a considerar no quadro das realizações

matérias, bem como a celebração de outros 64 protocolos com Escolas Preparatórias e Secundárias destinados a promover o desporto escolar e a abrir as instalações desportivas existentes à população jovem que a elas não tinha acesso.

Descongestionar a Cidade

Os quatro pontos seguintes — subordinados ao item referido em subtítulo — apresentam uma extensa lista de empreendimentos, como é natural, dado tratar-se de actuações sobre um problema tão complexo como o trânsito da cidade.

Habitação e Animação da Cidade

O início de 1295 fogos no quadro do Plano de Intervenção a Médio Prazo (PIMP), a conclusão de cerca de 800 fogos para famílias residentes em barracas e a celebração de um protocolo para a cedência de terrenos mu-

refere o início da elaboração da Carta Desportiva e da Carta Cultural da Cidade, a promoção da formação de animadores desportivos e a recuperação de 179 parques infantis, uma outra criou um passe cultural para o ciclo de cinema no S. Luiz e estabeleceu acordos pontuais com escolas, estudantes e Juntas de Freguesia para livre acesso a diversas iniciativas.

As restantes medidas «realizaram» o I Encontro com as Casas Regionais sediadas em Lisboa, alargaram a rede de espaços polidesportivos descobertos, lançaram o programa «Desporto em Idade Escolar», promoveram a «Animação do Terreiro do Paço» e as «Férias Desportivas», apoiaram as organizações de veteranos e deficientes na prática desportiva dos seus associados e iniciaram o programa «Avós e Netos», integrado na animação desportiva de espaços públicos.

Melhorar o Ambiente Urbano

Nada menos que 11 medidas foram implementadas para melhorar o ambiente urbano, a começar pela prometida eleição do Provedor do Ambiente e da Qualidade de Vida de Lisboa pela Assembleia Municipal, estando o seu trabalho de apreciação e encaminhamento das queixas dos cidadãos já em condições de se desenvolver.

Mas outras há, e que enunciamos muito resumidamente, como é natural. É o caso da aceleração das obras do parque oriental de Chelas, o início da arborização do parque periférico da cidade, a reavaliação do projecto destinado a reestruturar o mercado 31 de Janeiro (entre Picoas e Praça José Fontana), a aprovação do Plano de Ordenamento e Revitali-

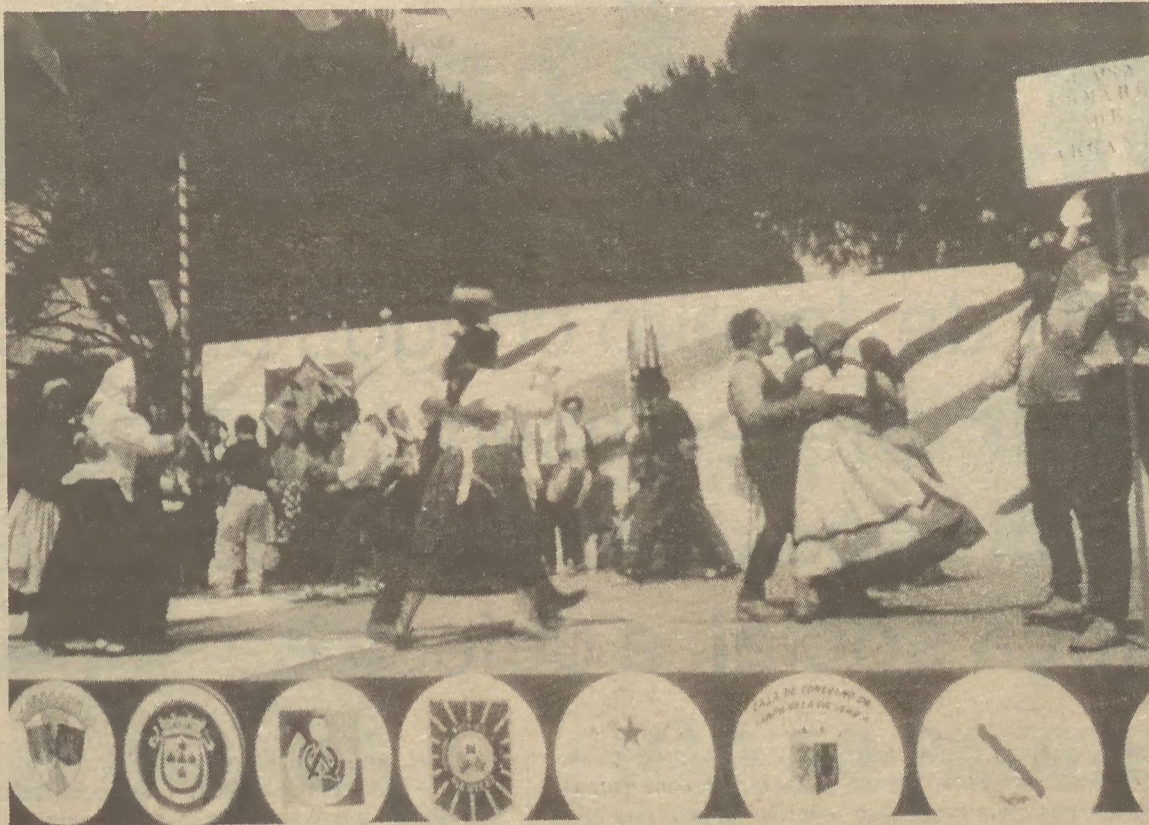
Ordenar e Reabilitar uma Cidade Segura

No campo do ordenamento da cidade interpretou-se o Plano Geral de Urbanização de Lisboa através duma chamada «Normativa Urbanística», a par de outras medidas parcelares nesta matéria onde, como se sabe, há muito que fazer. Dai a importância da instalação do Gabinete do Plano Director Municipal (em curso) de onde emergem preocupações específicas como a conclusão de um relatório do inventário do património edificado

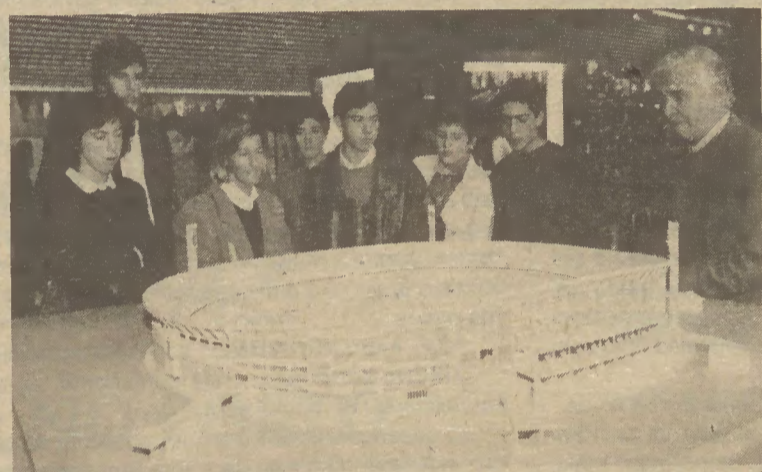
co, a criação de condições para a reabilitação de fachadas de edifícios, a elaboração do novo projecto para o Centro Cívico, Cultural e Comercial dos Olivais, a activação da linha verde «tapa-buracos», com pequenas unidades SOS para intervenções de emergência.

Limpou-se, recuperou-se e revalorizou-se uma dezena de estátuas (com destaque para a de Camões e do Padrão das Descobertas), encetaram-se obras de recuperação de passeios, aprovou-se o Plano de Ordenamento da Rua Augusta, relançaram-se as obras do Monumental, melhorou-se a limpeza da cidade através do ajustamento dos horários

com vista à elaboração de uma Carta do Património. O enfrentar de outros problemas concretizou-se na criação de condições aos proprietários da zona sinistrada do Chiado para a reconstrução dos seus prédios em bases económico-financeiras favoráveis, na disponibilização de somas para a promoção imobiliária privada, na conclusão de um relatório do in-



As Festas da Cidade foram um sucesso — aqui em pleno palco no Parque Eduardo VII



Em Novembro do ano passado, jovens visitaram o Estádio da Luz. O cicerone (à direita) foi Carlos Pinhão

Entretanto foram executadas sete grandes medidas para a animação da cidade, contando-se na primeira a revitalização das Festas de Lisboa, a organização de um Festival de Verão e o apoio de realizações desportivas de dimensão internacional — iniciativas de que a cidade se lembra pela qualidade que as caracterizou

protocolo «Operação Emprego para Deficientes», verbas para cursos de alfabetização de adultos, construção dos Centros Polivalentes de S. Cristóvão e S. Lourenço e contribuição para o equipamento de 10 centros de 3.ª

idade, adjudicação à EPUL da construção de 15 apartamentos para idosos na Penha de França e mais medidas para procurar responder aos problemas terminais de pobreza.

Sublinhe-se, em nota final, que este acervo — eventualmente árido na sua enunciação — constitui um levantamento concreto do que se fez em confronto com o que se prometeu. A taxa de execução, como já dissemos, ronda os 80%. É certamente bom. Dar conta disso, ou melhor, arriscar o confronto entre o prometido e o feito, é também um acto a considerar no quadro das realizações. Que pode ser comprovado, como tudo o que vem à luz do dia. Que merece, quiçá, a melhor das considerações pelo bom caminho concretizado — o do trabalho empenhado e à vista de toda a gente. ■

Jorge Sampaio

O papão da onda vermelha

Na sua intervenção que apresentou o **Prestar Contas** da Câmara Municipal de Lisboa, **Jorge Sampaio** teceu algumas considerações sobre «o balanço político deste primeiro ano de mandato autárquico» que passamos a transcrever.

(...) Há um ano agitava-se o papão da onda vermelha que, contra os ventos da História, vinha abater-se sobre Lisboa, para desassossego de pessoas e bens.

Hoje, em pleno coração político do País, orgulho-me de estar na raiz de um trabalho sério e empenhado, assente na convivência democrática, activa e concretizadora, de uma equipa composta por socialistas e comunistas e alargada a cristãos democratas e populares monárquicos.

Considero essencial o resultado desta inédita **convergência** política na base de um programa concreto para o governo da Cidade. Um governo que passou o teste da coesão na votação de dois Orçamentos, um Plano a Médio Prazo e inúmeras deliberações que marcarão a vida de Lisboa nos próximos anos.

Conscientes da nossa esfera de competências, mas também dos limites de um protagonismo balizado por outros decisores de primeira grandeza, abrimo-nos ao diálogo e à **contratualização** com todos eles, para que Lisboa possa beneficiar ao máximo de decisões conjugadas e mutuamente compatíveis.

Repito aqui o que sempre tenho dito ao longo deste ano: a Câmara Municipal de Lisboa não é, nem quer ser, contrapoder a quem quer que seja. Pena é que nos domínios da habitação, do trânsito e até da simples nomeação de postos superiores dos nossos serviços, o Governo se tenha comportado face às solicitações com uma inesperada lentidão ou omissão incompreensível.

Não quero deixar de realçar o início promissor do trabalho conjunto com as outras Câmaras Municipais que compõem a Área Metropolitana de Lisboa. É este o caminho do futuro para a região onde vive e trabalha um terço dos portugueses.

Também ao nível das 53 freguesias de Lisboa, pautei as relações da Câmara pelos princípios da equidade e não discriminação política. As verbas transferidas foram distribuídas por critérios gerais, aplicados por igual a todos. E avançamos na **descentralização** de competências e meios mediante a assinatura de 162 protocolos com 51 juntas de freguesia. Eles reforçam os orçamentos das juntas em mais de 200 mil contos. É um caminho que prosseguiremos e desenvolveremos.

Este balanço político não ficaria completo se não aludisse, também, à actuação do PSD, dentro e fora da Câmara Municipal de Lisboa.

Quem se tenha dado ao trabalho de recensear, ao longo de 1990, as declarações públicas de responsáveis do PSD a vários níveis, acerca da actividade da maioria na Câmara, não poderá senão concluir que a nossa passagem pela Praça do Município só trouxe desgraças aos lisboetas.

Os resultados que hoje vos apresento permitem concluir que esse discurso não acertou o alvo: o abismo entre as palavras e os actos é claro: aliás, das 485 deliberações tomadas em Câmara, o PSD votou apenas contra 30 (6% do total). Votou favoravelmente 285 (59%) e absteve-se em 170.

Na discussão do Plano a Médio Prazo ficou claro que o PSD não tem uma alternativa para Lisboa. Mais: pelo que disse antes, durante e depois dessa discussão, o PSD demonstrou a sua incoerência e duplicidade (...) ■



As comemorações do Dia Mundial do Ambiente (5 de Junho) tiveram particular expressão num vasto conjunto de iniciativas no Parque Florestal de Monsanto, que a CML, aliás, quer devolver aos lisboetas em todo o seu esplendor

ventário do património edificado, na duplicação da verba investida na reabilitação dos núcleos históricos e na aprovação do Plano de Salvaguarda e Valorização da Ajuda/Belém e Jerónimos/Junqueira. Isto alinhado em seis pontos do Plano de Emergência — já agora e para identificação, do 30.º ao 35.º.

Quanto à segurança da cidade, sete medidas dela cuidaram. Ora realizando exercícios simulados a prever reacções perante grandes catástrofes, ora avançando na resposta concreta às necessidades, como a aquisição de 12 novas viaturas para o Regimento de Sapadores Bombeiros (e

a encomenda de mais nove para 1991), ora construindo pequenos/grandes pormenores do quotidiano da cidade, como a instalação de passagens superiores em diversos pontos, a pintura sistemática das passadeiras de peões, o reforço da rede de iluminação pública nas zonas mais degradadas, a adjudicação de grandes obras de muros de suporte, ou a limpeza de sarjetas antes das chuvas. E a coordenação com as autoridades policiais, nomeadamente com o aumento da área de intervenção da polícia florestal e as diligências, junto da PSP, para uma maior segurança em locais mais sensíveis e perigosos da cidade.

Melhorar a Educação e o Apoio Social

As oito medidas finais referem muita coisa, no **item** em epígrafe. Enunciemo-los, ainda simplesmente:

Conclusão de 14 obras de remodelação e ampliação em escolas primárias (estando em curso mais 16), conclusão do levantamento das necessidades de espaços para a rede pública do ensino pré-escolar, apoio à inserção de professores e alunos na comunidade, fornecimento de diapositivos às escolas, assinatura de um

31 de Janeiro de 1891

«O 31 de Janeiro chegou até nós pelos valores que representa: a conquista dos **direitos democráticos**, a luta pela **justiça social**, a defesa da **soberania nacional**»

Ao comemorarmos os cem anos do 31 de Janeiro uma natural interrogação se levanta: porque é que uma revolta popular tão ambiciosa nos seus propósitos mas tão singela nos seus meios, efêmera na sua duração e mesmo ingénua na sua tessitura pôde chegar até nós e inspirar respeito e admiração pelos seus protagonistas e renovado interesse pela investigação dos factos?

Uma revolta popular, corporizada por militares de baixa patente, jornalistas, intelectuais, que colheu a visível simpatia de uma boa parte da população da cidade e dispunha de apoios no centro e sul do País que não chegou a activar, mas não teve a dirigi-la nem generais, nem chefes políticos, nem quaisquer figuras de relevo e que teve a extrema ousadia de derrubar o regime monárquico e proclamar a república e tempo ainda de anunciar um imaginado governo provisório — porque perdurou tantos anos e tantas gerações a memória dos vencidos do 31 de Janeiro?

A resposta não é simples nem comporta leituras redutoras.

A verdade é que desde 1891 o 31 de Janeiro foi sempre lembrado ou comemorado, ainda durante a monarquia, mais tarde nos anos da 1.ª República, sempre durante o regime fascista e já depois do 25 de Abril.

No tempo da ditadura constituiu ocasião de pequenas e grandes acções de protesto contra o cerceamento de direitos e a repressão policial, por vezes em jornadas de luta muito participadas e combativas, marcadas por sangue e prisões. O fascismo chegou a mudar a placa da rua que no Porto tinha — e voltou agora a ter — o nome de 31 de Janeiro, mandava vigiar o cemitério do Prado do Repouso, lugar de romagem anual junto do belíssimo monumento evocador dos revoltosos, observava de perto todos os locais onde os democratas os homenageavam, para a PIDE os recensear, conhecer e mais tarde perseguir.

O regime temia a simples evocação de uma jornada já longínqua, mas cheia de bravura e generosidade.

O 31 de Janeiro chegou até nós pelos valores que representa: a conquista dos **direitos democráticos**, a luta pela **Justiça Social**, a defesa da **Soberania Nacional**.

São valores que a nossa história tornou inseparáveis.

O mais fácil, neste Centenário, é envolvê-lo em palavras grandiloquentes, brilhantes sessões solenes e profusão de belos sentimentos, vistosos mas vazios se os desligarmos da realidade portuguesa destes anos 90.

Pensamos que seria melhor homenagem debater a actualidade do 31 de Janeiro tanto pelos valores que representa como pelo exemplo de luta dos seus artífices, porque eles ousaram o que outros temiam, agiram na vez de se resignar, porque caminharam contra a maré, mas integrando a corrente mais profunda da História que é a da libertação dos homens e da emancipação dos povos.

1891 é um ano marcado por factores de crise.

Tratava-se de uma crise conjuntural, agravada pelas vulnerabilidades da nossa economia.

O desenvolvimento era mais aparente do que real, a produção industrial mantinha-se fraca. Simultaneamente as exportações essencialmente agrícolas entraram em recessão enquanto as importações não cessavam de aumentar. Os preços subiam acentuadamente. O grande capital entregava-se a jogos financeiros improdutos. Entretanto, o câmbio do Brasil baixou repentinamente, desvalorizando as remessas dos emigrantes, o país entrou praticamente em bancarrota.

É neste quadro que surge a Revolta de 31 de Janeiro: crise económica e descrédito das instituições.

O movimento foi prontamente vencido. Os chefes civis e numerosos militares que nele participaram foram presos, perseguidos, condenados ao degredo. Mas o regime não readquiriu com isso a credibilidade perdida.

Em momentos diferentes da nossa história, atravessando anos e gerações, a memória do 31 de Janeiro trouxe um esti-

mulo e um alento a um regime democrático e independente. Não será muito o século de história, a actual.

A nossa economia. Os grupos dirigentes da actividade industrial, continuam a entregar a centros sociais da economia, e de defesa diplomática.

Como há cem anos classes trabalhadoras

Como há cem anos aparente do que real

Direitos democráticos feridos diariamente nas carreiras profissionais, hegemonia e perpetuação

Há mesmo quem completar o quadro dum estabelecimento político.

Dir-se-ia mesmo que em 1891 lutava-se por Portugal.

Uma luta que prosseguiu nos vovos e nas formas, após importantes conquistas do nosso País.

31 de Janeiro 1991



Bombardeamento da Câmara Municipal do Porto por tropas fiéis ao Governo (gravura da época)



Na varanda da Câmara Municipal do Porto os revoltosos do 31 de Janeiro chegaram a anunciar a proclamação da República e os nomes dos membros do governo provisório

Muitos dos revolucionários do 31 de Janeiro foram deportados para a África, transportados...

Agenda

Avante!

Ano 61 — Série VII
N.º 893

31 de Janeiro de 1991

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



NÃO À GUERRA PELA VIDA PELA PAZ

DESFILÉ NO PORTO
Sábado, 2 de Fevereiro,
às 15h, na Pç. dos Leões

APELO

É com horror que assistimos ao desenvolvimento da guerra no Golfo, com consequências terríveis em perdas de vidas humanas e de importantes recursos económicos.

A guerra desenvolve-se a um ritmo imprevisível, ameaçando alastrar a toda a região. Já hoje há perdas irreparáveis. Populações civis estão a ser atingidas. A utilização de armas de extermínio em massa pode ocorrer a qualquer momento.

Se não cessarem imediatamente as hostilidades haverá milhares e milhares de mortes. As populações civis indefesas continuarão a ser dizimadas. Vão-se perder as vidas de milhares de soldados. Muitas crianças irão morrer. As consequências ambientais e ecológicas podem ser catastróficas.

É por isso, em primeiro lugar, em nome da vida que juntamos a nossa voz à de milhares de pessoas que em todo o mundo reclamam o fim da guerra e exigem a paz. A guerra nunca é uma boa solução para qualquer conflito, a guerra é mesmo a pior solução. O único caminho viável é o da paz e do diálogo.

As organizações subscritoras, num espírito de total abertura, apelam a todas as forças sociais, políticas, culturais, religiosas, personalidades e organizações juvenis que unam esforços exigindo o fim das hostilidades e pela paz, aderindo ao Desfile que se vai realizar no próximo sábado, na Praça dos Leões.

Apelam aos jovens, às mulheres, às mães que não querem ver os seus filhos envolvidos numa guerra, aos intelectuais, aos trabalhadores e aos cidadãos em geral que participem no Desfile, exigindo o cessar-fogo e a imediata abertura de negociações para uma solução pacífica no Médio Oriente.

Associação de Estudantes da Escola Secundária António Sérgio * Associação de Estudantes da Escola Superior de Educação * Associação de Estudantes da Faculdade de Ciência do Desporto e Educação Física * Associação de Estudantes da Faculdade de Letras * Associação Portuguesa de Deficientes * Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores/Porto * Cooperativa de Ensino Superior Artístico do Porto * Conselho Português Para a Paz e Cooperação * Federação das Associações Juvenis do Distrito do Porto * Interjovem * JOC-Juventude Operária Católica * LOC-Liga Operária Católica * MDM-Movimento Democrático de Mulheres * MURPI-Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos * Sindicato dos Jornalistas * Secretariado dos Trabalhadores-Estudantes do Distrito do Porto * UMAF-União de Mulheres Anti-Fascistas * UCNOD-União Coordenadora Nacional dos Organismos de Deficientes * União dos Sindicatos do Porto/CGTP-IN * Universidade Popular do Porto

O PCP
na luta
social

PCP

NÃO AO PACOTE LABORAL!

LISBOA

Plenário Distrital de militantes do Partido em empresas, estruturas sindicais e CT's e outros quadros de Direcção

para discutir a **intervenção dos comunistas na luta social**, nomeadamente na luta reivindicativa

pelas 40 horas semanais, pela defesa dos direitos dos trabalhadores, pela defesa do SEE, **contra o Pacote Laboral**

com a participação do camarada **Álvaro Cunhal**.

Sábado, dia 22 — das 14.30 às 19 horas
Salão da Junta de Freguesia de Alcântara

Jornada pela Paz em Sines

A culminar um **Concerto pela Paz** que amanhã, sexta-feira, às 21 horas terá lugar na Sociedade União Recreio Sport Sineense, realiza-se um Desfile que seguirá daquele local até à estátua de Vasco da Gama, no Castelo.

A iniciativa é da delegação local do **MDM**, com a colaboração da Sociedade União e da sua Banda, que actuará durante o concerto.

Debate em Viseu

No próximo sábado, com início às 15.30, realiza-se no salão da Assembleia Municipal de Viseu um debate sobre a guerra no Golfo, promovido pela Comissão Concelhia do PCP e conduzido pelo jornalista **José Goulão**.

Almoço-convívio em Barcarena

Camaradas e amigos de Barcarena reúnem-se no próximo domingo a partir das 13 horas num almoço-convívio no Centro de Trabalho de **Tercena**.

Hoje às 15.30, na Sala Milão do Hotel Roma

Colóquio Criança Presente. Futuro.

Com a participação de especialistas e activistas de movimentos e estruturas de apoio à Criança, e ainda de **Carlos Carvalhas**.

Cinema A selecção

		David Lopes	M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Cyrano de Bergerac	★★★	★★★	★★★	★★★★★
B	Conto da Primavera	★★★★	★★★★	★★★	★★★★
C	Palombella Rossa	—	★★★	—	—
D	Tudo Bons Rapazes	★★★	★★	★★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★
 A — Real. Jean-Paul Rappeneau - Forum Picoas/2 (14.00, 16.30, 19.15, 21.45), King Triplex/1 (14.15, 16.30, 19.15, 21.45) - Lisboa.
 B — Real. Eric Rohmer - Sétima Arte (14.15, 17.00, 19.00, 21.45) King Triplex/3 (13.30, 15.30, 17.45, 19.45, 22.00) - Lisboa.
 C — Real. Nanin Moretti — Forum Picoas/1 (22.00) - Lisboa.
 D — Real. Martin Scorsese — Amoreiras/10 (13.45, 16.30, 19.00, 21.45, 00.30), Quarteto/2 (14.15, 17.20, 22.30), Cine Portela/Estúdio Sheza (15.15, 21.15) - Lisboa.

Exposições

LISBOA

Alberto Carneiro - Escultura; desenho. Exposição retrospectiva em três espaços: na SNBA, na Gulbenkian e na EMI-Valentim de Carvalho.

Albuquerque Mendes - Pintura. Nasoni, Av. Columbano Bordoal Pinheiro, 9-B. De 2ª a sáb. das 10 às 13 e das 15 às 19.

António Carmo - Pintura. Galeria de S. Mamede, R. Escola Politécnica, 167.

António Dacosta, Botelho, Lurdes Castro - Tapeçarias segundo cartões inéditos. Galeria de Tapeçarias de Portalegre, R. Academia das Ciências, 2-J (até fins de Fevereiro).

Arshile Gorky - Pintura e desenho. Fundação Gulbenkian, Av. Berna. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 10/2).

Bruno Sequeira e Pedro Bidarra Silva - «A Pele - Silêncio da Luz e Segredos da Sombra», fotografia. Casa da Memória, Caç. do Galvão, 121 (até 16/2).

Canto da Maia, Escultor. Palácio da Ajuda - Galeria de Pintura do Rei D. Luís. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 31/1).

Carlo Patrone - «Histocromias». Instituto Italiano de Cultura, Rua do Salitre, 146 (até 7/2).

Carlos Vidal - Fotografia. Galeria Graça Fonseca, R. da Emenda, 26, c/v (até 28/2).

Colecção de Fotografias da SEC (internacional). Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16. De 3ª a dom. das 10 às 20 (até 3/3).

Colectiva de Pintura (Alvaro Carneiro, Carlo Pólvora, Costa Martins, Edgardo Xavier, Elisabete Góis, Isabel Pena, Lurdes Leite, Man, Rogério de Freitas, Ana Galvão, Cecília Guimarães, Duarte Saraiva, Eduardo Pedroso, Hilário Teixeira Lopes, Luisa Nogueira, Lurdes Sousa, Maria José Camões, Trindade Silva). Galeria L190, Av. da Liberdade, 190, c/v. De 2ª a 6ª das 15 às 20 (até 26/2).

Desenhar a Revista - Cenários e figurinos para o Teatro de Revista (de 1900 a 1960). Museu do Teatro, Estrada do Lumiar, 10. De 3ª a dom. das 10 às 12.30 e das 14 às 17.

Fernando Calhau - Objectos em ferro e néon. Gal. Cómicos, R. Tenente Raúl Cascais, 1. De 2ª a sáb.

das 15 às 19.30 (até 23/2).

Homenagem a Raúl Lino. Museu de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo ((até fins de Fevereiro).

Iluminuras - «A Iluminura em Portugal», sécs. XII/XVI. Torre do Tombo, Cidade Universitária. Das 10 às 16.30 (até 10/2).

João Peral - Pintura. Galeria Triângulo 48, Av. D. Vasco da Gama, 48. De 3ª a sáb. das 14 às 20 (até 2/2).

João Salema e José de Guimarães - Pintura e serigrafia. Galeria Módulo, Calçada dos Mestres, 34. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 5/2).

João Tabarra - Fotografias. Monumental, Campo Mártires da Pátria, 101. De 3ª a dom. das 15 às 20 (até 12/2).

José Luís Tirado - Pintura. Galeria Miron, Rua do Mirante, 14, r/c (até 16/2).

José Pedro Croft - Escultura. Galeria Alda Cortez, Largo de Santos, 1 (das 15 às 20) e na Galeria Atlântica, Av. Columbano Bordoal Pinheiro, 92.

Lima de Freitas - Ilustrações de livros: originais e edições ilustradas. Biblioteca Nacional, Campo Grande. De 2ª a 6ª das 10 às 19, sáb. das 10 às 17 (até 2/2).

Madalena Seixas - Aquarelas. Biblioteca Nacional, Campo Grande (até 31/1).

Michel Bouvet - «Vive L'Affiche» (cartazes sobre temas e acontecimentos culturais). Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, 9. De 2ª a 6ª das 9 às 20 (até 31/1).

Nuno San-Payo - Pintura. Galeria Ygreco, Av. António Augusto de Aguiar, 13-C (até 28/2).

Papagaios de Papel («Pinturas no Céu», colectiva internacional). Centro de Arte Moderna, Fundação Gulbenkian. De 3ª a dom. das 10 às 17 (até 3/2).

Tapeçaria do Séc. XVI - Palácio Nacional da Ajuda (Galeria do Rei D. Luís), Calçada da Ajuda. De 3ª a dom. das 10 às 17.

Vittorio Graziano - Fotografia. Instituto Italiano de Cultura, R. do Salitre, 146.



José Luís Tirado, um pintor espanhol em Lisboa



Nuno San-Payo expõe trabalhos recentes

frederico Luz, Carlos Moura, José Catrola, Luís Alves da Costa e Ribeiro Farinha). De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/2).

José de Guimarães - Serigrafias. Galeria Módulo, Av. da Boavista, 854. De 2ª a sáb. das 16 às 20 (até 15/2).

Leonel Moura - «Amália», pintura. Galeria Fluxus, Rua do Rosário, 125.

Manuel Oliveira - Pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2ª a 6ª das 9 às 23.30, sáb. das 15 às 19 e das 21.30 às 23.30, dom. das 14.30 às 20.30 (até 13/2).

Nadir Afonso - Pintura. Galeria Quadrado Azul, Rua de Costa Cabral, 777, lj. 8. De 2ª a sáb. das 10 às 12 e das 15 às 22 (*inaugura amanhã*).

OUTRAS LOCALIDADES

António Pimentel - Pintura. Até 4/2, Centro Cultural S. Lourenço, ALMANCIL.

António Bretaño Pestana - Pintura. Galeria dos Patudos (até 10/2), ALPIARÇA.

Artur Bual - Pintura. Até 3/2, Galeria Municipal, AMADORA.

Júlio Resende - Pintura (exposição antológica). Museu Municipal Amadeo de Sousa Cardoso, AMARANTE.

Pedro Calapez - Instalação. Convento de S. Francisco, BEJA.

Cabrita Reis - Instalação. Convento de Santa Clara-a-Velha, COIMBRA.

Manuel Gamboa - Pintura. Almadarte, Av. Gen. Humberto Delgado, 3-B, COSTA DA CAPARICA.

Arte Pop Britânica (da colecção do CAM). Até 12/2, Galeria Municipal, FARO.

Sérgio Pombo - Pintura. Até 22/2, Galeria J.M. Gomes Alves, Largo João Franco, GUIMARAENS.

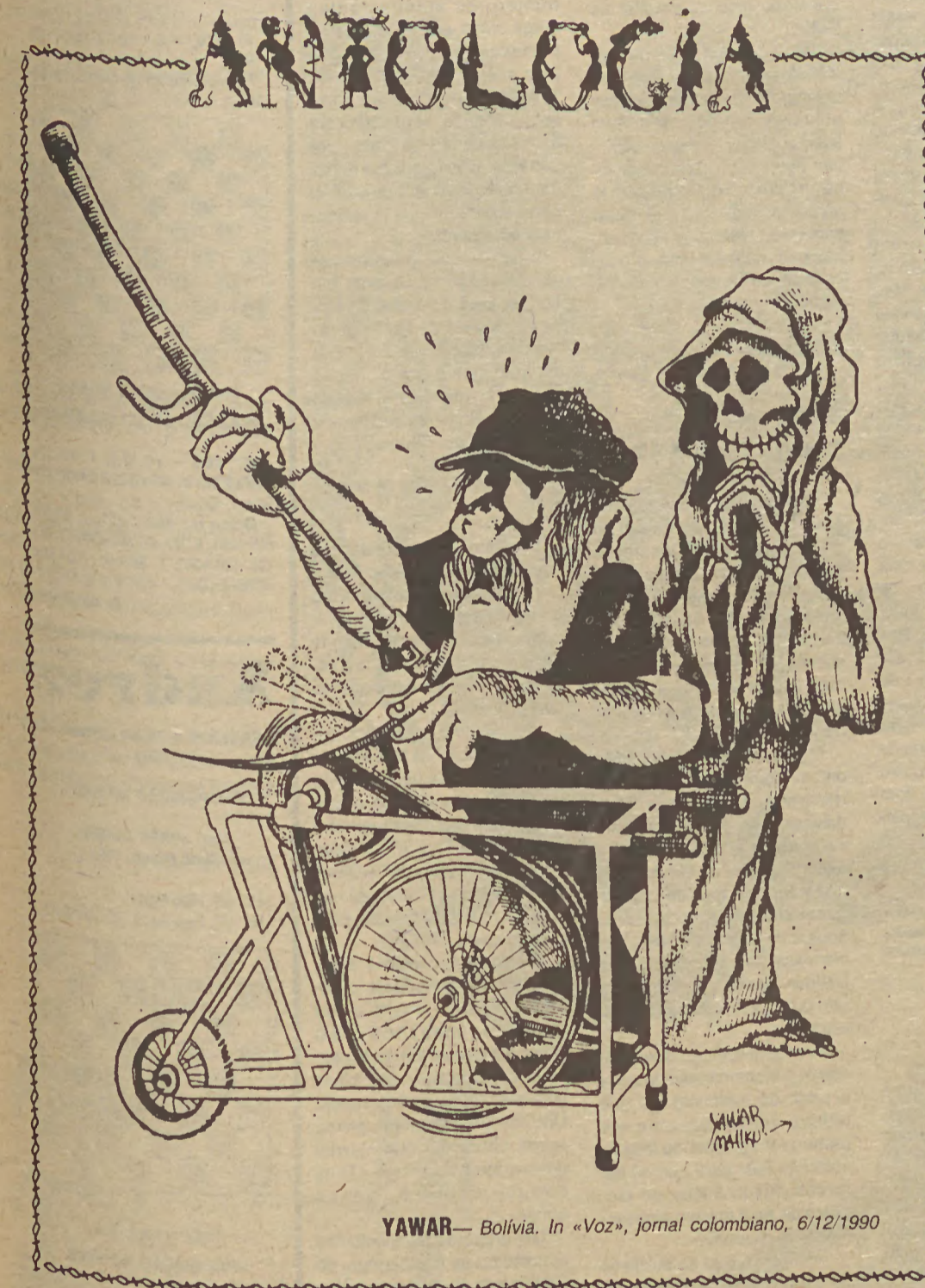
Luz Maia - «3 Mundos», pintura e escultura. Museu Municipal de Loures/Casa do Adro. De 3ª a 6ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 (até 3/2), LOURES.

Hilário Teixeira Lopes - «Trinta Anos de Pintura». Até 7/2, Galeria Espiral, Rua Cândido dos Reis, 90, OEIRAS.

Álvaro Lapa - Pintura. Até 25/2, Galeria de Arte, R. José Luís de Andrade, 139, SANTO TIRSO.

Pintura Portuguesa 1842-1979 (da colecção do Museu Nacional de Arte Contemporânea). Galeria de Exposições Temporárias do Palácio Nacional de Queluz. De 4ª a 2ª das 10 às 13 e das 14 às 17, QUELUZ.

Maria Kell - Azulejos. Até 24/2, Galeria Municipal, VILA FRANCA DE XIRA.



YAWAR— Bolívia. In «Voz», jornal colombiano, 6/12/1990

...e ainda

Música, debates, etc.

Tchaikovsky na Gulbenkian

A Sinfonia nº 1 («Sonhos de Inverno») de Tchaikovsky e três outras peças do compositor preenchem integralmente os concertos da violoncelista **Otra Harnoy** com a **Orquestra Gulbenkian** programados para hoje às 21.30 e amanhã às 18.30, no Grande Auditório Gulbenkian.

Dança

04º Programa desta temporada do **Ballet Gulbenkian** estreia na 4ª feira, dia 6, às 21.30, no Grande Auditório e é constituído por «Percurso Oscilantes» (coreografia de Paulo Ribeiro), «Jardim Cerrado» (coreografia de Nacho Du-

to, música de Maria del Mar Bonet) e «Nova Coreografia de Olga Roziz».

Entretanto, hoje às 18.30, amanhã às 21.30 e sábado às 17.30 e 21.30 têm lugar na mesma sala as últimas apresentações do Programa 3.

A **Companhia de Dança de Lisboa** apresenta também esta semana no Teatro S. Luiz um espectáculo constituído por três bailes: hoje, 5ª feira, às 21.30, sexta às 18.30 e 21.30 e domingo às 16.30.



Tempo Fim de Semana



Sábado e Domingo:
Tempo frio com céu pouco nublado. Alguns períodos de céu muito nublado na região Sul. O vento será de Nordeste, fraco a moderado.
(Previsão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

a TV

Estão a matar a cortiça

Transcrevo, com a devida vénia, alguns extractos do último «Acerto de Contas». As frases entre aspas devem-se ao sr. Fragoço Fernandes, presidente da Associação Nacional de Produtores de Cortiça. Como pano de fundo, a paisagem dolorosa dos sobreiros que estão a morrer...

«Neste momento, estamos no limite do drama. Não é ainda uma situação catastrófica, mas para lá caminhamos se não se tomarem medidas urgentes e eficazes.»

(...) Portugal viu-se obrigado, no ano passado, a comprar 75 por cento da produção corticeira espanhola.

(...) Mais uma vez enganaram os agricultores. Criou-se uma falsa expectativa, prometeram-se mundos e fundos, há dois anos que os projectos estão na gaveta, nem sequer são respondidos.»

(...) É um atestado que o governo está a passar de atrasados mentais aos agricultores portugueses.»

(...) Prometeu (o ministro da Agricultura) 30 contos por hectare, durante 20 anos, mas depois as verbas vão ser extremamente exíguas em relação ao volume da floresta. Seiscentos mil contos para uma floresta de crescimento lento, de Norte a Sul do país, não só é ridículo como é uma ofensa aos próprios agricultores.»

(...) O governo promete determinadas benesses para a floresta mas depois quando os agricultores se dirigem às repartições do Estado a resposta é invariável: «Não sabemos de nada.»

Resumindo: os sobreiros estão a morrer e ninguém lhes acode; a produção da cortiça (das maiores riquezas nacionais) diminui; o governo não liga; os agricultores são enganados, etc., etc.

O escândalo da cortiça (com os roubos, as delapidações, as agressões, as ilegalidades de que, ao longo dos anos, as UCPs foram vítimas) é dos maiores crimes praticados neste país.

A cortiça não está a morrer - estão a matá-la. **Acerto de Contas** daria informação mais completa sobre o assunto se fosse até ao local do crime - e escutasse as vítimas. Por exemplo: tudo se tornaria mais compreensível se fossem buscar o depoimento do deputado Lino de Carvalho. Para mais, está aqui tão perto...

Carnaval e drama das desigualdades

Mais uma vez aconselho os meus leitores a ficarem atentos e a programarem devidamente a sua recolha de TV.

Porque, de vez em quando, lá vêm umas informações preciosas - embora longe dos horários nobres. O Sol não se pode tapar com uma peneira...

Bastava ter visto o **Telejornal** em reportagem do fim-de-ano, para ver a miséria que se estadeia por essas ruas - ao mesmo tempo que, nos hotéis de luxo, os **reveillons** custavam dezenas de contos! Exemplo vivo das desigualdades sociais que Carlos Carvalhas disse ser urgente combater.

Ninguém o desmentiu...

Coisas que eu ouvi

Há mais informações para nosso esclarecimento.

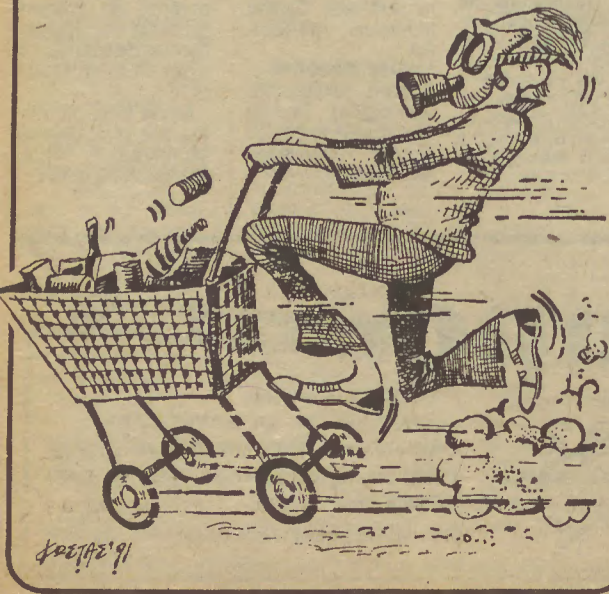
1 - Os preços no consumidor registaram em 1990 um crescimento médio de 13,4, contra 12,6 por cento em 1989.

2 - O défice da balança comercial portuguesa cresceu significativamente nos primeiros 10 meses de 1990. A diferença entre as importações e as exportações foi de 991 milhões (milhões, estás a ouvir?) de contos, o que corresponde a um aumento de 23 por cento...

3 - Finalmente, fica sabendo que o salário mínimo para equivaler ao poder de compra de 1985 devia ser de 60 contos, e não 40.

Realmente, pobre salário real - que Cavaco Silva apregoa ter subido. Estranho conceito de subidas e descidas.

■ Ulisses



Síntese semanal da IMPRENSA

A propósito da guerra

Embora com menos peso do que nas duas semanas anteriores, é a Guerra no Golfo que ocupa o maior espaço da imprensa publicada no nosso país. Uma imprensa que agora começa a dar voz ao desmascaramento da manipulação informativa, enquanto vai crescendo um pouco por todo o mundo a quantidade de manifestações em favor da Paz.

A mentira da imagem

O desespero daquela ave marinha, coberta de óleo, que com o bico tenta o impossível salto para o quebra-mar era real, era evidente, era incontestável - e era mentira. A gaivota que emergia, atónita, espessamente negra, cruzando-se com uma outra, já morta e envolta no cruze como fúnebres crepes, era autêntica, era palpável, era inegável - e era mistificação. Aquilo que vimos, aconteceu. Mas não aqui. Mas não agora. A imagem que vale por mil palavras é o *clické* que pode esconder outro: a imagem pode mentir mil vezes.

Passou despercebido, nas primeiras horas, dias mesmo - e as imagens correram mundo. O planeta ficava a conhecer, quase em directo, a maré negra que tinha sido provocada pelo Iraque. E não se interrogou, a vista turva pela repulsa que o acto gerou, se duas coisas seriam verdade: se aquelas imagens eram verdadeiras, no sentido de se referirem àquela maré negra de que se falava - e se ela havia sido provocada pelo Iraque. Agora, o mundo já sabe que se tratava de imagens de arquivo - e pode, legitimamente, com a prudência de um gato escaldado, perguntar se se, de facto, foi o Iraque a provocar o derrame.

Diário de Notícias, 30 de Janeiro

A guerra dos «media»

Por último, não pode ainda ser ignorado que a guerra mediática é, também ela, apenas a guerra de uma das partes em confronto. A informação que nos chega não é inocente, não é exaustiva e não é isenta. Estamos sujeitos a um perfeito massacre informativo, mas em que apenas contactamos as iniciativas de um dos lados, os seus sucessos, os seus dados estatísticos, as violências causadas às suas populações atingidas por meia dúzia de mísseis. A opinião pública menos atenta é assim levada a desumanizar a perspectiva que tem sobre o outro lado, que vê como simples agente passivo dos golpes que lhe são dirigidos, carecido de iniciativa, dependendo exclusivamente da resistência dos seus militares, transformados em «carne para canhão». Omitem-se as imagens sobre os sofrimentos das suas populações, certamente de um grau muito superior, já que estão há mais de uma semana submetidas, dia e noite, a vagas sucessivas de bombardeamentos, sem energia e sem água e com a capacidade de sobrevivência certamente afectada por um bloqueio prolongado. É

uma informação condicionada e por isso mesmo também tributária dos erros de previsão que têm caracterizado estes primeiros dias da batalha no Golfo.

Não creio que a guerra mediática seja encarada com muita simpatia pelos responsáveis militares e políticos. Quem sabe se, tendo o mundo assistido agora ao seu nascimento, não estará a assistir também já ao seu ocaso? Não irão nesse sentido as restrições informativas que, naturalmente, a pouco e pouco se têm imposto no teatro de guerra?

Brigadeiro Pezarat Correia, Público de 29 de Janeiro

Guerra pré-preparada

Saddam estava pronto a negociar a retirada do Kuwait 48 horas depois das suas tropas terem invadido aquele país, mas forças diversas impediram qualquer passo nesse sentido, fazendo pensar que estaria já montado um cenário para a guerra, afirmou ontem, em Amã, o rei Hussein da Jordânia.

O monarca hachemita, que ontem, perante a imprensa estrangeira, se mostrou mais descrente do que nunca relativamente à possibilidade de êxito do apelo de cessar-fogo que lançou há mais de uma semana, após a invasão do Kuwait, havia recebido do Presidente Saddam Hussein a garantia de que o Iraque iria negociar uma retirada.

Sem especificar quem ou como, o monarca adiantou que a partir do momento em que obteve aquela garantia por parte do Presidente do Iraque, «tudo foi feito para que os esforços diplomáticos do Governo de Amã fossem efectivamente bloqueados».

«Foi como que se existisse já, pré-preparado, o cenário de guerra, de que não se quiseram afastar alguns dos principais actores», comentou.

Manifestando a esperança de que os ecos do seu apelo ao cessar-fogo não tenham ainda cessado, e que «alguém resolva dar alguma oportunidade à paz», o soberano voltou a estabelecer uma ligação entre a situação no Kuwait e o conflito israelo-árabe.

«Não é preciso um grande esforço intelectual para perceber onde está a ligação», sustentou. Segundo o chefe do Estado jordano, «já que o ataque aliado contra o Iraque foi desencadeado, alegadamente para cumprimento de resoluções da ONU, haverá que conferir tratamento idêntico às que foram aprovadas por aquele fórum internacional em relação ao problema palestiano».

Diário de Notícias, 29 de Janeiro

Manifestações

A crise do Golfo voltou a movimentar este fim-de-semana um grande número de manifestantes um pouco por todo o mundo, tendo algumas das concentrações degenerado em violentos confrontos com a polícia, especialmente na Índia e na Suíça. Apesar disso, as iniciativas a favor da paz ficaram marcadas pela maior mobilização popular de sempre desde que o conflito armado teve início. (...)

Nos Estados Unidos, embora ainda minoritário, o movimento antiguerra parece reforçar-se à medida que o conflito se arrasta. Cerca de cem mil pessoas manifestaram-se tanto em Washington como em São Francisco, ou seja, um número cinco vezes superior às concentrações de 19 de Janeiro. Este aumento verificado no número de manifestantes surge numa altura em que as primeiras emoções causadas pela intervenção dos Estados Unidos contra o Iraque parecem esfriar-se, sobretudo com a noção cada vez maior, por parte da opinião pública norte-americana, de que a guerra, contrariamente ao previsto, está para durar.

Mais de 15 mil pessoas manifestaram-se igualmente em Tóquio, contra o plano do Governo japonês de dar nove mil milhões de dólares às forças multinacionais estacionadas na região do Golfo, assim como de enviar aviões para o transporte de refugiados.

A Capital, 28 de Janeiro

Protestos e manifestações contra a guerra no Golfo e a participação da Austrália no conflito «aqueceram» ontem, com cerca de cem pessoas presas e 70, incluindo um senador independente, expulsas do Parlamento.

Jo Valentino, o senador, criticou a decisão de Bob Hawke de enviar tropas para a região do Golfo, relembrando a promessa que o primeiro-ministro fez em Abril, no 75.º aniversário da invasão de Gallipoli por tropas australianas, de não voltar a mandar soldados para o estrangeiro.

Os manifestantes apuraram constantemente o primeiro-ministro durante o seu discurso, chegando a um ponto em que se tornou necessária a intervenção da Polícia e de elementos da segurança. Um dos manifestantes gritou, numa altura em que Hawke olhava para as mãos: «Tens sangue debaixo dessas unhas».

Um grupo de manifestantes concentrou-se nos degraus do Parlamento às primeiras horas da manhã, sendo finalmente admitido no edifício pelas 14.00 horas, altura em que Hawke iniciava o discurso.

Com a solução do conflito ainda longe, as manifestações nas cidades australianas têm-se intensificado, chegando a reunir 15 mil pessoas em Sydney e dez mil em Melbourne. Missas especiais foram também organizadas em todo o país, com o número de participantes a aumentar em relação a anteriores protestos semelhantes.

A Polícia teve também de intervir quando algumas manifestações, durante as horas de ponta, causaram confusão no tráfego já de si denso. Confrontos verbais e por vezes físicos entre manifestantes e transeuntes causaram alguns problemas e resultaram em cerca de 150 detenções.

Diário de Notícias, 29 de Janeiro

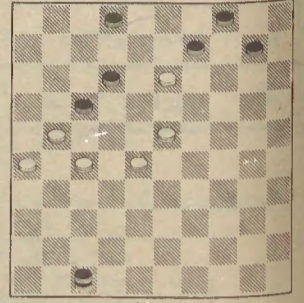
Damas

CCLXXXIX - 31 de Janeiro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 289

Por: C. MANOURY - 1770

Pr.: [7]: 2-4-9-10-12-17-(47)
Br.: [6]: 13-21-23-26-27-28

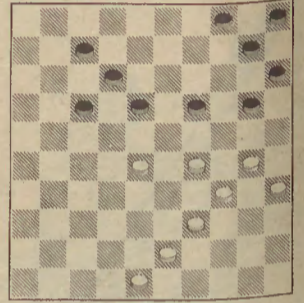


Branças jogam e ganham

GOLPE N.º 289

Por: LOUIS COUTELAN - Dez. 1934

Pr.: [10]: 4-5-7-10-12-15-17-18-19-20
Br.: [8]: 28-29-30-34-35-39-43-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CCLXXXIX

N.º 289 - (C.M.): 1. 23-18, (13x32); 2. 27x38, (47x8); 3. 21x5=D+

Golpe N.º 289 (L.C.): 1. 28-23, (19x28); 2. 39-33, (28x39); 3. 30-25, (39x30); 4. 25x14, (10x19); 5. 35-2=D+

A. de M.M.

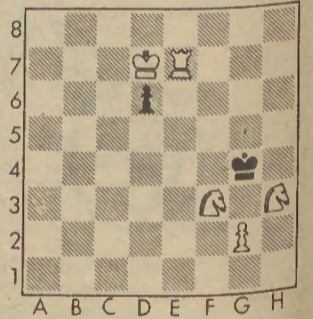
Xadrez

CCLXXXIX - 31 de Janeiro de 1991

PROPOSIÇÃO N.º 289/A

Por: JOSEF CUMPE Zlatá Praha, 1923

Pr.: [2]: PD6-Rg4
Br.: [5]: Pg2-Cs.f3, h3-T67-Rd7

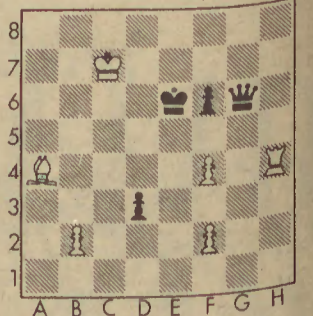


Mate em 3 lances

PROPOSIÇÃO N.º 289/B

Por: K.A.L. Kubbel Schachmatny Listok, 1928

Pr.: [4]: Ps.d3, f6-Dg6-R66
Br.: [6]: Ps.b2, f2, f4-B.a4-Th4-Rc7



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º CCLXXXIX

N.º 289/A - (J.C.): 1. T66, d5; 2. Té5, Rg3; 3. Tg5++
1., Rf5/Rh5; 2. Ch2/Cf2, d5; 3. g4++
N.º 289/B (K.A.L.K.): 1. f5+, R.f5 2. Bd7+, R65; 3. f4+, Rd5; 4. Bc6+, Rc5; 5. b4+ e g.

A. de M.M.



O monumento aos mártires do 31 de Janeiro no cemitério portuense do Prado do Repouso



Recontro entre as tropas revoltosas e unidades monárquicas nas ruas do Porto (gravura da época)

Cavalaria fiel ao governo monárquico carrega sobre populares favoráveis aos revoltosos (gravura da época)

DORP do PCP

1.º centenário de data histórica na luta pela liberdade e democracia

A Assembleia da República comemora hoje em sessão solene o primeiro Centenário da Revolta de 31 de Janeiro, facto relevante na nossa história cujas repercussões se fizeram sentir com grande peso no evoluir das lutas pela instituição da República, da liberdade e da democracia em Portugal.

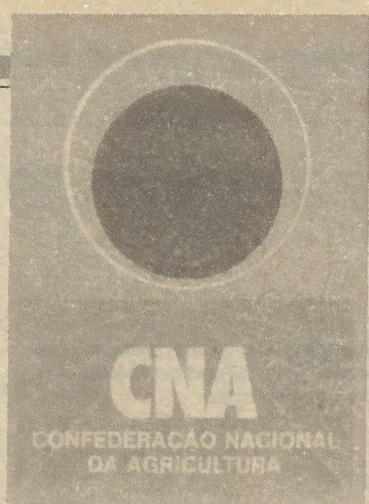
Agendada na sequência de uma proposta nesse sentido apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP, a reunião solene de hoje evocará assim as grandes movimentações populares que tiveram lugar no País como resposta ao *ultimatum* inglês e ao papel que os monárquicos tiveram nessa humilhação infligida a Portugal.

Grande afirmação em defesa da independência e dignidade nacional, estas movimentações constituíram simultaneamente, como assinalou ao «Avante!» o camarada Carlos Brito, deputado que hoje intervirá sobre a efeméride em nome do PCP, a primeira vez que o Partido Republicano consegue assumir-se como porta-voz dos mais profundos interesses e aspirações nacionais, a tal ponto que Guerra Junqueiro pôde dizer: «hoje, quem diz Pátria diz República».

Ao assinalar esta data histórica não pode deixar de se recordar igualmente que o 31 de Janeiro apareceu como a grande resposta ao afundamento da vida política nacional que caracterizou aquele período em consequência do rotativismo e da alternância entre dois partidos monárquicos — cuja acção, como frisou o líder parlamentar comunista ao nosso jornal, esvaziou de sentido qualquer proposta programática ou orientação doutrinária na vida nacional —, surgindo o movimento como o projecto de transformação regeneradora do País.

Das lições a reter do movimento de 31 de Janeiro importa ainda destacar que a sua derrota foi acima de tudo um resultado da divisão que se instalou no seu seio, facto que releva para primeiro plano a afirmação da unidade como valor decisivo para a vitória.





V Encontro é em Fevereiro

Urgente salvar a agricultura portuguesa

Em conferência de imprensa realizada em Lisboa, na semana passada, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) divulgou uma proposta de documento para discussão, na preparação do seu próximo Congresso — o V Encontro das Organizações da Lavoura e dos Agricultores de Portugal, a realizar no próximo dia 24 de Fevereiro, na Aula Magna da Universidade de Lisboa.

Recordando as conclusões do Encontro anterior, realizado em 1987, e as perspectivas então traçadas e as advertências lançadas tendo em conta a política do Governo, o documento faz um balanço da primeira etapa, já concluída, da primeira fase de transição da adesão à CEE. E afirma que «as perspectivas que se avizinham face às negociações e acordos feitos pelo Governo com a CEE vêm confirmar as prevenções e reivindicações que fizemos e que o Governo infelizmente ignorou». «Tal como em 1987», sublinha o documento divulgado à imprensa, «é hoje novamente necessário afirmar e proclamar que é urgente salvar a agricultura portuguesa.»

O documento chama a atenção para a necessidade de continuar a luta por uma nova política. Que «é tanto mais premente quanto é certo que se alterou e continua a alterar profundamente a situação socioeconómica do país e o contexto internacional que enquadram e condicionam o presente e o futuro da actividade agrícola nacional». E mostra a apreensão que merecem à CNA as recentes notícias vindas a público sobre as recentes propostas do Comissário da Agricultura da CEE: «ampliação das áreas de terras em pousio, uma baixa das quotas leiteiras de 4 a 5 por cento, uma redução dos apoios aos mercados bovino e cerealífero, e outras medidas, no sentido de reduzir a produção de cereais, leite, carne, tabaco e vinho». Chama ainda a atenção para as consequências da concretização dos acordos GATT (com a liberalização do comércio mundial «os preços portugueses sofrerão não só uma redução em função dos preços comunitários, como ainda essa redução se acentuará em função dos preços mundiais, mais baixos que os da CEE»).

Cinco anos perdidos

Foram cinco anos perdidos, afirma o documento referindo-se ao período transcorrido desde o início da integração comunitária. A política prosseguida nesta primeira fase de transição não correspondeu, nem no plano interno nem do da CEE, às exigências de modernização das explorações agrícolas, não garantiu a defesa dos interesses dos agricultores, nem contribuiu para a redução da dependência alimentar do país.

Nem os rendimentos dos agricultores e o seu nível de vida aumentaram, continuando a não haver incentivos para a permanência dos mais jovens, nem se preparou o sector para os embates que aí vêm. E a CNA aponta os principais agravamentos que a agricultura tem sofrido desde a entrada de Portugal na CEE. É uma importante lista, em que avultam as contradições. Por um lado, baixam os preços dos produtos, em termos reais, resultante da aceleração, pelo Governo, da harmonização

dos preços institucionais. Da depreciação da produção e das dificuldades de escoamento resultou uma política de porta aberta às importações. Por outro lado sobem os factores de produção enquanto o crédito é dificultado e não são reduzidas as taxas de juro para os níveis comunitários.

A legislação sobre seguros agrícolas manifestou-se desadequada. Enquanto o apoio à agricultura afectada pelas calamidades tem sido tardio e deficiente. Grande atraso também se tem registado no pagamento de subsídios e de prémios.

Quanto à política estrutural, o documento sublinha o seu desajustamento, apontando ao Governo a responsabilidade de não conseguir ultrapassar uma visão tecnocrática ao qual subordina os direitos dos proprietários de terras, enquanto é ignorado o fomento do associativismo agrícola.

Ineficácia total das medidas para impedir os sucessivos e crescentes fogos florestais, continuação da ofensiva contra os baldios, aplicação errada de vultuosos investimentos comunitários, dismantelamento de empresas e estruturas que retiraram sem compensações, apoio técnico e facilidades na comercialização aos agricultores, são outros tantos traços negativos da política governamental que



Na conferência de imprensa da passada semana, a CNA, anunciando o próximo Congresso, criticou a política do Governo em relação à agricultura e avançou propostas e reclamações

o documento assinala. Para além da acusação feita ao executivo e ao MAPA de marginalização da CNA, privilegiando a CAP no relacionamento institucional.

Trata-se de um balanço nada animador destes últimos cinco anos de quase estagnação. «Em síntese»,

afirma a CNA, «a agricultura não está em boas condições para enfrentar a segunda etapa, mesmo do ponto de vista de receptividade e ânimo dos agricultores à necessária modernização da agricultura portuguesa.

As perspectivas não são boas

As perspectivas da segunda etapa da fase de adesão não são boas. É o que o documento conclui tendo em conta o acordo estabelecido, cujos aspectos negativos são sublinhados. É nomeadamente chamada a atenção para a aplicação acelerada em Portugal de disciplinas e regulamentos comunitários de graves consequências para o sector leiteiro, os cereais, as frutas e a carne de bovino. Por outro lado, «não há um reforço global do PEDAP, sendo apenas atribuídos novos meios financeiros ao programa florestal, agravado ainda pela insuficiente dotação orçamental para fazer face à componente nacional dos apoios».

O documento chama ainda a atenção para a «ausência total de cláusulas que salvaguardem a agricultura portuguesa dos efeitos negativos dos acordos sobre o comércio internacional (GATT)».

E mais adiante, afirma a CNA: «Tendo em conta todos os aspectos referidos e pesadas que foram as consequências previsíveis dos Acordos estabelecidos para a segunda etapa da fase de transição, consideramos como nossas as conclusões constantes do Relatório da Comissão de Agricultura do Parlamento Europeu quando afirma:

«As medidas propostas pela Comissão para a 2.ª etapa de Adesão, conjuntamente com o prosseguimento da modernização da agricultura portuguesa, obrigarão os agricultores portugueses a um esforço adicional que se repercutirá, sem dúvida, de forma negativa nos seus rendi-

12 reclamações urgentes

Em anexo ao documento distribuído à imprensa pela CNA, um projecto foi também apresentado, contendo «uma dúzia de reclamações urgentes dos agricultores portugueses», que transcrevemos na íntegra:

1. Travar a baixa dos preços dos produtos agro-pecuários e florestais que está a verificar-se: preços da madeira de rolaria, vinho (dificuldades de saída e intervenção ao preço de 46\$00, na base de 12°), leite (baixa anunciada de 10\$00/litro), carne de bovino e suíno, arroz, garantindo-se mecanismos para um escoamento eficaz a preços compensadores.

2. Proteger no máximo possível o mercado nacional da importação de produtos estrangeiros, fazendo aplicar sempre que necessário os Mecanismos Complementares de Troca e outras medidas cautelares protectoras da nossa produção. Recusar o argumento da inflação para fazer pagar aos agricultores o que não é responsabilidade sua.

3. Fixar o subsídio de gasóleo num mínimo de 42\$50/litro com o pagamento em Maio do mesmo ano e actualizado sempre que haja subidas; uma bonificação, em percentagem igual, de 50% para a energia eléctrica e aluguer do contador (taxa de potência); acelerar a igualização dos preços dos outros factores de produção — adubos, pesticidas, sementes, etc. — aos preços dos outros países da CEE.

4. Estabelecer uma Linha de Crédito Agrícola com «plafonds» suficientes e uma taxa de juro de 10%. Fazer a renegociação para essas condições, dos empréstimos já contraídos para investimento.

5. Pagamento dos atrasados: dos prémios à produção (azeite); de subsídios e ajudas [aplicação do Reg. (CEE) 797, PEDAP, ADS, etc.]; de indemnizações por intempéries, do gado com abate sanitário; de prejuízos de incêndios florestais e da poluição industrial, com um calendário de pagamento até Dezembro de 1991.

6. Saneamento financeiro de cooperativas em situação económica difícil, retomando em moldes adequados um Programa que, sem interferência na vida da associação, estabeleça condições financeiras — serviço da dívida — susceptíveis de serem encaixadas nos resultados ordinários da cooperativa.

7. Alargar as Indemnizações Compensatórias a todas as explorações agrícolas das regiões desfavorecidas (com mais ou menos de 1 hectare), independentemente do estatuto do agricultor (a um tempo parcial ou total, reformado ou não, inscrito ou não na Segurança Social, etc.), e alteração da zonagem actual por consideração de todo o País como região desfavorecida. Rápida concretização das Ajudas Transitorias ao Rendimento, por aplicação do Reg. (CEE) 768/89.

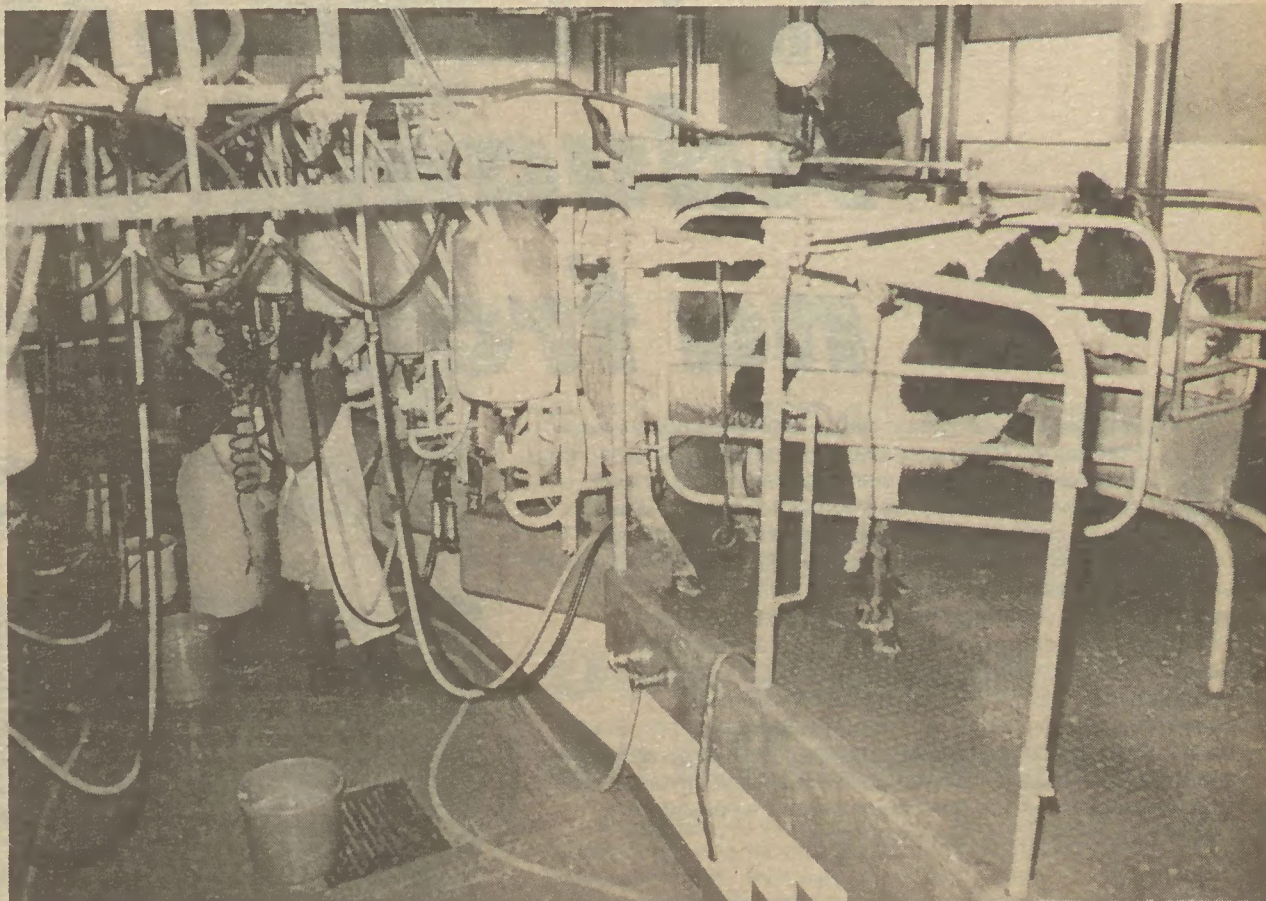
8. Defesa da Lei dos Baldios e apoio aos Conselhos Directivos. Medidas eficazes para protecção das florestas contra incêndios e recuperação das áreas ardidas.

9. Apoio técnico e financeiro dos serviços oficiais (elaboração de projectos, crédito, etc.) para um acesso fácil das explorações agrícolas familiares aos Regulamentos Comunitários.

10. Diferenciação das Ajudas para reestruturação e reconversão de culturas em função dos custos regionais das operações. Entrada em vigor dos prémios aos novilhos e vacas de aleitamento, subsídios ao consumo de azeite, e subsídios aos cereais com o seu alargamento ao milho de silagem e sem discriminação dos agricultores não associados.

11. Revalorizar significativamente a reforma dos agricultores e familiares, e em especial a social e a de invalidez. Harmonizar o seu regime de protecção na doença com o de outros trabalhadores, garantindo-lhes o apoio na doença a partir dos 3 dias e sem o limite máximo de um ano.

12. Imediato restabelecimento do diálogo por parte do Ministério da Agricultura com a CNA, assegurando a sua presença no Conselho Nacional da Agricultura e no Conselho Económico e Social. ■



mentos, já de si bastante baixos na maioria das situações. (...)

«Com o início da 2.ª etapa, Portugal vai assim pagar proporcionalmente mais ao FEOGA do que fora previsto nas negociações da Adesão. Se, para além destes reflexos, ainda houver que enfrentar uma diminuição dos subsídios à produção por força do acordo do GATT, Portugal será duplamente afectado, ao que se adicionará ainda o possível aumento dos preços da mandioca e da soja que o país importa em avultadas quantidades.

Agricultura: actividade do futuro

Mas o documento apresentado pela CNA a debate do próximo Encontro não vive apenas de críticas à política até agora seguida. Pelo contrário, pretende intervir, como sempre a Confederação tem feito, no sentido de avançar propostas construtivas para que a agricultura seja, em Portugal, uma actividade a transformar e a modernizar, mas actividade do Futuro.

É nessa ordem de ideias que o documento apresenta os objectivos seguintes:

A melhoria das condições de vida dos agricultores e das populações rurais; a melhoria do nível e qualidade do abastecimento agro-alimentar do país; o racional e bom aproveitamento das nossas potencialidades

humanas e recursos naturais; a preservação do ambiente e salvaguarda de equilíbrios ecológicos, mas tendo em conta que nas condições de Portugal a defesa da Natureza não é comparável à de outros países, onde a situação económica, social e ambiental é muito diferente, onde o desenvolvimento tecnológico é muito avançado; a contribuição para o desenvolvimento regional equilibrado do país e para a recuperação do nosso atraso económico e social face aos outros países da comunidade.

O documento propõe ainda grandes linhas de política agrícola, tanto no plano da política interna como no plano da política com a CEE, que dão corpo aos objectivos gerais que enunciou.

Finalmente, em anexo, a CNA apresentou doze reclamações urgentes dos agricultores portugueses, que destacamos nesta página. ■

Tudo o que os Agricultores compram é mais caro que na Europa

	PORTUGAL	FRANÇA	ALEMANHA	BELGICA	HOLANDA	DINAMARCA
GASÓLEO	81\$00	52\$00	44\$00	30\$00	55\$00	47\$00
TAXA DE JURO	22%	8%	9%	11%	9%	9%



Inaceitáveis agravamentos

Após a conferência de imprensa de que damos conta nestas páginas, a Direcção da Confederação Nacional da Agricultura reuniu-se no passado domingo, em Coimbra, e divulgou um comunicado, ainda a propósito dos trabalhos preparatórios do Congresso a realizar em Fevereiro, no qual se afirma:

A Direcção da CNA aprovou as propostas apresentadas pelo seu Executivo, relativas aos convites oficiais a entidades nacionais e estrangeiras, a diversas personalidades ligadas ao meio agrícola, bem como as propostas de organização e funcionamento do Congresso em que se prevêem cinco secções para debate de grandes áreas específicas (Leite e Carne; Vinha e Vinho; Hortofruticultura; Baldios e Floresta; Cereais, Oleaginosas e Protegidas), onde participarão técnicos e outros especialistas.

No que respeita a alguns aspectos concretos da nossa agricultura, a Direcção da CNA considera:

1. Ser inaceitável o previsível agravamento do custo das rações, anunciado pelo IACA — Associação Portuguesa das Indústrias de Alimentos Compostos para Animais — enquanto que também se prevê uma descida de 10 escudos por litro de leite à produção, com os preços da carne estagnados ou em queda.

Por outro lado, o Governo já anunciou que, com a descida dos preços de cereais, em resultado das negociações da 2.ª etapa de adesão da nossa agricultura, baixariam os preços das rações, tendo sido autorizada a continuidade da importação de milho dos Estados Unidos da América, a preços inferiores aos praticados na Comunidade.

Contrariamente, pois, à opinião do ministro da Agricultura a propósito das negociações da 2.ª etapa, o nosso país vai mesmo «continuar com os cereais às costas».

2. Ser injustificada a descida do preço do leite ao produtor, dado, por um lado, o aumento do preço dos factores de produção, tais como o gásóleo, adubos, electricidade, etc.

3. Ser também inaceitável a descida do preço de madeira de rolaria à porta das fábricas de celulose, assim como a classificação incorrecta e penalizadora da madeira entregue pelos produtores e comerciantes. Em relação a este problema, a CNA manifesta o seu apoio a diversas associações de produtores florestais, e denuncia o conluio e a negociação existentes entre a ACEL e a CAP.

4. Condenar os recentes aumentos dos factores de produção e reclamar ao Governo que não decrete novos aumentos a pretexto da guerra do Golfo, dado que a lavoura não os poderá suportar.

5. A CNA considera ainda que o Orçamento de Estado de 1991 para a Agricultura e Floresta é globalmente limitativo do desenvolvimento agrícola e florestal, uma vez que estão previstos cortes orçamentais em várias rubricas, comparativamente a 1990, o que mais irá agravar as dívidas do Estado para com os agricultores e produtores florestais. ■

Um de Janeiro de 93

Aduaneiros na fronteira

A partir de 1 de Janeiro de 1993 a actividade aduaneira em Portugal vai sofrer um esvaziamento substancial por força da entrada em vigor do mercado único europeu e da consequente abolição das fronteiras internas. Mais de oitenta por cento do actual trabalho nas alfândegas portuguesas vai deixar de existir. O actual circuito de importação - que conta com três intervenientes fundamentais: o importador, o despachante que se encarrega das formalidades legais para o desalfandegamento das mercadorias e a Direcção-Geral de Alfândegas - verá a sua tarefa quase exclusivamente destinada a países exteriores à CEE. Para além das consequências macroeconómicas produzidas em Portugal pela instauração de um mercado único europeu, a expressão *efeitos negativos da adesão à Comunidade Económica Europeia* significa, para muitas das oito mil pessoas empregadas em despachantes oficiais, a passagem ao desemprego na noite de fim de ano de 1992.

Já hoje grande parte do trabalho das alfândegas está simplificado, pois em relação às mercadorias provenientes da CEE é prática corrente fazer-se somente um controlo burocrático complementado por vezes com uma inspecção a uma amostra do produto em causa. Esse controlo deixará pura e simplesmente de existir na fronteira terrestre, considerada fronteira interna da CEE. Nas vias aéreas e marítimas só será necessário saber o país de origem do produto, confirmando se a mercadoria é ou não *made in CEE* para então se proceder (ou não) ao trabalho aduaneiro.

Uma pequena excepção diz respeito aos produtos agrícolas, já que a Política Agrícola Comum e as medidas de protecção a alguns produtos levam a que esta situação seja adiada até 1995 (apenas dois anos depois da entrada em vigor do mercado único), para controlar e cobrar impostos à entrada de mercadorias como os cereais, o arroz, produtos lácteos, vinhos, frutas e produtos hortícolas.

Da estagnação à constante evolução

Para além da extinção dos bilhetes de despacho para grande parte das mercadorias, serão outras entidades que não as alfândegas que verão atri-

buidas algumas das competências hoje em dia por elas executadas, como a cobrança do IVA para a maior parte dos produtos importados.

A estagnação vivida durante anos nas estruturas e processos de trabalho das alfândegas portuguesas, apesar da evolução registada no comércio externo nacional a partir da década de 50, é contrastante com a quantidade de alterações sucessivas levadas a cabo ou já programadas desde que o nosso país aderiu à Comunidade Económica Europeia. Desde 1986 adoptaram-se apressada e constantemente normas e regulamentos comunitários para cumprimento de novas exigências e procedimentos, levando o sector a uma situação que obrigou e continua a obrigar a um aumento de efectivos nas empresas despachantes, apesar da perspectiva de tudo acabar em 93.

A este propósito, o Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas (STADE) refere na documentação distribuída aos participantes na sua recente Assembleia Geral, que «servidas por técnicos aduaneiros de elevada competência mas em número reduzido», as alfândegas deixaram os seus trabalhadores a ver passar os anos «utilizando instalações impróprias e equipamento ultrapassado, como ainda hoje se verifica em muitas dependências, com circuitos de tramitação ineficazes, cujas frequentes intermitências obrigavam os utentes a constantes operações de

para o desemprego



mero transporte de processos de *guichet* e de funcionário a funcionário».

Uma situação, caricata e característica, que ainda hoje se vive no dia-a-dia desta actividade, diz respeito à ausência de meios de transporte próprios para os empregados da Alfândega que têm necessidade de concretizar serviço externo. Tornou-se assim prática comum os próprios despachantes, se quiserem evitar o arrastamento dos processos de desalfandegamento por meses e meses, utilizarem as suas viaturas particulares para *boleias* quase diárias aos funcionários aduaneiros.

Aliás, este estreito relacionamento

entre despachantes e funcionários da Alfândega tem permitido, conforme é unanimemente reconhecido, um funcionamento eficiente e sem roturas ao longo dos anos.

Por estranha ironia, os despachantes e os seus empregados, provavelmente sem trabalho a partir de 2 de Janeiro de 1993, como utilizadores principais da capacidade legal para o desalfandegamento de mercadorias deram e estão a dar uma contribuição decisiva para a modernização e adaptação do sector às normas comunitárias.

Diz o STADE que os despachantes «constituem a componente mais dinâmica do sector, aliando à capacidade técnica e à eficácia que o movimento de mercadorias exige uma actuação pautada pelo respeito e pela defesa dos interesses do Estado e dos operadores económicos, granjeando a confiança de uma e de outra parte, através de um trabalho em que a cuidada análise dos documentos, a correcta classificação das mercadorias e a percepção exacta dos impostos devidos, se encontram geralmente assegurados, facilitando largamente a posterior intervenção dos funcionários aduaneiros».

Modernizar para o desemprego

Numa situação de *intermediários*, entre a exigência de rapidez do cliente e a exigência legal do Estado, os despachantes têm acabado por ser *obrigados*, em muitos casos, a impulsionar algumas das mudanças mais significativas do sector.

Não é raro, por exemplo, os despachantes terem conhecimento da entrada em vigor das sucessivas actualizações de legislação antes dos próprios funcionários alfandegários. É verdade também que grande parte das empresas despachantes se antecipara à informatização só agora levada a cabo na Direcção-Geral das Alfândegas.

Mas aos despachantes *informatizados* depara-se agora esta situação: os seus sistemas informáticos não se harmonizam nem com muitas das outras empresas nem com o sistema da própria Direcção-Geral das Alfândegas.

gas também ela sujeita à adaptação com a Comunidade, nomeadamente no que diz respeito a bases de dados que comuniquem simultaneamente entre os diversos países e onde conste a Pauta Aduaneira Comum, as medidas de política comercial comum e os complexos regimes pautais que lhe estão associados bem como informações relativas aos impostos internos, desdobramentos estatísticos nacionais e a indicação de todos os condicionaisismos a que se encontra sujeito o desalfandegamento de mercadorias.

Também a troca rápida de informações no domínio da prevenção e repressão da fraude exige a aplicação dessa rede intracomunitária de dados.

Grande parte desses dados e a sua comunicação vão ser directamente controladas pela Comissão Europeia, estando a Direcção-Geral de Alfândegas, pouco a pouco, a introduzir esses sistemas no nosso país.

Para os despachantes isso significa uma nova reconversão informática, já que mesmo para trocas com países terceiros, muitas normas da CEE entram ou vão entrar em vigor, obrigando a regulamentos e processos de trabalho comuns.

Mais fácil importar

Para além da abolição de formalidades para produtos comunitários, algumas das mudanças mais significativas introduzidas ou a introduzir no sistema alfandegário português dizem respeito aos chamados *regimes simplificados* aplicáveis a produtos provenientes de terceiros países mas que se considerem em livre prática, tal como é definido pelo Tratado de Roma ao estabelecer as bases para a livre circulação de mercadorias na CEE.

Assim uma directiva do Conselho da Europa de 24 de Julho de 1979 estabelece algumas normas a adoptar pelas alfândegas da CEE que permitem aos Estados-membros a entrada de produtos de países terceiros com dispensa de declaração escrita (abrangendo a correspondência postal, as mercadorias importadas para fins não comerciais ou de valor reduzido e as bagagens pessoais); a possibilidade do preenchimento de uma declaração simplificada que permita o imediato

Que papel para os despachantes ?

Mesmo que algumas dificuldades de ordem técnica (e não política) venham a exigir trabalho alfandegário para produtos da CEE ainda para além da entrada em vigor do mercado único, (como a dificuldade de harmonização fiscal entre os países comunitários faz prever) a verdade é que iremos eventualmente assistir apenas ao facto de alguns dos trabalhadores e algumas das empresas beneficiarem de um curto adiar momentâneo deste problema: de vai ser do futuro de cerca de oito mil trabalhadores em despachantes oficiais e, a outro nível, que vai o Estado fazer dos quatro mil funcionários públicos que trabalham nas alfândegas do país? O que vai suceder às cerca de quinhentas empresas despachantes e aos inúmeros pequenos agentes transitários? É que o tempo de euforia, de intenso trabalho que hoje se vive, tem data de morte anunciada...

Para o Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas (STADE) são praticamente inexistentes perspectivas de reconversão global e a redução drástica de serviço levará os despachantes oficiais a não ter hipótese de suportar o excesso de pessoal que se verificará.

Desde 1983, com a realização da sua primeira Conferência Nacional, o STADE vem denunciando a situação, e agora, ao ver as suas empresas em perigo, o patronato junta aos trabalhadores a sua voz de protesto levando a Câmara de Despachantes Oficiais a tomar posição ao lado das estruturas sindicais, exigindo ao Estado português uma intervenção atempada e adequada às especificidades do sector.

Se, como se prevê, for aprovada a Proposta de Regulamento para o Novo Código Aduaneiro

Comunitário, a figura de Despachante Oficial pura e simplesmente desaparecerá em 1 de Janeiro de 1993, nos moldes actuais de capacidade legal para despachar. Nestas condições, das cerca de 500 empresas existentes - das quais 382 com menos de 21 empregados - 60 por cento serão inviabilizadas. Dos cerca de oito mil e 500 profissionais (com elevado número de contratados a prazo), seis mil a sete mil serão colocados no desemprego, sem garantias de, ao menos, levar para casa qualquer tipo de indemnização, dadas as possibilidades em contrário que a legislação laboral em vigor permite e o reduzido património da maioria das casas despachantes faz prever.

A funcionar está já uma comissão tripartida constituída pelos sindicatos, Câmara dos Despachantes e Direcção-Geral das Alfândegas que tenta fazer o levantamento das realidades do sector, conseguir do Governo a vinculação a determinados compromissos e minorar os problemas dos trabalhadores. Propostas que nesta comissão já mereceram consenso apontam para a manutenção das actuais estruturas até 1993 e a não introdução de alterações aduaneiras.

O STADE acusa o Governo, ao ser responsável pela política de integração, de ser igualmente responsável por não ter feito uma correcta avaliação das consequências do Acto Único para a actividade aduaneira.

Por outro lado, e após inúmeros contactos e notificações feitos junto de todas as instâncias nacionais e da CEE, o STADE afirma que os órgãos superiores da Comunidade não demonstraram compreender as características peculiares das Alfândegas Portuguesas e o papel atribuído aos despachantes oficiais.

ego

desalfandegamento antes da entrega das restantes declarações complementares; a aceitação, com o mesmo valor jurídico da declaração, de um documento comercial ou administrativo e ainda a autorizar algumas mercadorias a seguirem directamente da fronteira para as instalações do importador ou para locais de depósito determinados pelo Estado (por exemplo, locais próximos de grandes centros industriais), sendo posteriormente efectuada o processo de desalfandegamento, situação que implicará certamente a transferência de funcionários alfandegários para essas regiões.

A eliminação, há ano e meio, da anteriormente necessária apresentação do título de propriedade da mercadoria, veio simplificar o actual sistema de desalfandegamento e surge no seguimento da introdução do chamado Documento Único, adoptado por todos os parceiros comunitários e que em Portugal marcou o início dos novos sistemas de trabalho nas Alfândegas.

Novas normas de controlo de qualidade, ligação dos despachantes à rede TELEPAC, instituição da chamada



A entrada em vigor, a um de Janeiro de 1993, do mercado único europeu vai provocar desemprego imediato para cerca de sete mil trabalhadores em despachantes oficiais e a falência de 60 por cento das 500 empresas do sector.

Sindicato exige respostas

A perspectiva de uma greve dos trabalhadores em despachantes oficiais, que na prática paralisaria as importações nacionais, é ideia que o Sindicato dos Trabalhadores em Despachantes e Empresas (STADE) pretende evitar a todo o custo, mas que encontra eco junto dos trabalhadores e até do próprio patronato, também ele prejudicado com a entrada em vigor do mercado único nos países da CEE. A última Assembleia Geral do STADE, conforme descreveu ao «Avante!» o coordenador deste sindicato, Calais Garcia, decidiu para já enviar a todas as entidades oficiais nacionais e comunitárias, aos partidos políticos e organizações sindicais, toda uma documentação que faz um levantamento exaustivo da situação e enuncia as propostas dos trabalhadores. O STADE aguardará «respostas satisfatórias» até 15 de Abril próximo e depois «será altura de agir em conformidade». E Calais Garcia avisa: «o descontentamento é muito grande, como o demonstra o facto de na nossa Assembleia Geral ter existido largo número de intervenções pretendendo encurtar esse prazo de resposta e até utilizar desde já outras formas de luta».

No entanto a Direcção do Sindicato pretende avançar um pouco mais devagar e para já apresenta um conjunto de propostas que passam pela garantia de manutenção do conteúdo do Livro V da actual Reforma Aduaneira que estabelece o enquadramento legal do trabalho dos despachantes oficiais; a atribuição de uma posição preferencial de admissão destes trabalhadores nas Alfândegas e outras entidades do Estado em áreas de fiscalização administrativa, física, documental ou contabilística das mercadorias e respectivos meios de transporte; a promoção pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de cursos específicos com vista à preparação dos trabalhadores do sector para o mercado de emprego em

áreas compatíveis com as suas aptidões (administração, contabilidade, comércio externo, fiscalidade, gestão, informática, etc.); a exigência de análise e resolução dos problemas dos trabalhadores das fronteiras internas possivelmente afectados ainda antes de 1993; a garantia de existência de verbas para situações de perda de salário por diminuição drástica de serviço a ocorrer já este ano e, ainda, a garantia de verbas destinadas a reformas antecipadas, subsídios, indemnizações e compensações para os trabalhadores afectados.

Aumenta participação sindical

Estas são as propostas concretas do Sindicato que Calais Garcia sublinha terem em conta as realidades do sector, dada a integração de Portugal na CEE.

Nos últimos meses tem aumentado significativamente a participação e o número de associados no sindicato, levando a que a Assembleia Geral Extraordinária convocada pela direcção, funcionasse de forma descentralizada em vários pontos do país desde 11 de Janeiro, culminando no passado sábado numa reunião na capital com quinhentos associados no Fórum Picoas, depois de em Outubro passado terem sido feitos plenários em Faro, Setúbal, Elvas, Valença, Funchal, Ponta Delgada, Vilar Formoso, Aveiro, Figueira da Foz, Porto e Lisboa.

Em preparação está já a II Conferência Nacional do STADE cujo tema será «A actividade aduaneira face ao mercado interno».

Face a algumas afirmações que pretendem contrariar o pessimismo reinante entre estes profissionais, como a resposta do Doutor Rui Vilar

dada em nome da Comissão Europeia a uma exposição do CLECAT sobre esta matéria, nomeadamente sobre a aplicabilidade dos Fundos Estruturais para os problemas desta área profissional, Calais Garcia afirma que essas sugestões não têm em conta a realidade nacional.

Assim, sabe-se que os portos portugueses não possuem estruturas que constituam alternativa vantajosa para a entrada de mercadorias de terceiros países com destino à Comunidade. «Veja-se o Porto de Lisboa, que não tem acessos convenientes e que parte dele vai ser transformado em zona lúdica», lembra este dirigente sindical.

Os portos portugueses não podem assim concorrer com os portos espanhóis e os do norte da Europa, afastando-se assim a hipótese de aí se registar, depois de 93, um incremento de actividade. «Como pode esta situação comportar oportunidades de recolocação de profissionais das fronteiras interiores?», pergunta o STADE.

Também não existem condições de competitividade no sector dos transportes internacionais dada a situação geográfica periférica de Portugal, não se admitindo assim perspectivas de nessa área se encontrarem saídas profissionais, até porque não se inscreve aí a vocação e a formação técnica dos trabalhadores em despachantes.

Entretanto as 500 empresas despachantes continuam a trabalhar, a formar pessoal, a reestruturar serviços para fazer frente à necessária constante actualização que as normas comunitárias impõem.

Calais Garcia coloca ainda esta questão: «Como podemos admitir que todo um conjunto de trabalhadores que tem construído, pedra a pedra, todo o edifício que permitirá enfrentarmos neste sector o impacto do Mercado Interno, sejam os primeiros prejudicados pela sua instauração?».

caução global, novo documento suporte das declarações a substituir o actual Documento Único, nova nomenclatura pautal, domiciliação bancária, eis mais algumas alterações com que os trabalhadores aduaneiros têm o teor de defrontar-se a breve prazo.

Todas estas mudanças levam para-

doxalmente os despachantes oficiais a serem obrigados a reforçar o número de efectivos humanos, a investir no plano da formação profissional e no plano técnico, apesar de as previsões apontarem para a extinção de 60 por cento dessas empresas a partir de 1 de Janeiro de 1993. ■

Dois séculos de Alfândegas

A actividade de despachante junto das Alfândegas, com essa mesma designação, remonta ao tempo do Marquês do Pombal, sendo regulamentada em 1864 para, no início do século XX, ser criada a primeira organização socioprofissional: a Associação de Classe dos Ajudantes de Despachantes das Alfândegas.

As reformas aduaneiras de 1941 e de 1965 estabelecem as condições de acesso e exercício às profissões de despachante oficial e seus ajudantes bem como dos despachantes privativos e agentes aduaneiros.

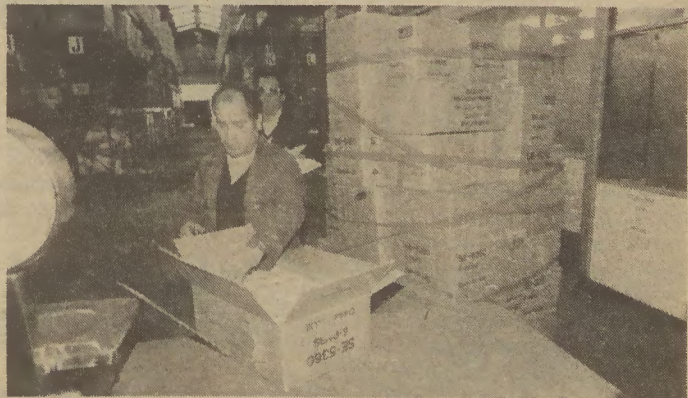
Actualmente os despachantes oficiais são obrigados a estar inscritos nas suas associações de classe e só têm acesso à profissão os ajudantes, os privativos ou os agentes aduaneiros com pelo menos cinco anos de exercício efectivo (naturalmente possuidores da obrigatória cédula emitida pela Alfândega respectiva) que para o efeito concorram a provas públicas prestadas frente a um júri nomeado pela Direcção-Geral das Alfândegas.

As raízes do actual sindicato desta classe remontam à aludida Reforma de 1941, na sequência da qual, a dois de Agosto de 1943, era nomeada pelo Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social a primeira comissão administrativa. Em 1945 essa comissão administrativa apresenta à Secretaria de Estado das Corporações a pretensão da classe em obter a carteira profissional ao mesmo tempo tornando-se possível, pela primeira vez, eleger corpos gerentes, embora tal não significasse, na prática, ser possível dirigir autonomamente esta associação sindical. Aliás essa aspiração dos trabalhadores aduaneiros levou a uma reacção governamental em 1966 ao impor uma nova (e sua) Comissão Administrativa.

Após várias tentativas dos trabalhadores em eleger dirigentes que defendessem de facto os seus interesses só em 30 de Junho de 1970 tal é concretizado naquela que seria a maior Assembleia Geral até então realizada, a ocorrer no Pavilhão dos Desportos Náuticos em Belém. Poucos meses depois, em Novembro, é pela primeira vez negociado e publicado um contrato colectivo de trabalho para o sector.

Com o 25 de Abril são eleitos novos corpos gerentes, pela primeira vez sem qualquer tutela, e a partir desta data o sindicato passa de uma organização meramente corporativa a um elemento dinâmico e influente na evolução da actividade aduaneira em Portugal.

Em 1979, face ao aumento da actividade aduaneira que o incremento das trocas comerciais de Portugal com o estrangeiro possibilitou, o sector dos despachantes oficiais apresentava uma dimensão e uma composição profissional em que os trabalhadores administrativos se aproximavam numericamente dos designados profissionais técnicos. Tal facto levou o sindicato a abrir as portas a outras filiações, alterando os estatutos e o nome para o actual Sindicato dos Trabalhadores Aduaneiros em Despachantes e Empresas (STADE) que tem desenvolvido extensa actividade nos domínios da formação profissional e da informação aos seus associados bem como, a partir de 1983, em torno da análise e procura de soluções para os problemas colocados à actividade aduaneira pela adesão de Portugal à CEE.



Motoristas

Fernando Real, ministro do Ambiente do Governo de Cavaco Silva, foi esta semana a Paris para participar numa reunião de ministros do Ambiente da OCDE, sendo conjuntamente titular de uma das vice-presidências da reunião em função do sistema de rotatividade adoptado nestes encontros. Até aqui nada de especial, pensará o leitor e pensamos nós. Só quem não pensa assim é Fernando Real, que resolveu fazer-se acompanhar do seu carro de serviço do Ministério e mais dois motoristas, dois!, cuja primeira tarefa foi ir em-no buscar ao aeroporto de Orly, devendo depois assegurar o seu transporte entre o hotel e a reunião. A decisão do ministro, tomada devido «à dignidade da vice-presidência», surpreendeu os meios diplomáticos em Paris, cidade onde dispomos de três embaixadas (para a França, OCDE e UNESCO), todas dispostas de um bom parque automóvel, que aliás costuma ser utilizado pelos membros do Governo, inclusive o Primeiro-Ministro. É provável que Fernando Real tenha sido vítima de uma espécie de síndrome onomástica, confundindo o «Real» do nome com direitos imperiais de outros tempos. Daí ter-se achado com direito a levar «carruagem» de casa. Quanto aos dois motoristas, está-se mesmo a ver: um é para conduzir e o outro para bater palmas.

Bombardeamentos

Enquanto se mantém, até ver, fora do conflito directo da guerra do Golfo, Israel fez o «gosto ao dedo» bombardeando o campo de refugiados palestinos de Rachidiye, sem que o mundo se indignasse ou, ao menos, reparasse no «pequeno» pormenor de que quem está a agredir Israel com os mísseis SKUD é o regime iraquiano e não os refugiados palestinos. Refugiados que, aliás e como se sabe, são-no, exactamente, porque Israel lhes ocupou o território, expulsando-os e privando-os do seu próprio país. Mas o que é que isso tem a ver com a questão do Kuwait, né?

Sins

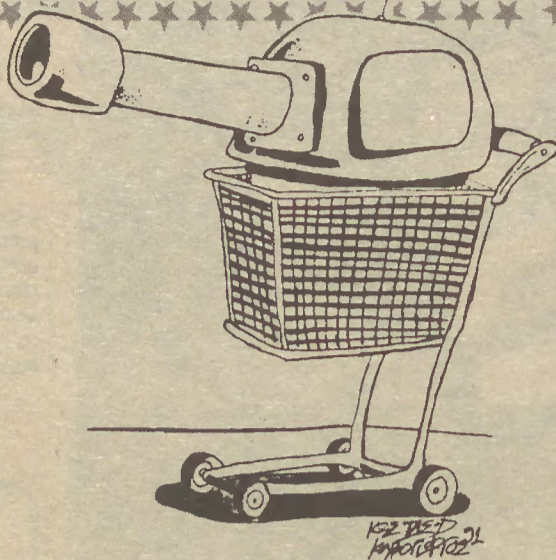
O semanário «O Jornal» está muito contente com os seus enviados especiais à guerra do Golfo, tão contente que

publicou num local o seguinte espicho: «Sim, a Cáceres Monteiro e João Almeida, pelo excelente trabalho que têm vindo a realizar sobre a Guerra do Golfo, apesar de se manterem debaixo de alta tensão. Eles sobrevivem a tudo e estão sempre em cima da notícia». Tão em cima que não a deixam sair. Mas a gente compreende, eles, no mínimo, estão debaixo de «alta tensão» e isso pesa que se farta, não há notícia que se atreva a transpirar. Mas como eles «sobrevivem a tudo», um ano destes havemos de ter a história toda. E em AZERT.

Árabes

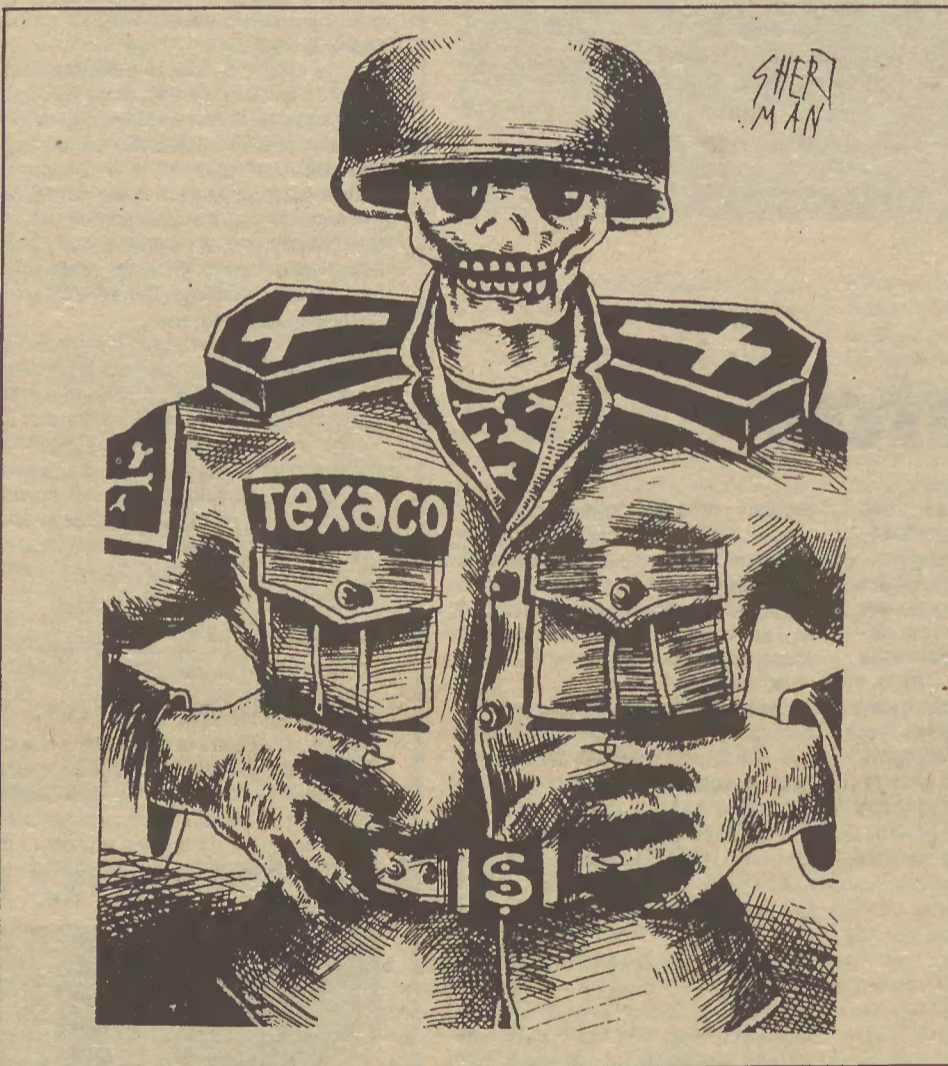
As atitudes racistas e xenófobas contra a comunidade árabe alastram nos EUA, apesar dos discursos do presidente Bush a garantir que a guerra «não estava a ser feita contra os árabes mas contra um regime ameaçador do Médio Oriente». Assim, em Detroit foram incendiadas, de noite, algumas lojas de comerciantes, gerando-se o pânico na comunidade muçulmana, enquanto nas escolas, um pouco por todo o país, surgem notícias de crianças árabes-americanas que começam a ser objecto de

Pontos Cardeais



discriminação por parte dos colegas. Mas o mais grave veio do FBI, que convocou para «investigações» cerca de 200 homens de negócios árabe-americanos, alegadamente para «os proteger contra as eventuais repercussões da Guerra do Golfo», mas, na prática, para os assediarem com interrogatórios sobre as suas

convicções políticas, a sua posição em relação à guerra e pedidos de informação sobre «possíveis terroristas», ultrapassando grosseiramente as suas competências e violando preceitos constitucionais fundamentais. Depois bem pode o presidente Bush dizer que «a guerra não estava a ser feita contra os árabes»...



Gazetilha

por **Ignotus Sum**

«Glória»

A noite de terror em Bagdad. Bombardeamento de luxo, sim senhor. Estes americanos! Se lhes dá para tudo fazer mas como deve ser é «como deve ser» que eles o fazem.

As bombas que eles trazem lá de cima têm um poder danado apenas comparado à bomba de Hiroxima (Pois claro, pois então, fica assim respeitada a tradição...)

Tiram daqui a glória: foi a noite da História que de fogo e terror não mais esquece. Porquê Bush fez isto? Está visto: para ver o seu nome no Guinness...

Precipitação

Quando ainda a fogueira lavrava, já o Nogueira sorria de alegria por tão bons resultados de amigos e aliados. Estava tão contente pelo final da história! Até falava à gente dessa «grande vitória...»

Nogueira foi levado no zum-zum e há-de hoje ver, desfeito o burburinho, que nada há mais ridículo do que um político que cai como um patinho...

Informação!

Olha a grande informação! Mas que grande barretão! Mas que grande confusão! Foi, foi... e afinal, não, não foi... Vejamos então. Houve. Não houve explosão... Era míssil o clarão. Não, não era. Era um balão. Não caiu nenhum avião... ... alguns vieram ao chão. Mas que grande informação! Mas que grande confusão! Guerra? Pouca duração. Guerra? Vai ter um tempão. O Iraque? É um feijão mais pequeno que um anão. O Iraque? É um gigantão, um terrível caldeirão. Mísseis? Nenhum já lá estão. Mísseis? Uma praga são. Árabe é um mauzão. Israelita é um bonzão. Mas que grande informação! Mas que grande confusão!

Mas que grande aldrabação...

Vantagem

Notícias há para todos os gostos. Quem lê jornais, quem vê televisão tem por onde ganhar a sensação das grandes novidades nos seus postos.

Vejamos. Acabaram-se os desgostos dos soldados ianques que hoje estão no Golfo, pois assim não pagarão enquanto lá estiverem, seus impostos.

Acho bem merecida esta promessa. Assim se acaba uma dor de cabeça pois todo o americano pisa o risco.

Podes então morrer, jovem soldado. Podes morrer — e morres descansado. Olha a massa que tu poupas no fisco...



a Paz



Viva a Vida!

A situação que se vive com o desencadear da Guerra do Golfo é de uma gravidade suprema. Põe em causa toda a humanidade, abalando alguns dos seus valores fundamentais: a paz, e direito à vida e o respeito pela dignidade de cada um e de todos os homens e povos.

Nenhum de nós pode ficar indiferente, nem deixar-se vencer pelo sentimento de impotência perante a alegada inevitabilidade e legitimidade desta guerra.

A hora é de mobilização e de empenho de

numa dimensão de sofrimento e de horror a que nenhum ser humano pode ficar indiferente.

Que se acrescentará à tragédia que o povo palestino vive há longos e penosos anos, expulso da sua pátria das suas terras, dos seus lares, das suas oficinas, das suas lojas, afastado dos seus gados e dos seus mortos.

É preciso falar claro e desconstruir toda a lógica meticulosamente montada para nos fazerem desejar e aplaudir esta guerra. Como se não estivessem envolvidos milhões de seres humanos e se tratasse de um filme americano.

É preciso contrariar a lógica de banalização da guerra e a política de utilização de dois pesos e duas medidas na apreciação de infracções às leis do Direito Internacional e nos meios usados para as corrigir. Primeiro porque a ocupação do Kuwait não é, infelizmente, o único caso de atentado contra o Direito Internacional. Depois porque a guerra não está a ser feita só para corrigir essa situação.

Esta guerra está a ser feita e tem de ser vista enquanto instrumento de concretização do desejo dos EUA de domínio e de exploração em seu proveito das riquezas naturais pertença de outros povos e da humanidade. A gestão destas riquezas, que são esgotáveis, cabe à comunidade dos povos pois todos têm o mesmo direito ao desenvolvimento e ao bem-estar.

Esta guerra está a ser feita e tem de ser vista enquanto meio de impor a todos os homens o mesmo código de justiça, a todos os povos os mesmos modelos e formas de organização das sociedades e dos Estados, a todo o planeta o mesmo critério de verdade.

Esta guerra está a ser feita e tem de ser vista enquanto forma de punição que os que querem ser os polícias do mundo acham natural aplicar àqueles que contrariem os seus interesses, como se estes fossem os interesses de todas as nações.

Esta guerra está a ser feita e tem de ser vista também como consequência do assentimento de uns, da abdicação de outros e da obediência dos muitos dirigentes europeus aos senhores da guerra, desrespeitando a opinião pública dos seus países, desprezando a sua história que, no caso de Portugal, teve largos séculos de convívio com povos e culturas muçulmanas. Uma Europa política e moralmente independente fica ainda a uma distância muito grande do tempo presente e terá de ser construída em confronto com as políticas e muitos dos dirigentes actualmente instalados.

O **socialismo é o futuro da Humanidade** como esta guerra evidencia de forma exuberantemente dramática. Mais uma vez ficou demonstrada a superioridade do socialismo como projecto de futuro da humanidade contra a agressividade belicista, a intolerância ideológica, a natureza de exploração, características intrínsecas do imperialismo que por isso mesmo constitui uma ameaça à paz.

A paz é necessária e é possível.

Os professores comunistas associam-se a todos os que apoiam a realização de uma **Conferência Internacional** visando assegurar a paz justa e duradoura no Médio Oriente, via que a maioria dos países da Europa e do Mundo considera indispensável para a resolução do conflito e para uma solução global dos problemas da região.

A Organização dos Professores da ORL do PCP

apelam à participação exigem o fim da guerra

dos povos pode ultrapassar. O PCP, que condenou desde a primeira hora a invasão e ocupação do Kuwait pelo Iraque, condena igualmente a irresponsável iniciativa dos EUA e seus aliados de desencadear a guerra e as posições de intransigência sistemática, fechando todas as portas à possibilidade de uma solução negociada, diplomática e política, ignorando e silenciando os graves problemas acumulados na região e as violações praticadas por Israel em relação à Palestina e Países Árabes vizinhos em frontal desrespeito pelas resoluções da ONU. Não é a defesa do direito in-

ternacional e a reposição da legalidade que move os EUA, mas os seus interesses egoístas e a ocupação de posições ao serviço da sua estratégia hegemónica no plano regional e mundial. A guerra não resolverá nenhum dos problemas da região, apenas os agravará. Impõe-se o imediato termo das hostilidades e continuar a via das negociações. A DORLEI do PCP solidariza-se com todas as forças amantes da Paz, na procura de soluções, nomeadamente a urgente concretização de uma Conferência Internacional visando assegurar uma Paz justa e duradoura no Médio

Oriente, e denuncia as crescentes pressões para o envolvimento militar das Forças Armadas Portuguesas no conflito do Golfo, que nenhum interesse nacional justifica e chama a atenção para a necessidade de o Governo e Órgãos de Soberania se empenharem na procura de uma solução pacífica para o conflito. A DORLEI saúda os jovens que participaram na iniciativa a favor da Paz do passado dia 22 na **Marinha Grande** e a adesão de inúmeros intelectuais do distrito e de outras camadas da população ao **Apelo Humanitário** (abaixo-assinado) pelo fim das hostilidades.

todos os esforços em defesa da vida, da paz e do futuro da humanidade.

Era possível ter evitado esta guerra e é imperioso pará-la. Temos de nos unir para dar mais força a todos os que pelo mundo inteiro lutam por uma solução negociada do conflito no Golfo e por uma paz justa e duradoura no Médio Oriente porque a paz é o valor universal em que se pode basear uma ordem internacional legítima.

Suspensão imediata da guerra

Os professores comunistas dirigem-se a todos os seus colegas e apelam a que, assumindo por inteiro a sua dimensão de educadores, se integrem no amplo movimento pela paz, pela exigência de suspensão imediata da guerra, juntando assim a sua voz à de milhares de homens, mulheres, jovens que por todo o mundo clamam pela paz.

É preciso contrariar a lógica de banalização da guerra.

Se a ocupação do Kuwait é uma manifesta infracção às leis do Direito Internacional, não é, não pode ser, argumento que justifique esta guerra que pelas proporções gigantescas e nunca antes vistas que logo desde o início assumiu irá atingir, a não ser parada imediatamente,

Guerra no Golfo



Em Braga, imagem da iniciativa pela Paz. Como em todo o País, os jovens estão na primeira fila

Pela Paz

A guerra no Golfo está a concitar o repúdio de vastas camadas da população portuguesa, repúdio que, apesar de uma informação não facilitada pelos órgãos de comunicação, é veiculado por muitas organizações democráticas e progressistas.

Númeras manifestações têm tido lugar por todo o País. Como aquela, promovida para ontem, em Santarém, no largo do Seminário, por associações de estudantes das escolas secundárias de Abrantes, Almeirim, Coruche, Entroncamento, Rio Maior, Ginestal Machado e Sá da Bandeira, de Santarém, de Tomar, da Maria Lamas e da n.º 2 de Torres Novas, dos Trabalhadores Estudantes da Sá da Bandeira, da Associação Juvenil Interjovem, do Grupo Juvenil Amigos de Jesus Cristo, do Grupo pela Paz, do PDM, do Sindicato dos Professores e da União dos Sindicatos.

Em Braga, correspondendo ao apelo da União dos Sindicatos, cerca de duas centenas de pessoas, na sua maioria jovens, concentraram-se na passada sexta-feira, junto ao coreto da avenida central, exigindo o fim da guerra no Golfo e o retomar de negociações entre as partes envolvidas no conflito, sob a égide da ONU, para que seja alcançada a paz. Interveio Adão Mendes, coordenador da USB e membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

Em Setúbal, um abaixo-assinado, que reúne nomes prestigiados do distrito, junta-se àquele que, a nível nacional, corre, «profundamente preocupados com o desencadear da guerra no Golfo, e com as suas graves consequências», pode ler-se no texto, «os quadros técnicos e intelectuais do distrito de Setúbal abaixo-assinados juntam a sua voz a prestigiadas personalidades do País».

Também os artistas portugueses manifestam a sua profunda preocupação e lançam um apelo para o urgente fim das hostilidades. Neste apelo destacam-se os nomes dos escritores João de Melo, José Saramago, Luís Francisco Rebelo, Natália Correia, Orlando da Costa e Urbano Tavares Rodrigues. Dos encenadores Fernando Lapa, Mário Jacques, Mário Feliciano e Mário Viegas. Dos actores Fernando Pereira, Margarida Carpinheiro, Paula Guedes, Raul Solnado, Rogério Paulo e Rui Mendes. Dos cenógrafos António Casimiro e Mário Alberto. Dos escultores Jorge Vieira, Noémia Cruz e Virgílio Domingues. Dos pintores Luís Ralha e Teresa Dias Coelho. Dos músicos Carlos Alberto Moniz, Carlos Mendes, Carlos Paredes, Fausto, Lopes-Graça, Janita Salomé, Jorge Peixinho, Júlio Pereira, Maria Guinot, Paulo de Carvalho e Rosa Ventura.

Em Évora, no passado dia 21, um grupo de cidadãos lançou um apelo à população, para uma iniciativa a que chamou «3 horas pela paz», que constou da recolha de assinaturas e leitura de diversas declarações de condenação da guerra. Na iniciativa participaram mais de mil pessoas. Mais de meia centena de cidadãos representando três dezenas de organizações reuniram-se no dia 25 para analisarem a situação e programarem outras iniciativas pela paz.

Em Aveiro, no seguimento da deliberação tomada em reunião de sindicatos, a USA decidiu promover uma vigília pública que decorreu na tarde de 23 do corrente, junto ao Centro Comercial Oita, na capital do distrito. A DORAV do PCP manifestou a sua adesão à iniciativa, exortando os militantes e simpatizantes comunistas a nela participarem.

Em Bragança corre um abaixo-assinado a ser enviado aos Órgãos de Soberania e às embaixadas dos EUA, da Grã-Bretanha, da França e do Iraque. A iniciativa partiu de um grupo de personalidades de Bragança e Mirandela e já recolheu adesões em vários concelhos do distrito. Entre os subscritores contam-se eleitos autárquicos, quadros técnicos, professores, dirigentes sindicais e partidários e dirigentes de associações e colectividades.

Diário da guerra

Quarta-feira 23 de Janeiro

- O Ministério britânico do Interior anuncia a expulsão de cerca de 20 iraquianos e a prisão de muitos outros devido ao perigo que representam para a segurança nacional.

- Oficiais norte-americanos anunciam em Riade que as tropas terrestres americanas e iraquianas tiveram, na terça-feira, em território saudita junto à fronteira com o Kuwait, uma primeira escaramuça, durante a qual dois soldados americanos foram feridos e seis iraquianos feitos prisioneiros.

- O ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, Tareq Aziz, avisa a Turquia de que ela assumirá inteira responsabilidade pelas agressões contra o Iraque a partir do seu território.

- O ministro israelita da Defesa, Moshe Arens, anuncia que Israel responderá contra os ataques dos «Scud» iraquianos mesmo que não haja mais uma única vítima.

- Os cinco países da União do Magrebe Árabe (Argélia, Líbia, Mauritânia, Marrocos e Tunísia) pedem uma reunião urgente do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Golfo.

- Pelo menos três mísseis explodem na costa Este da Arábia Saudita, frente ao Bahrein, a cerca de 30 quilómetros de Dahrán.

- Um comunicado do Estado-Maior iraquiano anuncia que os raides e mísseis inimigos visam concentrações urbanas e fizeram mais de 60 mortos civis e 70 feridos durante a noite de terça-feira e o dia de quarta.

Quinta-feira 24

- O líder da OLP, Yasser Arafat, pede oficialmente uma reunião urgente do gabinete da presidência dos Não-Alinhados para o exame dos perigos da guerra destruidora.

- O Ministério da Defesa francês revela que o custo médio de um ataque aéreo francês contra o Iraque ronda os 670 mil contos, enquanto o Ministério da Defesa britânico anuncia que dois pilotos de um caça-bombardeiro «Tornado» da RAF ficaram feridos quando se ejetaram do aparelho, quando sobrevoavam a Arábia Saudita.

- A BBC afirma que dois «Mirage F1» da aviação iraquiana atacaram, pela primeira vez, vários vasos de guerra da frota aliada.

- A Conferência Permanente dos Partidos Políticos da América Latina pede à ONU que ordene imediatamente o cessar-fogo na guerra do Golfo.

- O Iraque revela que forças de defesa aérea destruíram, ontem, quatro objectivos aéreos das forças aliadas quando estas efectuavam ataques contra território iraquiano e afirma que pelo menos 14 soldados norte-americanos ficaram feridos em Dahrán, na sequência da explosão de um míssil antitanque, enquanto a rádio de Bagdad noticia que o movimento árabe Jihad Islâmica reivindicou a autoria das

explosões registadas na terça-feira nas instalações da NATO em Istambul. Um comunicado militar iraquiano dá conta de dez novos raides aéreos sobre o Iraque e do abate de três objectivos aéreos inimigos.

- O presidente yemenita denuncia a conspiração dos Estados Unidos contra o Iraque e afirma a sua solidariedade com o povo deste país face «à agressão selvagem de que está a ser alvo». Várias centenas de tunisinos manifestaram-se, no centro da capital da Tunísia, em apoio do Iraque, enquanto o seu presidente reafirmou a solidariedade com «o povo irmão iraquiano» e denuncia «a guerra destruidora» com que se defronta o Iraque.

- O Parlamento Europeu acaba por se pronunciar a favor do esforço de guerra aliado contra o Iraque. O secretário-geral da NATO reafirma em Bruxelas que a Aliança Atlântica intervirá em defesa da Turquia caso seja atacada pelo Iraque.

Sexta-feira 25

- O Gabinete das Nações Unidas para o Auxílio nas Calamidades informa que mais de 80 mil refugiados iraquianos estão a encaminhar-se para a fronteira com o Irão.

- A Alemanha anuncia um aumento de 1,33 mil milhões de dólares no seu contributo à coligação anti-iraquiana. O governo do Kuwait no exílio desbloqueia 13,5 mil milhões de dólares para a guerra do Golfo.

- Washington acusa o Iraque de derramar enormes quantidades de petróleo bruto koweitiano nas águas do Golfo.

- O ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros diz que o Iraque não tenciona deixar o Kuwait e que a crise do Golfo só poderá ser tratada conjuntamente com todos os outros problemas do Médio Oriente. A Argélia exprime oficialmente a sua profunda preocupação perante aquilo que qualifica de crescente implicação da Turquia na guerra do Golfo. Três centrais sindicais marroquinas convocam uma greve geral de solidariedade com o povo do Iraque.

- Um porta-voz iraquiano afirma que a aviação aliada bombardeia zonas civis no Iraque e anuncia que 10 novos alvos aéreos foram abatidos, elevando para 259 o total de objectivos aéreos inimigos destruídos.

- O Exército israelita revela que vários mísseis iraquianos caíram no território do país independentemente dos «Patriot», enquanto as sirenes soam em Riade, Dahrán e no Bahrein, tendo sido interceptado pelo menos um «Scud» iraquiano a sul de Riade.

- O ministro sírio da Defesa considera que Saddam Hussein está ao serviço da CIA e anuncia que Bush afirmou ao presidente do seu país que haveria uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

- O Pentágono afirma deter entre 100 e 110 prisioneiros de guerra e desertores iraquianos.

- Regista-se uma explosão na sede do jornal francês «Libération».

- O secretário de Estado britânico da Defesa considera como uma grande desilusão a reacção face à crise do Golfo dos países europeus, que acusa de se terem refugiado nas suas caves.

Sábado 26

- Alexandre Bessmertnykh, ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, afirma que «as acções no Golfo não devem ultrapassar os limites fixados pelas resoluções» do Conselho de Segurança da ONU. Perez de Cuellar considera numa entrevista que se o Iraque abandonar o Kuwait, a ONU poderá retirar o mandato à força multinacional.

- Em Bona regista-se a maior manifestação contra a guerra, desde que o conflito eclodiu no Golfo.

- Um correspondente da cadeia de televisão CNN afirma que a cidade santa de Al-Najaf, no Iraque, foi atingida pelos bombardeamentos aliados, notícia mais tarde desmentida pelo Pentágono. Entretanto, os marines norte-americanos lançam um grande ataque de artilharia atingindo as posições iraquianas a 10 quilómetros no interior do Kuwait.

- O rei Hassan II de Marrocos recebe em Rabat o líder da OLP, Yasser Arafat; e o líder líbio Mouammar Kadhafí considera que todas as partes implicadas na guerra do Golfo são estúpidas e loucas, acrescentando que não apoiará nenhum dos lados.

- Cerca de 24 aviões que aterraram em bases iranianas permanecerão naquele país até ao fim da guerra, segundo afirma o secretário norte-americano de Estado, James Baker, depois de ter contactado pessoalmente as autoridades em Teerão. Baker anuncia ainda que a Arábia Saudita concederá 13,5 milhões de dólares aos Estados Unidos para compensar as despesas da operação «Tempestade do Deserto».

Domingo 27

- Registam-se nos EUA numerosas manifestações a favor e contra a guerra no Golfo, especialmente nas cidades de S. Francisco e Washington. Perto de Nova Deli, na Índia, uma manifestação pacifista resulta em cinco mortos e cinquenta feridos.

- O presidente do Parlamento iraquiano apresenta um plano de paz que prevê o cessar-fogo imediato, o fim do embargo de víveres e medicamentos ao Iraque, a retirada dos norte-americanos e dos aliados da região assim como das forças iraquianas do Kuwait.

- O comando-geral das forças armadas dos Emiratos Árabes Unidos apela para que voluntários se apresentem para reforçar o exército.

- O ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros afirma que Javier Perez de Cuellar

assume pessoalmente a responsabilidade dos crimes cometidos, sob a cobertura das Nações Unidas, contra o povo iraquiano.

- A aviação norte-americana noticia a destruição de dois colectores destinados a levar o petróleo para o terminal koweitiano de Sea Island, como medida destinada a impedir o escoamento do crude no Golfo, onde se terá derramado, segundo se calcula, cerca de oito milhões de barris.

- Duas a três dezenas de soldados iraquianos bloqueados numa ilha do largo do Kuwait anunciam a rendição.

Segunda-feira 28

- Dois atentados em Atenas danificam, sem causar vítimas, os escritórios de duas empresas dos Estados Unidos.

- A agência IRNA noticia que as cidades iraquianas de Badra e Zorbatiya foram bombardeadas, durante toda a manhã, pelas forças aliadas, enquanto, segundo o Iraque, 50 aviões israelitas teriam seguido para a Arábia Saudita elevando para 134 o número de aparelhos daquele país neste território.

- O representante no Líbano de Yasser Arafat afirma que a delegação da OLP naquele país está pronta a bombardear Israel se prosseguirem os ataques contínuos a civis e a instituições no Iraque e se se mantiver o recolher obrigatório nos territórios ocupados.

- Um porta-voz militar britânico em Riade revela que o Iraque «mantém capacidades químicas maciças» apesar da destruição em curso dos seus meios de produção.

Terça-feira 29

- As autoridades turcas levantam restrições ao trabalho dos jornalistas que acompanham no país as operações militares aliadas.

- A Frente Islâmica de Salvação convoca para quinta-feira, em Argel, uma manifestação para que o povo dê resposta às advertências do presidente Chadi Benjedid de que não permitirá perturbações da ordem pública.

- O governo da Jordânia manifesta o seu apoio ao plano de paz apresentado pelo Irão para pôr termo à guerra. Entretanto o Iraque anuncia ter abatido nas últimas 24 horas mais seis alvos aéreos.

- O departamento de Energia dos EUA anuncia que as companhias petrolíferas norte-americanas pediram uma quantidade de petróleo das reservas estratégicas muito superior aos 33,75 milhões de barris que George Bush tinha pensado colocar no mercado.

- Cerca de 20 «Rockets Katyusha» atingem no início da manhã a zona de segurança israelita no Sul do Líbano, disparados a partir de áreas controladas pela OLP.

- O presidente líbio apela ao povo turco para que encerre imediatamente as bases militares norte-americanas na Turquia.

Os curdos Esquecidos dos deuses e dos homens

O bárbaro massacre da população curda com armas químicas, no norte do Iraque, tem servido nos últimos tempos para demonstrar à opinião pública internacional não apenas os efeitos devastadores de tais armas como também o carácter desumano do regime iraquiano que não olha a meios para liquidar toda e qualquer oposição.

Podemos dizer-se, a propósito, que a guerra do Golfo tem tido o doloroso mérito - se é que tal se pode dizer - de chamar a atenção da comunidade internacional para a multiplicidade de problemas que afectam a região. É verdade que nem sempre tal se faz com o objectivo de esclarecer sobre as causas profundas que estão por detrás da instabilidade que afecta aquela zona do globo, não é menos verdade que a simples referência aos problemas se torna por si só um convite, ainda que involuntário, à reflexão.

É o que se passa em relação aos problemas dos curdos. Que não começam nem acabam no Iraque. E que podem, uma vez mais, ser uma das muitas vítimas da guerra do Golfo.

As imagens da população curda assassinada com armas químicas já correram o mundo, provocando horror e condenação. A perspectiva de que as forças aliadas, ou Israel, tenham de enfrentar ataques semelhantes basta para deixar o mundo revoltado.

No entanto, há apenas dois anos - em Janeiro de 1989 - a reunião internacional sobre armas químicas realizada em Paris não condenou o Iraque pela utilização massiva dessas armas contra os curdos. E quando, em Outubro do mesmo ano, a capital francesa recebeu uma conferência sobre a identidade curda, nenhum responsável governamental francês encontrou disponibilidade para receber qualquer dos representantes curdos.

Em Outubro do ano passado, pelo contrário, uma delegação da Frente do Curdistão iraquiano não teve qualquer dificuldade em ser recebida em Paris pelo ministro adjunto dos Negócios Estrangeiros e pelo secretário de Estado encarregado das questões humanitárias.

O que havia mudado? O Iraque tinha invadido o Koweit. E

como aconteceu muitas vezes ao longo da História, os curdos voltam à cena porventura para servir de peões num jogo que continua a não ser o seu.

Vale a pena lembrar que todas as fronteiras da região do Golfo são arbitrárias. Resultam do essencial das partilhas efectuadas pela Grã-Bretanha e pela França, ao sabor dos seus próprios interesses, nada tendo a ver com a história, a cultura e os povos da região. Por isso mesmo é que o frágil equilíbrio delas resultante é tão delicado; basta pôr uma dessas fronteiras em causa e todas as restantes o serão. O caso do Koweit é paradigmático. Em última análise, o que as forças aliadas estão hoje a fazer no Golfo é a defender as fronteiras que elas próprias definiram no passado para servir os seus interesses. Ultrapassando uma vez mais os próprios árabes.

Uma história de traições

Neste jogo de interesses os curdos foram sempre os grandes derrotados. Habitando uma região situada no que é actual-

mente território turco, sírio, iraquiano e iraniano, os curdos sofreram a sua grande primeira traição da Grã-Bretanha em 1920. Nesta data era assinado o tratado de Sèvres que previa, nos seus dois artigos, a formação de um Estado Curdo; embora não incluído os curdos da Pérsia nem da Síria e de dispor de uma soberania limitada pela potência colonial, o tratado de Sèvres foi a melhor esperança que os curdos conseguiram até hoje.

Mas o Estado Curdo não passou do papel.

A revolta contra o desmembramento do império otomano e as vitórias de Mustapha Kemal na guerra pela independência da Turquia levaram à assinatura, em 1923, em Lausanne, de um novo tratado que «dava» à Turquia toda a Ásia Menor; antes mesmo de ter nascido, o Estado Curdo era dividido, ficando uma parte para a Turquia e outra, a província de Mossul, de «reserva».

É a Sociedade das Nações quem, em 16 de Dezembro de 1925, decide atribuir a região de Mossul ao Iraque, de acordo com os interesses britânicos.

A França esteve de acordo, recebendo em troca privilégios petrolíferos.

É verdade que este tratado previa a especificidade dos curdos e o seu direito à utilização da língua própria e à participação na gestão da região, mas esta situação de relativo privilégio não impediu a repressão das sucessivas revoltas curdas, em particular após a independência do Iraque em 1932, com o apoio da Força Aérea britânica.

À Grã-Bretanha interessava, naturalmente, um grande Iraque sob o seu controlo, o que lhe daria o fácil acesso às reservas petrolíferas da região de Mossul (as restantes não haviam ainda sido descobertas) e garantia a protecção da rota da Índia. Perante estes interesses, os curdos foram sacrificados, passando desde então a estar divididos por três países: a Tur-

quia, o Irão e o Iraque, para além de pequenas comunidades na Síria e na União Soviética.

Divididos mas não subjugados.

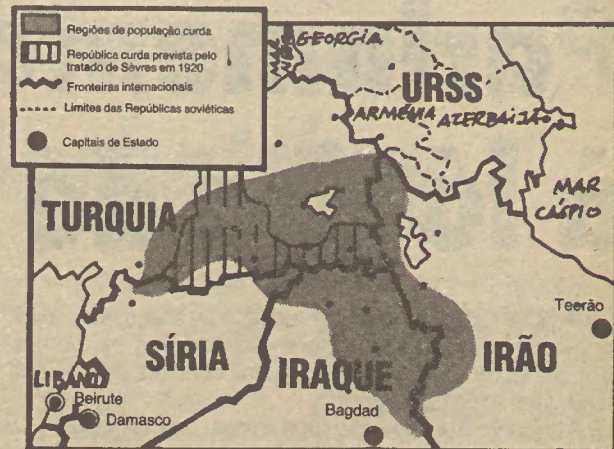
No Iraque, as revoltas sangrentas duraram até 1945. Na Turquia, a repressão não foi menor: em 1924 foram adoptadas leis anti-religiosas, agravadas depois com a proibição de todas as publicações e associações curdas; em 1932, as autoridades turcas deram início ao processo de deportação e tentativa de assimilação de parte da população curda, impondo na região a lei marcial até 1946 e impedindo a entrada de estrangeiros até 1965 na zona, posteriormente designada de «Anatólia Oriental».

A «pacificação» do Curdistão turco foi sempre relativa; as ditaduras militares turcas deixaram nele a sua marca repressiva, agravada nos anos 60 e 70 quando o movimento nacionalista conheceu um novo ânimo sob a influência do movimento armado conduzido por Moustapha Barzani no Iraque. Nessa altura, o Xá do Irão, os EUA e Israel não hesitaram em armar os nacionalistas curdos, aliando de ocasião a quem cabia enfraquecer os «revolucionários baasistas» do Iraque.

Os curdos voltam a ser sacrificados em 1975, quando se dá a reconciliação iraco-iraniana.

O golpe de Estado que instaura de novo a ditadura militar na Turquia, em Setembro de 1980, volta a significar para os curdos a supressão de todas as liberdades e a recusa em lhes reconhecer a identidade como povo. Ao contrário do que então sucede no Iraque, cuja Constituição reconhece o país composto por duas nações, uma árabe e outra curda, na Turquia acelera-se o processo de deportações de curdos.

A guerra entre o Irão e o Iraque também em nada favorece os curdos. Reforçados no Irão com a revolução islâmica, os curdos iranianos aproveitam o



Fronteiras da região do Golfo traçadas ao sabor dos interesses das potências coloniais

enfraquecimento do poder de Bagdad para estender a luta de guerrilha ao Iraque, mas acabam por ser perseguidos pela Turquia que chega mesmo a persegui-los em território iraquiano, com o aval do governo de Saddam Hussein.

Com o fim da guerra, os três países - Iraque, Irão e Turquia - procuram liquidar os curdos. Em poucas semanas, as tropas de Saddam Hussein liquidam, com o recurso a armas químicas, a resistência curda, acusada de colaboracionismo com o Irão. As deportações completam a «pacificação».

Um jogo viciado

A luta dos curdos pela independência e identidade nacional assume, quase inevitavelmente, um carácter crescentemente violento. No início desta década é na Síria que os curdos encontram o seu principal aliado, mas também aqui mais para servir interesses sírios do que outra coisa. As rivalidades entre a Síria e a Turquia são conhecidas. A primeira reivindica o direito histórico a Alexandria, «dada» pela França a Ankara em 1939; por outro lado, até à invasão do Koweit, aqueles dois países situavam-se em campos opostos: a Turquia membro activo da NATO e a Síria no campo antinorte-americano.

A ajuda síria aos curdos coincide com novo aumento da repressão indiscriminada destes na Turquia; em Janeiro do ano passado, é a própria imprensa turca que fala da evacuação de mais de uma centena de aldeias curdas, para criar uma zona de «segurança» na fronteira entre a Síria e o Iraque. Em Março, o sociólogo Ismail Belsikçi é preso por «propaganda separatista e enfraquecimento dos sentimentos nacion-

nais», após a publicação de duas obras consagradas à problemática curda. Na mesma altura, violentos confrontos entre o exército e guerrilheiros provoca treze mortos entre os curdos; a recusa das autoridades de Ankara de entregar os corpos às famílias provoca uma verdadeira insurreição civil, com greves, manifestações e protestos que a imprensa local apelida de «Intifada» curda. Alegando um complot contra a integridade nacional, as autoridades turcas decretam o estado de urgência, dão poderes absolutos ao governador e carta branca às forças de segurança que se desdobram em violência, torturas e deportações da população civil.

As reacções do ocidente a esta situação quase não têm expressão. Como o não tiveram aquando da colaboração turco-iraquiana na liquidação dos curdos.

A invasão do Koweit pelo Iraque e o total alinhamento da Turquia com os EUA fizeram esquecer todo este passado recente de brutais atentados aos direitos humanos. As excelentes relações entre os dois países, de resto evidenciadas com o beneplácito americano à invasão e anexação do norte de Chipre pelos turcos, reforçam-se com a guerra do Golfo. É uma vez mais é a fronteira da Turquia com o Iraque, na região onde 10 milhões de curdos buscam o seu direito à independência, que volta a estar em jogo. Para reforçar o poder de Ankara, não para lembrar os direitos desse «povo esquecido dos deuses».

Num momento em que decorre a conferência sobre os direitos humanos e em que os EUA contestam a presença do Iraque, cabe perguntar: quantos serão os países que na verdade têm legitimidade para aí se fazer representar?

O Partido Baas

Embora a informação sobre o conflito do Golfo seja hoje dominada pelo noticiário ou pelas especulações militares, numerosas referências são feitas ao Partido Baas, organização a que pertenceriam afinal protagonistas do conflito que se situam em posições opostas: o presidente Saddam Hussein do Iraque e, por exemplo, o presidente Hafez el Assad da Síria. É uma realidade que profundamente se integra na complexa história da unidade árabe e de uma organização política a ela profundamente ligada.

O Partido Baas («Al Baas Al-Arabi», que se pode traduzir por renascimento árabe, e que por vezes aparece igualmente escrito Baath ou Ba'ath) foi criado em 1943 tendo na sua origem um intelectual sírio de cultura francesa, Michel Aflaq.

Nascido em 1910 em Damasco, numa família cristã ortodoxa e nacionalista fervorosa, Aflaq realiza os seus estudos superiores na Sorbonne onde conclui, em 1932, uma licenciatura em História. Muito influenciado pelo filósofo francês

Emmanuel Mounier, fundador da revista «L'Esprit», Aflaq regressa à Síria onde, enquanto ensina num liceu de Damasco, se liga ao Partido Comunista Sírio do qual se virá porém a desligar.

Em 1943, juntamente com o seu amigo Salah Bitar, lança as bases do novo Partido do Renascimento Árabe que, em 1943, 47 e 49, concorre sem êxito às eleições sírias.

O programa ideológico do Partido Baas pode resumir-se em três

projectos básicos: **unidade, liberdade, socialismo**. Os povos árabes formam uma única nação e devem congregarse num único estado «socialista» liberto de todo e qualquer domínio estrangeiro, tendo a nação árabe uma missão histórica a realizar.

A acção do Baas e a influência de Michel Aflaq foram decisivas para o alastramento do pan-arabismo no Médio Oriente durante as décadas de 40 e 50. Aspecto importante na sua influência ideológica é a de o socialismo subjacente às teorias de Aflaq ser bastante mais de inspiração religiosa e cristã, na esteira de Mounier, do que marxista, o que facilitou a complexa junção do basismo com o islamismo que se viria a aprofundar no futuro.

Em 1953 o Baas fundiu-se com o Partido Socialista Árabe dirigido por Akram Huraní e ganha grande influência no seu país de origem, a Síria, embora se desenvolvam organizações em praticamente todos os outros países árabes.

O Baas conheceu uma assinalável vitória da sua política ao ver concretizada em 1958 a união da Síria com o Egipto Nasseriano na República Árabe Unida, uma palavra de ordem que fora lançada pelo Baas sírio. As relações dos baasistas com os nasseristas são porém muito complexas, com expressão particular nos conflitos entre os militares e os civis e que poria termo à RAU em 1961.

Em 1962 o grupo de Akram Huraní expulso do Baas que em 1963 inicia um período de apogeu ao promover golpes militares vitoriosos em Damasco (Síria) e Bagdad (Iraque).

No Iraque, o golpe baasista depõe o general Kassem, apoiado pelos nacionalistas árabes e pelos comunistas, e dá origem a um gigantesco massacre de militantes comunistas e sindicalistas.

O período de 1963 marca contudo o início das divisões do Baas: em 1965, em conflito com jovens oficiais radicais, Michel Aflaq é obrigado a fugir-se no Líbano, os baasistas sírios

continuam a declarar-se a direcção legítima do partido, enquanto a direcção iraquiana de Bagdad se separa. Os autores do golpe iraquiano chefiados pelo general Abdul Salam Aref, depois do massacre dos comunistas, voltam-se contra os baasistas que só voltarão ao poder em Bagdad com novo golpe, em 1968, chefiado pelo general Al Bakr, ligado a Aflaq.

A vitória na Síria, em 1970, de um golpe promovido pelo general Hafez al Assad consagra uma divisão política no Baas que passa a contar com uma direcção «panárabe» instalada na Síria e uma direcção influenciada pelo Iraque, com sede em Bagdad.

A política ferozmente anticomunista do governo de Saddam Hussein (que sucedeu a Salam Aref em 1968) e que determinou prisões e execuções em massa (em 1978, entre os quais 38 oficiais do exército) determinou o corte das relações de praticamente todos os Partidos Comunistas do mundo (entre os quais o PCP) com o Baas iraquiano, mantendo-se porém com o Baas sírio.

Parlamento Europeu

Parlamento Europeu acomoda-se à lógica de guerra

A guerra no Golfo continua a mobilizar as atenções a nível internacional e a provocar diferentes reacções, opondo os defensores da resolução pacífica dos conflitos com os que privilegiam a lógica de guerra. O Parlamento Europeu não foge à regra. Na semana passada, o plenário do PE foi palco desse confronto. Mas a aprovação final de uma resolução sobre a crise do Golfo, acomodando-se à lógica de guerra, só foi possível com recurso ao atropelo do regimento do Parlamento Europeu. Em entrevista ao «Avante» o eurodeputado Joaquim Miranda explica como foi.

Avante - Os deputados comunistas no Parlamento Europeu votaram contra a resolução sobre o conflito do Golfo. Porquê?

JM - votámos contra esta proposta de resolução por duas razões essenciais. Em primeiro lugar, porque se trata de uma resolução que, não constituindo embora um apoio incondicional e explícito à guerra, é no entanto uma resolução que se acomoda à lógica de guerra e como tal nós não a poderíamos votar, já que temos um posicionamento diferente. Por isso mesmo apresentámos uma proposta de resolução que aponta para uma solução negociada no Médio Oriente, incluindo naturalmente a retirada do Iraque do Kuwait. Em segundo lugar, votámos contra porque esta resolução assenta num grave atropelo ao regimento do Parlamento Europeu e aos direitos das minorias no PE.

Avante - Podes explicar?

JM - Vários grupos políticos e um conjunto de deputados apresentaram diversas propostas de resolução. Os democratas-cristãos, os liberais, gausistas e outros apresentaram inclusive uma proposta de compromisso com base nas suas propostas; mas no momento da votação verificou-se que nenhuma das propostas em presença recolhia o número de votos necessário para ser aprovada. Foram todas sendo derrotadas. Não havia maiorias no PE para aprovar esta ou aquela proposta.

Antes de se completar o processo de votação - faltava votar ainda três propostas, nomeadamente uma do Arco Íris e outra subscrita por cinquenta e cinco deputados de diversos grupos políticos (comunistas, verdes, socialistas e outros) - o presidente faz uma proposta de se interromper o processo e de se abrir novamente a possibilidade de apresentação de propostas de compromisso.

Tratou-se de um grave atropelo ao regimento e ao direito das minorias, nomeadamente aos direitos dos deputados que haviam apresentado uma proposta de resolução conjunta.

O nosso voto contra explica-se assim por motivos políticos, que radicam no conteúdo da proposta que veio a ser adoptada, mas também no facto dessa mesma proposta assentar num atropelo ao regimento.

Em nossa opinião, este processo de atropelo ao regimento do PE tem uma clara leitura política. Ou seja, apenas com base numa violação regimental foi possível encontrar determinado consenso, englobando a direita e um sector maioritário do grupo socialista. Houve uma convergência de parte dos socialistas com a direita que permitiu esta resolução, mas nem por isso deixou de ficar claro que se trata de uma coesão precária nesta maioria.

Ficou igualmente claro que há um largo sector do PE que se opõe claramente à lógica de guerra e que privilegia uma solução pacífica para os problemas do Médio Oriente, nomeadamente através de um cessar-fogo, de negociações e da resolução global das questões da região através da realização de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

A posição dos eurodeputados portugueses reflectiu este posicionamento, com os socialistas, democratas-cristãos e sociais democratas a acomodarem-se à lógica de guerra, ainda que estes últimos se abstivessem em consonância com o grupo liberal, que apresentou propostas de alteração, não aceites, ainda de maior alinhamento com os EUA. Pela nossa parte apresentámos uma proposta de resolução que obteve 90 votos a favor, o que é importante, e simultaneamente subscrevemos a proposta conjunta que já referi.

A CEE sem posição própria

Avante - Alguns analistas políticos têm referido que a crise do Golfo veio pôr em evidência a fragilidade da unidade interna da Comunidade Económica Europeia, que em todo este processo não foi capaz de assumir uma posição de política externa comum. Significa isto que a União Política de que tanto se fala está agora mais longe?

JM - Em relação à questão do Golfo é uma realidade que não houve uma posição da CEE como tal. Os diferentes Estados membros ou tomaram posições cada um de per si ou andaram a reboque das posições dos EUA. É evidente que há nuances entre os diferentes Estados; a Grã-Bretanha adoptou desde o princípio um posicionamento claro e inequívoco de alinhamento com a política dos EUA, enquanto a França ainda apresentou, no último momento, uma proposta de solução para o conflito. Mas terminado o período até dia 15 de Janeiro, verifica-se na prática que se houve alguma concordância foi no sentido de um alinhamento puro e simples com a política norte-americana.

Poderá perguntar-se: e se houvesse União Política?

Creio que em relação a isso o que se pode dizer é que importa reconhecer, antes do mais, é que há diversidade; esta Europa é uma Europa em que há diversidade de posições e, por isso mesmo, a União Política é difícil de conseguir. De resto, importa ter presente que, mesmo que houvesse uma política externa comum, uma decisão num caso como este do Golfo teria sempre de ser tomada por unanimidade. Haveria ou não unanimidade? Poderia ou não haver, tal qual como hoje, porque nada impediria os Estados

— entrevista com o deputado Joaquim Miranda

membros de convergir no mesmo sentido, com autonomia relativamente aos EUA, com um posicionamento próprio.

Creio que este caso concreto pode fazer com que o Parlamento Europeu, que em relação à União Política tem tomado muitas vezes posições maximalistas, aprecie os problemas da União Política de uma forma mais pragmática tendo em conta as reais diferenças que existem entre os Estados membros.

Um salto no escuro

Avante - A Comissão das Comunidades Europeas apresentou no Parlamento Europeu um plano de actividades a desenvolver na região do Golfo após a guerra. É um bocado difícil encarar aquele plano sem ver nele de certa forma um antecipar da partilha do espólio, por um lado, e por outro lado uma tentativa de antecipação em relação aos EUA. Sobretudo se se tiver em consideração que são as ex-potências coloniais (a Grã-Bretanha e a França) responsáveis pela definição arbitrária das actuais fronteiras da região, as que mais se envolveram directamente neste conflito. Será que estamos perante um plano para a redefinição de interesses?

JM - Creio que, com este plano, ou projecto, a Comissão está a dar um salto no escuro. Porque a CEE, e designadamente a Comissão, não deveria estar neste momento a fazer conjecturas quanto ao futuro, que não sabemos qual vai ser, mas sim a procurar encontrar medidas conjugadas com a vista a uma solução pacífica para a região do Golfo.

Esta proposta que a Comissão avançou parte da ideia de que não há nada a fazer, de que são os EUA quem vai conduzir todo o processo e de que à Comunidade resta esperar para ver como tudo vai ficar para depois avançar com o seu plano económico para a região.

Ora a situação que estamos a viver aponta num sentido bem diferente. Terminada a guerra e na previsão - que é a da Comissão - de que a mesma é ganha pelos EUA e pelas forças ditas aliadas, o que vai acontecer é que quem vai decidir sobre o futuro da região, no essencial, não vai ser a CEE mas sim os EUA.

Se a Comunidade tem algum papel a desempenhar será agora, e no sentido de encontrar uma solução diferente da que é preconizada pelos EUA para a região, isto é, uma solução negociada.

Avante - Como reagiu o PE a esta proposta?

JM - Creio que no PE ninguém levou esta proposta muito a sério, porque é evidente que o que neste momento se discute não é a questão do pós-guerra, que não sabemos como é que vai ser, mas sim a

necessidade de tentar alterar a situação actual, pondo fim à guerra e tentando encontrar uma solução negociada para a questão do Golfo.

Avante - Apesar disso, será que na proposta da Comissão, que refere o alargamento das relações da Comunidade com os países da região, não se pode vislumbrar uma abertura para a entrada da Turquia na Comunidade?

JM - A eventual entrada da Turquia na Comunidade é um problema muito complexo. Não creio que haja qualquer possibilidade, hoje, da Turquia entrar na Comunidade; poderão reforçar-se os laços de cooperação, mas mesmo nesse domínio haverá dificuldades, como tem havido sempre. Recordo o facto de a Grécia ser membro da CEE e se opor à adesão turca. Por outro lado, há que ter presente o facto de actualmente haver outros candidatos, pelo que a questão do alargamento ou não da CEE está em aberto e é extremamente complexa. Penso que a iniciar-se esse alargamento não será pela Turquia.

O papel do PE

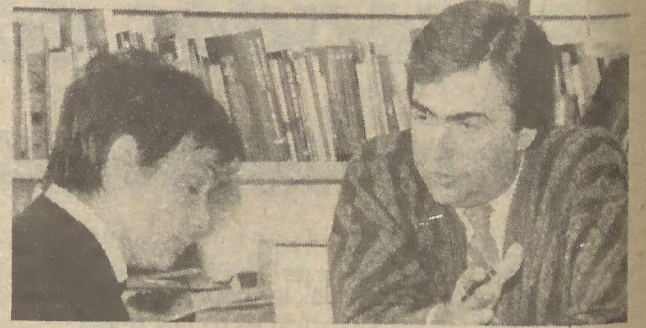
Avante - Qual o papel que cabe ainda ao Parlamento Europeu em toda esta questão do Golfo?

JM - Em termos de poder de decisão, em particular numa matéria como esta, os poderes do PE são extremamente limitados. De qualquer forma o PE é um fórum político, com deputados eleitos de doze países, que tem o seu peso, a sua influência política. E nesse âmbito há que fazer uma leitura da resolução que foi aprovada sobre o conflito do Golfo. Ou seja, que o PE há um sector à direita que está claramente identificado com esta lógica de guerra; um grupo socialista extremamente dividido sobre esta questão, com uma parte acomodada à lógica de guerra e que neste caso se aliou com a direita; e um sector coeso, importante - basta dizer que os deputados que recusaram o texto como ele foi apresentado representam um terço do total - que é favorável ao termo da guerra e de soluções pacíficas, em que nós nos integramos.

No que se refere ao futuro, podemos distinguir a actuação do PE em termos institucionais e enquanto fórum político.

Do ponto de vista institucional, o PE decidiu reunir semanalmente em Bruxelas, fora das reuniões plenárias e das comissões especializadas, para fazer o ponto da situação no que se refere à guerra do Golfo. Nessas reuniões não serão tomadas decisões, mas delas poderão emanar sugestões para a tomada de medidas.

Por outro lado, o largo sector do PE que se opõe à guerra terá a sua própria dinâmica, no sentido de tomar iniciativas, orientadas para os trabalhos



do PE, com vista a reforçar as suas posições e de as alargar tanto quanto possível no Parlamento Europeu.

Já há reuniões previstas destes deputados de diversas áreas para discutir as iniciativas a tomar, tanto no PE como fora dele. Neste âmbito pode referir-se o encontro realizado na passada quinta-feira com o ex-presidente da Nicarágua, Daniel Ortega. Aproveitando a sua deslocação ao PE para contactos com diversos grupos políticos, incluindo a Coligação de Esquerda, realizou-se um debate com diversos deputados sobre a crise do Golfo. Nós disponibilizámos os meios

para a concretização do encontro, que tive oportunidade de dirigir. Foi um encontro extremamente interessante, quer pela ampla participação registada quer pela abordagem da questão na perspectiva de um dirigente político do Sul, com larga experiência de ataques norte-americanos. Essa reunião, posteriormente aberta à imprensa, teve ainda o mérito de reforçar o sector do PE que se opõe à lógica de guerra e fortalecer a convergência de deputados de diversas famílias políticas favoráveis a uma solução pacífica para a resolução dos problemas do Médio Oriente.

Proposta de resolução da Coligação de Esquerda

O Grupo Coligação de Esquerda no PE, em que se inserem os deputados do PCP, apresentou no plenário a proposta de resolução que a seguir se transcreve na íntegra:

A. Profundamente revoltado pela realidade insustentável da guerra no Golfo e pelos seus riscos de desenvolvimento de consequências incalculáveis desencadeados neste região do mundo;

B. Indignado pela terrível responsabilidade assumida tanto por Saddam Hussein que, pela inaceitável invasão do Kuwait, permitiu aos Estados Unidos desencadear uma guerra mortífera, como por George Bush que programou e desencadeou esta guerra com o apoio dos dirigentes dos países que nela se envolveram;

C. Consciente do enorme perigo de desenvolvimento de tensões racistas nos nossos países;

D. Preocupado com o risco de participação directa da NATO no conflito na sequência da utilização das bases americanas situadas na Turquia para bombardear o Iraque;

E. Condenando os ataques iraquianos contra Israel;

F. Profundamente preocupado com os riscos de generalização do conflito que aumentam de dia para dia;

1. Exige a retirada imediata e incondicional do exército iraquiano do Kuwait;

2. Exige o fim imediato desta guerra ilegítima e mortífera que, a coberto da defesa do direito, serve em primeiro lugar objectivos estratégicos, políticos, económicos e militares dos Estados Unidos;

3. Pronuncia-se pela abertura de negociações pela solução global dos problemas do Médio Oriente, nomeadamente o respeito pelos direitos fundamentais do povo palestiniano, pela realização de uma Conferência internacional;

4. Pede aos Ministros dos Negócios Estrangeiros que formem um Comité preparatório com vista à organização desta Conferência com a participação das partes directamente implicadas;

5. Pede aos Ministros dos Negócios Estrangeiros e aos Governos dos Estados membros que tomem as iniciativas apropriadas no quadro da ONU para uma solução política e pacífica do conflito;

6. Sauda as inúmeras forças de paz das mais diversas sensibilidades políticas que se mobilizam na Europa e no mundo a favor do fim da guerra e apoia todos os que partilham essa vontade;

7. Encarrega o seu presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos Governos dos Estados Unidos e do Iraque.

Como se refere na entrevista com o deputado Joaquim Miranda, que se publica em separado nesta página, esta proposta, apesar do amplo apoio recebido, não foi aprovada pelo Parlamento Europeu.

Internacional

URSS, Países Bálticos

No quadro da situação de crise que se vive nas Repúblicas Bálticas, que deu lugar a dramáticos confrontos de que resultaram várias vítimas, Mikhail Gorbatchov divulgou, recentemente, em conferência de imprensa, uma declaração presidencial que, pela sua importância, aqui reproduzimos.

A crise e a tensão político-moral surgida na sociedade e os acontecimentos, dos quais têm resultado vítimas, exigem uma conversa directa e franca. Uma parte da sociedade mostra incompreensão e mesmo falta de desejo em entender a política do presidente.

Estou profundamente preocupado com o desenlace trágico dos confrontos verificados na Lituânia e, nos últimos dias, em Riga. Apresento as minhas mais sinceras condolências às famílias atingidas pela desgraça. As circunstâncias relacionadas com o emprego de armas devem ser minuciosamente investigadas e julgadas, em conformidade com a lei.

Em primeiro lugar e no essencial, o que quero dizer resume-se ao seguinte: os acontecimentos ocorridos em Vilnius e em Riga de modo nenhum constituem uma manifestação da linha do poder presidencial, em prol da qual ela foi criada. Declino decididamente todas as especulações, todas as suspeitas e todas as calúnias a este respeito.

Nem a política interna nem a externa foram alteradas. Tudo continua como foi formulado nos documentos e declarações oficiais da direcção.

Os acontecimentos nas Re-

públicas Bálticas surgiram numa situação de crise brutal. Os actos ilegais, a violação da própria Constituição, o menosprezo pelos decretos do presidente, a grosseira violação dos direitos civis, a discriminação de pessoas de outra nacionalidade, a conduta irresponsável face ao exército, militares e seus familiares, geraram um ambiente, uma atmosfera, onde este tipo de confrontos e combates podem surgir facilmente sob qualquer pretexto inesperado.

É nisso que reside a fonte da tragédia ocorrida, e não em misteriosas ordens vindas de cima. Foi exactamente desta forma que as coisas ocorreram no primeiro e no segundo casos.

Como presidente, considero que a tarefa principal consiste na não admissão da escalada de confrontação, na normalização da situação, na obtenção da concórdia social e na cooperação.

Neste contexto, impõe-se o seguinte:

— Devem ser canceladas as leis anticonstitucionais dos Sovietes Supremos e as deliberações dos governos republicanos e, em primeiro lugar, as

que violam os direitos do homem.

— Quaisquer organizações sociais, comités e frentes, sejam quais forem os seus programas, apenas podem pretender a subida ao poder por métodos constitucionais. E sem o recurso à violência. Quaisquer tentativas de apelar às forças armadas na luta política são inadmissíveis.

— Deve ser posto definitivamente fim às medidas discriminatórias em relação às unidades militares aquarteladas nos territórios das Repúblicas e a atitudes vergonhosas face às famílias e filhos dos militares. De acordo com as actuais leis federais, as tropas permanecerão onde isso foi imposto pelas exigências da defesa e segurança do país.

— As relações do poder civil com os militares devem basear-se exclusivamente nas leis da URSS.

— Ao mesmo tempo são inadmissíveis acções autónomas por parte das tropas. O dever e a honra dos comandantes de todos os níveis consiste em actuar apenas segundo a ordem, revelar comedimento, não ceder a provocações e reforçar a disciplina entre os subordinados.

— Confirmando o direito constitucional das Repúblicas

de separar-se da URSS, não podemos admitir nesta causa nem a espontaneidade nem o arbítrio, inclusive por parte dos órgãos eleitos. A separação pode ser efectuada, mas com base na manifestação da vontade de toda a população — referendo, como resultado do processo previsto pela lei.

Tendo em conta tudo o que foi dito, surge a necessidade de voltar a discutir no Conselho da Federação a situação nas Repúblicas Bálticas.

Os acontecimentos dos últimos dias foram aproveitados por certos círculos para fomentar a tensão no país, sob o pretexto de uma pretensa viragem para a direita e o perigo da ditadura.

Denuncio decididamente tais especulações. As conquistas da «perestroika», a democratização e a «glasnost» foram e continuam a ser valores imutáveis, defendidos pelo poder presidencial.

Não significa isto, contudo, que possamos passar por cima e não demos atenção quando os meios de propaganda, sim propaganda — devemos chamar as coisas pelos seus próprios nomes — são aproveitados propositalmente para provocar o caos, o pânico, a discórdia

étnica, para contrapor o povo ao exército e para lançar apelos para não acatar as leis.

Os acontecimentos nas Repúblicas Bálticas são usados especulativamente como pretexto para colocar a questão do desmembramento das nossas Forças Armadas e a criação de exércitos republicanos.

Tais declarações, irresponsáveis, encontram-se repletas de graves perigos, sobretudo quando partem da direcção da Federação Russa.

Penso que qualquer pessoa sensata compreende quais serão as consequências disto para o nosso país e todo o mundo.

Falando calmamente, parecem estranhos e absurdos os convites ao estrangeiro, à Organização das Nações Unidas, para que resolva, em vez de nós, os nossos próprios problemas, os quais podemos e devemos resolver.

Abrimos a nossa sociedade para a cooperação e colaboração com todo o mundo. Continuaremos a ser fiéis à nossa política externa. Porém, os problemas internos do país devem ser resolvidos exclusivamente pelo povo soviético e por mais ninguém.

Não posso deixar de assi-

nalar que, no estrangeiro, os acontecimentos são interpretados unilateralmente. Nalguns casos de forma semelhante à guerra ideológica dos velhos tempos. Muitas pessoas ali, tal como cá, encararam-nos de forma inadequada, considerando-os como uma viragem na política da direcção soviética.

É lamentável e perigoso. Sobretudo se, em resultado desta interpretação incorrecta, for posto em perigo tudo que foi obtido nos últimos anos nas relações internacionais.

No decurso da grave polémica desencadeada no nosso país nos últimos dias, vozes sensatas recordam que o principal hoje é a estabilidade política, uma rigorosa ordem jurídica e a disciplina, a normalização da economia, o avanço decisivo para a economia de mercado e a renovação democrática do nosso Estado multinacional. Compartilho esta posição.

Na sociedade aumenta a compreensão de que manifestações, comícios, greves, instigação de paixões políticas e confrontação não retirarão o país da crise. Mas, só o trabalho abnegado e a paz civil.

Lanço este apelo a todos os cidadãos da URSS.

Manifestações pela Paz em todo o mundo

«Milhões de crianças morrem de fome no mundo, em cada dia, pela falta de alimentos. E que fazemos nós? O nosso governo gasta milhares de milhões de dólares numa guerra e aumenta o poder da sua máquina de destruição e de sofrimento» — são palavras de Ramsay Clark, antigo ministro da Justiça dos Estados Unidos, numa manifestação realizada em Washington, que reuniu mais de 25 mil pessoas frente à Casa Branca.

Apesar do clima belicista instalado no país, e que nesta fase se reflecte mesmo num maior apoio da população à política da Casa Branca, muitas dezenas de milhar de pessoas têm vindo a manifestar-se em diversas cidades dos Estados Unidos, num poderoso e significativo movimento pela paz.

As missas celebradas em Memória de Martin Luther King, transformaram-se, em dezenas de igrejas do país, em «orações pela paz».

Manifestações pela paz têm entretanto decorrido por todo o mundo, com especial incidência na Europa e Norte de África.

Na jornada internacional de acção de 26 de Janeiro, dezenas e até centenas de milhar de pessoas participaram em manifestações e concentrações em diversas capitais. Alguns exemplos, apenas — 15 mil em Sydney, Austrália; 8 mil em Londres; 15 mil em Paris; 200 mil em Bona; 15 mil em Tóquio; 10 mil em Amsterdam; 200 mil em São Francisco.

Facto muito significativo — a população da Turquia pronuncia-se claramente contra

qualquer envolvimento na guerra. 89% dos turcos pronunciam-se contra a participação do seu país na guerra do Golfo, segundo uma sondagem realizada pela sociedade de inquéritos Kamar, por conta do jornal «Hurriyet». Apenas

pouco mais de 7% dos inquiridos defende uma participação na guerra. Numerosos intelectuais e artistas turcos lançaram um apelo «às organizações democráticas e aos sindicatos para agir contra a guerra e contra uma eventual participação da Turquia na guerra do Golfo». O partido dos Verdes, tomou igualmente uma posição de denúncia da política belicista de Ankara.

Uma posição cuja força de expressão pode vir a ser particularmente importante para impedir um alastramento da guerra, de consequências imprevisíveis.



Geografia da paz — estas algumas das cidades onde se têm realizado manifestações pela paz e pelo fim da guerra no Golfo

ANC: «A guerra deve ser travada agora!»

O Congresso Nacional Africano (ANC) tomou clara posição pelo fim da guerra e por uma solução pacífica para os múltiplos problemas do Médio Oriente.

A direcção do ANC pede «a imediata suspensão das hostilidades e o regresso às iniciativas diplomáticas, em particular através do secretário-geral da ONU, para chegar a uma solução pacífica que englobe todos os países membros».

«Pedimos:

«1) A retirada do Iraque do Kuwait, após acordo bilateral entre os dois países.

«2) A retirada dos Estados Unidos e de todas as forças coligadas do Golfo.

«3) Uma conferência internacional para proceder a uma solução pacífica dos problemas do

Médio Oriente que restabeleça os direitos nacionais dos palestinianos, obrigando Israel a retirar-se dos territórios ocupados, assegurando simultaneamente a segurança de todos os países da região.

«4) Reafirmamos a nossa total oposição aos objectivos da minoria governamental branca de Pretória que agita as bandeiras da guerra do Golfo e arrasta o nosso país para este conflito trágico, encorajando os beligerantes e oferecendo-lhes o apoio e facilidades na África do Sul.

«5) Condenamos este governo e as suas forças policiais que perseguem aqueles que, de entre o nosso povo, estão empenhados no combate pela paz.

«A guerra deve ser travada agora!»

OLP em Moscovo

O vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da URSS, Alexandre Belonogov, recebeu Mahmud Abbas e Yasser Abd Al-Rabbuh, membros do Comité Executivo da OLP.

A audiência incidiu sobre «a situação extremamente perigosa que se vive no Golfo e no Próximo Oriente.

As partes pronunciaram-se «firmemente» por uma cessação rápida das hostilidades e pela busca de uma solução política para o conflito, na base dos princípios do Direito Internacional.

Opinião significativa

Personalidades de diferentes sectores têm vindo a pronunciar-se contra a guerra, denunciando mesmo a responsabilidade de diferentes governos no desencadear do confronto armado.

O cardeal Basil Hume, arcebispo de Westminster e chefe da Igreja católica na Inglaterra, condena todos os governos que estão «na origem» do desencadear da guerra no Golfo.

«Ainda que a responsabilidade última do conflito seja — sem nenhuma dúvida — do agressor, ela não é apenas de Saddam Hussein», diz o cardeal. «Vários governos no mundo contribuíram para a situação actual conduzindo políticas ditadas pelo oportunismo. Mais que a prudência e os princípios, foi a vontade de supremacia económica que os orientou.»

Internacional

Guerra química em perspectiva?

As motivações desta guerra são bem clássicas. Tal como os argumentos de parte a parte brandidos, e que nada têm a ver com as razões de fundo. Bem menos clássicas são as armas que ameaçam o Golfo.

Saddam Hussein diz poder vir a utilizar armas químicas, biológicas, ou mesmo nucleares. O Pentágono autoriza a utilização de gases não letais. Nas páginas da imprensa norte-americana há quem fale de armas nucleares. Uma ameaça

que uma vez mais confirma a terrível contradição entre a mentalidade belicista e o poderio militar alcançado.

Segundo foi estes dias anunciado por um porta-voz do Pentágono, foi autorizada a utilização de gases não letais

por parte das tropas no Golfo, sob o comando do general Norman Schwarzkopf. A razão invocada é... salvar vidas.

A decisão do Pentágono (que terá de ser aprovada pelo executivo) poderá abrir caminho para a utilização das armas químicas na guerra, tanto mais quanto é uma arma que ambos os exércitos possuem. Esta uma questão levantada na própria imprensa norte-americana. O «New York Times», por exemplo, refere opi-

niões de peritos em questões ligadas à guerra química, que manifestam grande preocupação pela decisão do Pentágono e o «Times» reflecte preocupações surgidas entre comandos militares.

A ameaça é tanto maior quanto actualmente existem fórmulas de gases lacrimogéneos, com efeitos particularmente duradouros sobre o meio ambiente.

De relembrar também o que se passou na guerra do Viet-

nam, onde na verdade foi conduzida uma verdadeira guerra química, entretanto apresentada como algo de inócuo e limitado. A verdade é que ainda hoje as suas consequências, nomeadamente na Natureza, são sensíveis.

Ameaçadoras são igualmente declarações que vão surgindo na imprensa americana, em defesa da utilização de armas nucleares (ainda que não se trate de afirmações oficiais). Assim, há poucos dias, o «Washington Post» referia, nas suas páginas, a opinião de um muito original objector de consciência. Perry Mitchel, sargento da armada americana que se recusa a partir para o Golfo, defende que os Estados Unidos deveriam utilizar a arma nuclear no Iraque. «Votei Bush — defende o sargento — mas quando se faz a guerra, não se deve brincar. Quando chega o momento de agir, é preciso que haja acção. É por isso que defendo a era nuclear.»

Uma opinião isolada e irrelatante?

É possível. E desejável. Mas a dúvida fica, sobretudo quando surgem elementos mais responsáveis a preconizar verdadeiros massacres. Por exemplo, a opinião do coronel norte-americano George Stewart, numa referência aos iraquianos: «Iremos bombardeá-los até ao aniquilamento total.»

Há factos que a memória deve guardar, e trazer hoje novamente para primeiro plano. Hiroxima e Nagasaki foram «justificadas», com a preocupação de salvar vidas americanas. O mesmo argumento é agora utilizado para dar início ao que pode vir a ser uma guerra química. Dá que pensar.

«O País acompanhou emocionado o heroísmo do punhado de patriotas que na madrugada de 1 de Janeiro se apossou do quartel de Beja e daí resistiu bravamente ao assalto dos fascistas (...). O Partido Comunista saudou fraternalmente os patriotas que não hesitaram em derramar o seu sangue nesta tentativa para pôr fim ao regime odiado de Salazar e presta homenagem à memória dos que caíram no combate.

Mas, reconhecendo a coragem e patriotismo dos combatentes de Beja, temos que assinalar também que esta acção antifascista estava desde o início condenada à derrota, dada a desproporção entre os efectivos mobilizados e os fins que se tinham em vista, dado o seu completo isolamento da massa do povo.

Os combatentes de Beja e os seus dirigentes aplicaram mais uma vez a ideia de que um grupo de homens decididos e audaciosos poderia paralisar o aparelho de Estado fascista e, pelo seu exemplo, arrastar a massa do povo e os militares à sublevação espontânea contra as autoridades fascistas, derrubando a ditadura.

Na madrugada de 1 de Janeiro ficou mais uma vez demonstrado que esta concepção é errada: os militares não se levantaram e as massas proletárias do Alentejo e de todo o País, à margem dos acontecimentos, não puderam participar na luta, tornando assim possível às forças repressivas concentrarem-se num único ponto, isolando desde logo a revolta e fazendo-a malograr.

(...)Para conduzir ao levantamento nacional é imperioso neste momento alargar as lutas de massas em vez de criar grupos armados. Esperamos que a dura experiência prática do golpe de Beja tenha vindo a confirmar a justeza da nossa orientação e permita a muitos antifascistas juntarem-se à grande tarefa de preparação do levantamento nacional.»

«Aproveitemos as lições da revolta de Beja» - «Avante!», VI série, nº 312, Janeiro de 1962

«A análise do desastre de Dezembro de 1961 e dos sucessivos golpes da repressão que a Direcção do Partido sofreu em 1962, mostra que o Partido não está capazmente defendido. Com estes golpes policiais caíram na cadeia, no espaço de menos de um ano, 19 funcionários do Partido, 6 dos quais do Comité Central, foi assassinado um outro funcionário [José Dias Coelho], 5 casas ilegais foram assaltadas, muita documentação foi apanhada e o Partido sofreu prejuízos materiais avultados. A continuação das prisões em tal ritmo poderia ter consequências desastrosas para a luta da classe operária e de todo o povo.

Como foi possível chegar a uma situação em que o Partido se torna de tal modo vulnerável à acção do inimigo? Não basta de forma alguma atribuir as prisões à intensificação da repressão; elas revelam também graves deficiências na actividade da Direcção do Partido.

O Comité Central salienta que não se teve em devida conta que a intensificação da luta popular só poderá resultar do fortalecimento da organização partidária e anti-salazarista e da sua profunda ligação com as massas e nunca da acção de alguns quadros do Partido, por mais destacados que sejam; como isso não foi compreendido, estabeleceu-se durante anos uma centralização das tarefas que conduzia a uma movimentação frenética dos quadros mais responsáveis do Partido (...), que conduziu ao golpe de Dezembro na Direcção e às prisões de Abril e Maio, que atingiram profundamente as Direcções Regionais do Norte e de Lisboa. (...)

O Comité Central concluiu que tais erros têm uma mesma origem comum: a substituição do fascismo e da sua força repressiva, a substituição do papel do Partido, das suas responsabilidades na luta antifascista. Para um sério trabalho conspirativo não devemos esquecer que a existência do Partido, a sua acção e o seu fortalecimento são factores fundamentais para a libertação do nosso povo.»

«O CC analisa as causas das últimas prisões» - «Avante!», VI série, nº 325, Janeiro de 1963



Movimento pacifista diz não à guerra

Manifestações pela paz têm vindo a realizar-se por todo o mundo. Na foto, a manifestação de 15 de Janeiro, em Paris. A guerra já teve consequências políticas, em França, onde o ministro da Defesa se demitiu

O peso do petróleo na guerra

«Os Estados da zona só começaram a definir as suas fronteiras quando as companhias petrolíferas reclamaram que fossem fixados os limites das suas concessões», é o comentário, muito actual, do economista britânico Simon Bromley.

Apresentada como uma guerra pelo «direito» ou a «liberdade», a guerra do Golfo encontra as suas absurdas razões nas mais clássicas e tradicionais motivações para o desencadear de confrontos armados ao longo da História.

E uma de entre essas bem clássicas razões é a posse de uma riqueza natural — o petróleo.

É oportuno relembrar aqui que o Médio Oriente concentra 66% das reservas mundiais conhecidas de petróleo bruto.

Acresce que se trata de reservas de exploração relativamente fácil, e portanto mais económica, calculando-se que o custo de extracção é de 4 dólares o barril (a 90%).

A tendência que se tem vindo a registar (e que se deve a razões múltiplas, entre as quais o domínio da produção e comercialização petrolífera pelas grandes companhias norte-americanas) é um aumento da produção dos países

da OPEP, e uma quebra na dos Estados Unidos. De qualquer forma, a produção americana caiu em 15% em quatro anos, o que elevou a dependência dos Estados Unidos neste domínio, de 38% em 1985 para 44% em 1989. Especialistas calculam que tal percentagem deveria atingir os 66% em 1995.

Actualmente, o Médio Oriente representa cerca de 26% das importações americanas em produtos petrolíferos. Mas

não é só o peso já assumido pelo petróleo da zona nas importações globais deste produto fundamental, que está em causa. Trata-se também de uma luta de poderes.

Concretamente, a Exxon, Mobil, Churon e Texaco associaram-se aos capitais sauditas para criar a ARAMCO (Árabe-Americana Co). Por seu lado, as companhias europeias estão em parte ligadas ao Kuwait e aos emiratos, tal como, de há tempos para cá, as companhias japonesas. A Shell e a BP estão igualmente bem representadas no Golfo.

O Golfo representa ainda um autêntico maná no plano financeiro. Não naturalmente para os povos dos países da Zona, que pura e simplesmente não vêm a cor dos petrodólares. Em contrapartida, estes estão bem presentes nos mercados financeiros do Ocidente.

De facto, no plano mais estritamente económico (porque é também de domínio político que se trata), a ofensiva militar americana não visa apenas garantir a continuidade dos seus fornecimentos, mas também a reconquista de posições pelo controlo do mercado petrolífero e dos recursos financeiros, verdadeira arma de domínio mundial.

Catástrofe ecológica ameaça o Próximo Oriente

Uma catástrofe ecológica ameaça o Próximo Oriente caso o petróleo bruto que o Iraque derrama sobre o Golfo Pérsico se incendie, indica um estudo do Instituto japonês do Ambiente sobre as eventuais consequências de uma tal evolução dos acontecimentos. Mais do que o prejuízo evidente que o petróleo a arder causará à flora e à fauna marítimas, este provocará uma tão

forte poluição do espaço aéreo dos países costeiros, que terá consequências muito graves para as suas populações.

Se os três milhões de barris de petróleo derramados numa área de 14 quilómetros de comprimento nas margens do Golfo Pérsico arderem, a concentração de dióxido de enxofre nas regiões limítrofes atingirá um nível idêntico ao da

erupção de um vulcão, provocando acessos de asma entre a população, a oxidação dos solos, a poluição da água e a corrosão dos metais. Uma enorme quantidade de óxido de carbono tóxico concentrar-se-á na atmosfera, ameaçando as populações com doenças nervosas e anoxemia, bem como cerca de 320 mil toneladas de gás carbónico, que farão aumentar «o

efeito de estufa» e a temperatura na Terra.

Também os peritos do Centro japonês para a Prevenção das Catástrofes Marítimas não excluem a hipótese de ser lançado fogo ao petróleo actualmente derramado sobre o Golfo Pérsico. Se assim acontecer, as previsões dos ecologistas tornar-se-ão então uma terrível realidade, escreve o jornal «Daily Yomiuri».